

CENTRO UNIVERSITÁRIO NOVE DE JULHO - UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PROPOSTA DA CUT AO DESEMPREGO
ESTRUTURAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

JOSÉ DE ALMEIDA AMARAL JÚNIOR

SÃO PAULO
2002

JOSÉ DE ALMEIDA AMARAL JÚNIOR

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PROPOSTA DA CUT AO DESEMPREGO
ESTRUTURAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE do Centro Universitário Nove de Julho - Uninove, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Prof^a Dr^a. Ivanise Monfredini. - Orientador

**SÃO PAULO
2002**

FICHA CATALOGRÁFICA

Amaral Júnior, José de Almeida.

Economia solidária : a resposta da CUT ao desemprego estrutural e as transformações no mundo do trabalho. /José de Almeida Amaral Júnior. 2003. 195 f.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Nove de Julho - UNINOVE, 2003.

Orientador: Prof. Dr^a. Ivanise Monfredini..

1. Capitalismo contemporâneo. 2. Desenvolvimento solidário . 3. Cooperativismo..

CDU – 37

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PROPOSTA DA CUT AO DESEMPREGO
ESTRUTURAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Por

JOSÉ DE ALMEIDA AMARAL JÚNIOR

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Nove de Julho - Uninove, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, para obtenção do grau de Mestre em Educação, pela Banca Examinadora, formada por:

Presidente: Prof^a. Ivanise Monfredini, Dr^a. – Orientador, Uninove

Membro: Prof. Newton Antônio Paciulli Bryan, Dr. – Unicamp

Membro: Prof. Miguel Henrique Russo, Dr. – Uninove

São Paulo, 26 de fevereiro de 2003

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Prof^a Dr^a Ivanise Monfredini, que acolheu minha proposta de pesquisa e confiou na possibilidade de um bom trabalho ao longo destes anos, sempre atenta aos meus percalços.

Agradeço aos professores da diretoria de pós-graduação: Jair Militão da Silva, João dos Reis da Silva Jr., José Eustáquio Romão, José J. Queiróz e José Luis Vieira de Almeida que, durante as disciplinas ministradas, estiveram prestimosos às minhas indagações, esclarecendo dúvidas e estimulando avanços.

Aos caros colegas de turma, em especial Viviane Cândido e Maria de Jesus Pereira Amaral Minga, cujas conversas entre chocolates quentes e pães de queijo foram essenciais para manter aquecido o ânimo pela investigação, apesar das muitas adversidades surgidas na caminhada.

Aos técnicos da CUT, Rosana Myashiro, da Secretaria Nacional de Formação e Ricardo Cifuentes, Assessor Nacional da ADS, pela cessão de significativo material para análise e pela gentileza de colocarem-se à disposição para esclarecimentos sobre o atual contexto do mundo sindical.

Aos membros da Banca de Qualificação, professores Newton Pacciulli Bryan e Miguel Henrique Russo, pela maneira gentil com que abordaram esta dissertação quando da primeira argüição e pelos importantes aconselhamentos oferecidos, motivos pelos quais espero não decepcioná-los em suas expectativas.

Aos amigos Alcinei Cardoso Rodrigues, Carmen Luiza de Moura, Márcia Dutra, Maria Ester T. Rosa e Elisabete B. Pereira que durante o período de pesquisa e redação não mediram esforços para auxílios que precisei tantas vezes.

A meus pais, a quem devo imensa gratidão, ao Mauro e a Tânia, pelo total incentivo ao meu gosto pelo estudo: quem seria eu sem o amparo de vocês?

A presença de Gabriel e Tomás, cuja alegria que espalham pela casa me fazem crer que o futuro terá uma cara mais bonita. Que possam realizar e viver isso por mim. A eles dedico com carinho este meu trabalho.

RESUMO

Tendo em vista a grande precariedade do mercado de trabalho, resultado das transformações do capitalismo contemporâneo, esta dissertação tem por objetivo investigar a viabilidade e as dificuldades enfrentadas pela proposta política da CUT por meio da sua Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS que resgata o cooperativismo autogestionário da economia solidária entendido como um patrimônio centenário dos trabalhadores devendo ser reavivado e expandido como algo além de uma forma de combate ao desemprego estrutural, ou seja, como um instrumento da revolução socialista. Para tanto, utilizando como referencial teórico Antonio Gramsci, cujos pensamentos embasam também a educação cutista, esta pesquisa analisa documentos da central que trazem o processo de organização da proposta desde seus debates iniciais, passando por literatura pertinente à questão da relação entre sindicatos, cooperativas e Estado no Brasil, bem como dos debates entre utópicos, anarquistas e marxistas sobre o tema. Dado esse percurso, as reflexões tornaram possível constatar que tal projeto dentro do cenário vivido aponta para uma frágil probabilidade de emancipação da classe trabalhadora, considerando-se as raízes históricas da relação entre cooperativismo e sindicalismo, assim como as características das estruturas que formam a realidade social brasileira, indicando que a proposta política da ADS é uma tentativa de reconstrução do campo de atuação sindical, não se caracterizando, porém, como potencial revolucionário.

Palavra-chave: Capitalismo contemporâneo. Desenvolvimento solidário. Cooperativismo. Sindicalismo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
O mercado de trabalho na globalização	1
Uma hipótese a ser discutida: a economia solidária é uma proposta revolucionária?	27
CAPITULO 1 : COOPERATIVAS E SINDICATOS NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.	42
1.1 A criação das cooperativas e dos sindicatos no Brasil	42
1.2 Os anarquistas enfrentam a ascensão das idéias comunistas	48
1.3 A hegemonia do cooperativismo conservador no país	50
1.4 Sindicatos e Estado: reciprocidades e tensões duradouras	54
1.5 Dialética do abrandamento: a trajetória de 20 anos da CUT	60
CAPITULO 2 : ADS: A NOVA FORMA DE LUTA SINDICAL PROPOSTA PELA CUT PARA O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	77
2.1 Formação dos trabalhadores na CUT: discurso da contra-hegemonia	77
2.2 A Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT	89
2.3 O Seminário nacional – Setembro de 1999	101
2.3.1 <i>Cooperativas e sindicatos: as visões dos socialistas utópicos e a contemporaneidade dos kibutzim e de Mondragón</i>	115
2.3.2 <i>Socialistas Utópicos e a critica marxista</i>	127
2.3.3 <i>Embates entre autogestionários anarquistas e comunistas</i>	134
2.3.4 <i>Sindicalismo se propaga</i>	138
2.4 O Seminário Internacional - Dezembro de 1999: funda-se a ADS/CUT	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
BIBLIOGRAFIA	185

“A liberdade não se pede, toma-se.”

Edgard Leuenroth

*“A razão de um povo inteiro
Leva tempo a construir.”*

Pedro Ayres Magalhães

CAPÍTULO 1 : COOPERATIVAS E SINDICATOS NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Gramsci, ao longo de seu trabalho, dá ênfase à história como elemento fundamental para a compreensão daquilo que forma a cultura de um povo e revela suas potencialidades. Somente tendo por base essa compreensão é possível avaliar as reais possibilidades na proposta cutista. Para a CUT, que se pretende ‘revolucionária’, conforme evidencia os documentos analisados, torna-se fundamental fazer este retorno à história com a busca da análise concreta da relação entre sindicatos, cooperativas e Estado brasileiro, apontando suas possibilidades e revelando o quanto arbitrária, segundo o pensamento gramsciano, pode estar sendo esta ideologia proposta por meio da ADS.

Resgataremos aqui a experiência nacional das lutas dos trabalhadores com destaque para a existência durante os anos 20 do chamado sindicalismo – cooperativista, que advogava a possibilidade da existência de uma sociedade que atingiria um alto nível igualitário sem a necessidade da ‘Ditadura do Proletariado’ e muito menos da estratégia anarquista. Depois, o modelo ‘populista’ que se configurou em um processo de ruptura/descontinuidade em relação ao modelo anterior e sobrevive por décadas; o modelo autoritário, de meados dos anos 60 até 78, os anos de resistência e, finalmente, a década de 80, palco do surgimento do ‘novo sindicalismo’ que traria consigo, na prática, elementos ainda das fases anteriores e culminaria no projeto da ADS/CUT, com a retomada do velho ideal cooperativista da autogestão e a promessa de transformação social.

1.1 A criação das cooperativas e dos sindicatos no Brasil

A classe operária no Brasil começou a surgir em meados do século XIX, nos primeiros momentos da tardia industrialização nacional²⁵, com a proibição do tráfico de escravos africanos, a crescente importância das atividades urbanas, o acúmulo de capital em função da lavoura do café e a busca de aplicação em negócios que não os agricultores²⁶.

²⁵ Ver MELLO, João Manuel C. de. *O capitalismo tardio*; PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil* e GORENDER, J. *A burguesia brasileira*.

²⁶ Conforme SILVA:

Esse estudo sobre as origens da indústria no Brasil é, portanto, o estudo da gestação de novas formas de acumulação baseadas no trabalho assalariado e no capital, das condições que determinam historicamente essas novas formas: a economia cafeeira e, por meio da economia cafeeira, o modo de inserção do Brasil na economia mundial capitalista. [...] A partir do último quartel do século XIX, apesar da agricultura manter-se como a atividade dominante, as transformações das

Os primeiros operários eram os portugueses pobres e seus descendentes que aqui vinham tentar uma vida melhor; os mestiços, filhos de brancos, índios e negros; os antigos escravos e os europeus, trazidos para as fazendas de café a fim de substituir a mão de obra negra a partir de 1850, já como assalariados. Conforme LACERDA *et alii* (2000), o país tinha considerável força de trabalho desocupada²⁷, mas mesmo assim, entre 1880 e 1930, chegaram aqui quatro milhões de imigrantes, dos quais boa parte estabeleceu-se em São Paulo, espécie de epicentro da industrialização nascente²⁸. Isto ocorreu porque embora fossem milhares os habitantes locais, eram muito pobres, sem ocupação certa e representavam na verdade mão-de-obra em potencial. O longo período escravista, suas tradições e cultura arcaica, a dura exploração e a opressão social sobre as camadas mais populares durante tanto tempo geraram profundos danos morais e físicos que criavam sérios obstáculos à exploração da mão-de-obra nativa pelo capital. Os fazendeiros de café e os industriais pioneiros preferiam trazer do exterior trabalho assalariado, habituado à disciplina e à autonomia²⁹. Além disso, contavam também com os investimentos e os subsídios que o governo federal e as administrações locais dos estados do sudeste, em especial São Paulo, proporcionavam. Assim, ao privilegiar o trabalho assalariado em substituição ao escravo³⁰, ao transferir parte dos seus lucros para atividades industriais e ao possibilitar a constituição de um amplo mercado interno, a economia exportadora gerou, em um primeiro momento, as bases necessárias para a constituição do capital industrial no Brasil e, concomitante, os primeiros núcleos operários, instalados, fundamentalmente, entre São Paulo e Rio de Janeiro, a capital federal.

A reivindicação por melhores condições de trabalho, no entanto, é anterior a 1850. E não havia proteção contra acidente de trabalho ou qualquer outro direito. Por isso os trabalhadores sentiam cada vez mais a necessidade de se unir em defesa de seus interesses.

relações de produção determinam um novo período que, por suas características básicas, está muito mais ligado aos períodos posteriores, em particular à industrialização, do que aos períodos anteriores onde a acumulação se apoiava no trabalho escravo (1981:81).

²⁷ Contingências como uma catastrófica seca no Nordeste entre 1877-1879 e a decadência de cafezais na região fluminense fizeram um grande número de vítimas, gerando migração e sem alternativas de rendimento, criaram as favelas como moradia.

²⁸ IGLÉSIAS (1986) diz que entre 1888 e 1914 a imigração aconteceu em alto número. Foi o período áureo, entrando no país 2.594.720 imigrantes, mais de 46% do total em 140 anos, composto de italianos, portugueses, espanhóis, alemães, árabes, poloneses, japoneses e grupos com números mais modestos.

²⁹ Conforme pesquisa do INSPIR (2002), São Paulo tinha em 1910 apenas 10% de operários brasileiros. LACERDA *et alii* (2000): de forma geral, até a década de 1930, ainda era pouco utilizada a mão de obra de brasileiros nativos. Com base em R. SIMONSEN, em trabalho de 1938, cinquenta anos após a Lei Áurea, em muitas áreas do Norte e Nordeste o salário de um trabalhador era inferior aos gastos com a manutenção de um escravo nos últimos anos do Império. Assim, a libertação dos escravos não os transformou de imediato em operários assalariados (LACERDA *et alii*, 2000).

Começavam, então, a formar associações para ajuda mútua, conforme NEVES (2000). A Igreja foi quem primeiro promoveu entidades de caráter corporativo no Brasil, o período mutualista da organização operária, predominante até a libertação dos escravos. ANTUNES (1982) coloca que as associações mutualistas antecederam as Uniões Operárias que, com o advento da indústria, passaram a ser organizadas em ramos de atividades, fazendo surgir posteriormente os sindicatos. Porém, quando foi promulgada em 1824 a primeira Constituição brasileira, no governo imperial, vetou-se qualquer tipo de associação de trabalhadores. Mesmo assim, elas tentavam existir. Dentro dessas experiências sociais, em 1847, o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou com um grupo de europeus nos sertões do Paraná a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, tornou-se marco de fundação do cooperativismo brasileiro, desenvolveu-se de início principalmente no meio rural (NEVES, 2000).

Segundo NEVES (2000) a diversificação de investimento de capital verificada nessa primeira fase de industrialização levou a uma maior concentração de operários no país e as sociedades de caráter mutualista tenderam a desaparecer. Entre os operários, estavam aqueles imigrantes que sabiam que a força do operariado dependia de organização. Começaram, então, a surgir, por toda parte, novos núcleos que se diferenciavam dos anteriores. Eram as Ligas Operárias, Ligas de Resistência, União de Resistência, Centro Operário, Centro Cosmopolita, Associação de Resistência ou Associação Operária, que evidenciavam claramente a idéia de brigar em defesa dos interesses de classe contra as explorações do capitalismo³¹. Em 1906 chegaram a criar no 1º Congresso Operário a Confederação Operária Brasileira, fechada pela repressão policial mais tarde. Por outro lado, desde 1903 se registram as primeiras tentativas legais de organização sindical cuja regulamentação se daria inicialmente na área rural (NEVES, 2000).

³⁰ Ver estudo sobre a história da condição do trabalho negro no Brasil in *Políticas Econômicas e Reparações*, INSPIR - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, São Paulo, 2002.

³¹ SPINDEL (1986) coloca que em 1890 surgem os três primeiros partidos operários do Brasil: o Partido Operário do Rio Grande do Sul, o Partido Operário de São Paulo e o Partido Operário ou Partido Socialista Brasileiro no Rio de Janeiro. Todavia, são de caráter mais social que político. Inclusive, o partido paulista em seu programa menciona ser contra greves. Contudo, durante aqueles anos 90, percebe-se a radicalização das propostas em que mencionaram a conquista do Poder Político pela classe operária, criação de cooperativas com instrumentos de trabalho em propriedade coletiva e abolição de todas as classes sociais. Nessa trajetória, em 1902 foi fundado o segundo Partido Socialista Brasileiro, marxista. Porém, além da grande repressão governamental, com a influência anarquista sobre o operariado até os anos 20 os socialistas tiveram grande obstáculo a ampliação de sua ação.

O período entre 1917 e 1919 foi de grande tensão social. Os operários manifestaram-se com maior veemência contra a exploração. Como resultado, em 1919 foi aprovada a Lei de Acidentes do Trabalho, a primeira lei trabalhista do Brasil. A corrente anarco-sindicalista destacava-se enquanto as tendências conservadoras, que buscavam ampliar seu espaço no meio dos trabalhadores, fundavam na capital da República em 1921 a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira - CSCB, de cunho reformista e com influência entre ferroviários, portuários e têxteis, segundo ANTUNES (1982). Lembra, contudo, PEIXOTO (1987) que, embora a CSCB tivesse sido fundada em 1921, a teoria sindicalista cooperativista fora sistematizada no ano de 1911 com o trabalho *'Teoria e Prática da Cooperação'* de Sarandy Raposo, publicado no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional. Atentemos um pouco mais para este fato.

Sarandy Raposo e o cooperativismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX, conforme PEIXOTO (1987), seriam influenciados por Charles Gide e Fourier. No entanto, enquanto Gide polemizava com os socialistas e com os sindicalistas, Sarandy contrariamente, tinha no sindicato a base e o fundamento de toda organização social, pois via nele uma completa identidade de interesses morais e materiais capaz de gerar uma união sólida, como os *'Pioneiros de Rochdale'*, que tinham como ponto de partida a comunhão de interesses profissionais. Os sindicatos não deveriam ser desprezados por apresentarem terreno propício para o cultivo da solidariedade e exerciam uma dupla função: a profissional, propriamente dita, e a econômica, criando para seus membros associações destinadas à redução do custo de vida, ao estabelecimento de crédito e à produção para dar trabalho aos associados. Também, ao contrário de Gide e dos *'Pioneiros de Rochdale'*, defendia a aproximação entre cooperativas e Estado. Isto tudo por conta da ação da Sociedade Nacional de Agricultura - SNA que, contrariamente ao ocorrido no período monárquico quando todas as tentativas associativas com o objetivo de resolver as questões de crédito rural malograram, com as condições favoráveis surgidas após a proclamação da República, aconteceram incentivos para as políticas de estímulo à iniciativa individual que, para Sarandy, são demonstrações importantes da SNA que marcam o início da sistematização do movimento cooperativista. Uma positiva resposta republicana. Explica PEIXOTO:

Assim é que a prática sindicalista-cooperativista tem sua história indissoluvelmente ligada à história do Ministério da Agricultura. [...] dirigindo-se ao Sr. Ministro, o autor [Sarandy]

diz ‘ Tenho a honra de passar às vossas mãos o presente trabalho sobre teoria e prática da cooperação [...] o qual tem, conforme vosso desejo, o fim de orientar a propaganda oficial do cooperativismo em nosso país’.

Outro não parece ter sido o desejo do então Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, pois se o referido trabalho nasce como apêndice do Relatório do Ministério da Agricultura, em 1911, ele não vai para as ‘prateleiras’ como se poderia esperar, mas alcança, por intermédio deste mesmo Ministério, ampla divulgação nos meios sindicais. Sarandy Raposo não é apenas um teórico, é também um incansável militante (PEIXOTO, 1987:17).

Os sindicalistas cooperativistas propunham-se então a promover a *conciliação entre o capital e o trabalho*. Buscavam fundamento teórico nos mestres do cooperativismo europeu e nos socialistas utópicos. Pretendiam oferecer uma alternativa ao socialismo e ao capitalismo pela libertação integral da sociedade: a abolição do lucro e a criação de um capital coletivo, capaz de se opor à ação espoliadora dos capitais individuais, por meio da criação de cooperativas na seguinte ordem: de consumo, de crédito e de produção, de forma gradativa e pacífica.

PEIXOTO (1987) lembra críticas feitas nas páginas anarquistas de *A voz do trabalhador* por Eliseu Reclus, João Crispim, Rosendo dos Santos e outros, absolutamente contrários àquilo que acusam de mistificação, retrocesso, maquiavelismo e manobras ministeriais. Escreve PEIXOTO sobre o texto de Reclus em *A voz do Trabalhador* de 15/08/1908:

Eliseu Reclus não acredita que as “cooperativas de trabalhadores possam realizar uma transformação importante na sociedade (...) a sociedade é um conjunto que não se conseguirá transformar, empreendendo a transformação parcialmente por um de seus detalhes mais insignificantes. Não tocar o capital, deixar intactos, ao infinito, os privilégios todos que constituem o Estado e imaginar que podemos enxertar sobre todo esse fatal organismo, um novo, equivaleria a esperar que nos seria possível fazer que

germinasse uma rosa sobre um enfóbio venenoso”. Para o autor, no caso de êxito, essas associações, ao ganharem dinheiro e se tornassem proprietárias, tornar-se-iam empresas capitalistas, voltariam as costas aos antigos companheiros [...] (PEIXOTO, 1987:18).

Os articulistas relatam, inclusive, denúncias de cooperativas de propriedade das fábricas nas quais os trabalhadores eram obrigados a consumir e o gerente cooperado era um dos acionistas da empresa. PEIXOTO, em meio às reflexões de *A voz do Trabalhador*, com respeito ao papel revolucionário dos sindicatos, chama a atenção para o papel das chamadas associações mutualistas, entre elas o cooperativismo. Este é apresentado como:

[...] uma utopia, uma ilusão devido às dificuldades que tornam a sua realização quase impossível, como por exemplo, a dificuldade que as cooperativas de consumo têm de comprar na fonte e em grande quantidade e de concorrer com o capitalismo quanto aos preços. No caso das cooperativas de produção como concorrer com os grandes capitalistas na aquisição de maquinaria? Sem falar nas dificuldades que os trabalhadores, sujeitos a baixos salários e ao desemprego, teriam de poupar o suficiente para as quotas partes (PEIXOTO, 1987:19).

Cabe observar a atualidade das críticas dos anarquistas, à luz da proposta de contra-hegemonia da ADS/CUT. Ainda sob a visão do jornal, PEIXOTO reproduz as palavras do anarquista Neno Vasco, publicadas em 1º de Abril de 1913 e a desconfiança nessa prática:

Para Neno Vasco as cooperativas até poderiam desenvolver o espírito de solidariedade e expandir a capacidade administrativa dos operários, desde que as cooperativas sejam concebidas como organizações de resistência, o que geralmente não ocorre. “Em suma, a resistência ao patronato é essencial e sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo ou

cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições e embaraçando a ação do sindicato, quando nela introduzida” (PEIXOTO, 1987:19).

Concomitante ao debate, cada vez mais os ‘sindicatos amarelos’ passaram a ser favorecidos pelas vantagens concedidas pelo governo. Em 1921 o Estado republicano criou o Conselho Nacional do Trabalho - CNT, objetivando controlar os sindicatos e torna-los órgãos apaziguadores das tensões entre patrões e empregados.

1.2 Os anarquistas enfrentam a ascensão das idéias comunistas

Para REZENDE (1994) embora as greves se sucedessem no enfrentamento ao poder do capital e do governo, causando inclusive mortes entre os participantes, não obtinham o sucesso almejado e nem chegavam a ameaçar as estruturas do Estado burguês, panorama este preocupante para as lideranças mais ativas do movimento sindical. Segundo ANTUNES (1982) este agitado período correspondeu ao auge do movimento anarquista embora, simultaneamente, desse mostra dos limites que não conseguia superar. Conforme Astrojildo Pereira, ex-militante anarquista e posteriormente grande liderança comunista, apesar de muitas reivindicações pelas quais as massas lutavam fossem alcançadas de alguma forma, não estavam em proporção com a extensão do movimento geral. E as reivindicações constituíam-se um fim em si mesmo, não um estopim para que crescessem os questionamentos ao nível político propriamente dito. REZENDE:

O movimento começava a entrar numa fase de refluxo, após ter havido as grandes greves gerais. A forte repressão policial e uma nova legislação que ameaçava expulsar os estrangeiros que participassem das greves minavam a resistência operária. O Brasil enfrentava uma situação econômica difícil e até mesmo a combativa imprensa operária começava a dar sinais de desarticulação. O movimento operário entrava, agora, num período de forte luta interna pela sua hegemonia (1994:23).

A partir de Março de 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil – PCB e os ecos vitoriosos da revolução bolchevique, os comunistas começaram a formar quadros para compor o Partido, estudar e divulgar o marxismo-leninismo, construir uma linha política para a orientação da revolução brasileira e disputar a hegemonia do movimento sindical³². Conforme NEVES (2000), apesar das dificuldades de se organizarem em função da ilegalidade imediatamente imposta e da repressão policial contínua ao movimento, os comunistas compreendiam a necessidade de lutar pela unidade do sindicalismo dividido em três tendências: anarquista, comunista e amarela ou reformista.

Em abril de 1929, foi convocado um Congresso Sindical Brasileiro, em que participaram 100 sindicatos com direito a um voto cada um, e definiu-se a criação da CGT - Confederação Geral do Trabalho. Era, então, a única organização sindical nacional existente no país. A Federação Operária Brasileira, fundada antes da guerra pelos anarquistas, deixou de existir depois do 3º Congresso Operário Anarquista em 1920. Na fundação da CGT, apesar da hegemonia dos comunistas, participaram alguns grupos que eram anarco-sindicalistas, corporativistas e mutualistas. O quadro passou, então, a ser redefinido e houve um fortalecimento cada vez maior das idéias ligadas à revolução russa. É notável que, enquanto o movimento anarco-sindicalista perdia força, os comunistas ampliavam sua influência, o que levava à disputa pela hegemonia do movimento sindical contra os ‘amarelos’ incentivados pelo governo (NEVES, 2000). Comenta REZENDE que, dado o grande número de reformistas, cooptados pelo Governo e o empenho deste em imiscuir-se no meio sindical, demonstrou-se com veemência que a Primeira República não foi apenas o lugar de poder absoluto das oligarquias e dos coronéis, sem contestação social de outros grupos. Possibilitava, também, pistas claras quanto ao que viria a seguir em meio à dinâmica política brasileira. Assim:

³² Segundo PEIXOTO (1987), é muito comum entre os pesquisadores brasileiros, principalmente dos anos 60, reduzirem a história do PCB a uma repetição do que foi dito por Astrogildo Pereira em seu livro *'A Formação do PCB'*, no qual se vê que até 1922 o anarquismo foi o grande protagonista quando então deixou a cena para a entrada do Partido Comunista, proporcionando uma visão linear de história em que um agente, após ter cumprido sua missão, sai discretamente para a entrada daquele que traz a nova missão, sem considerar o processo cheio de complexidade existente. Então, subjacente a isso, veio a idéia de um movimento em sentido obrigatório por onde a história caminha. PEIXOTO também chama a atenção para o fato de que muitas vezes, junto à situação citada, subordina-se a prática política da classe operária, bem como do partido, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. A combatividade da classe operária é pelos autores circunscrita, de antemão, aos limites estruturais (caso de Boris Fausto, *Trabalho urbano e Conflito Social* e Ricardo Antunes *Classe operária, Sindicato e Partido no Brasil de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*).

Tudo isso é significativo para que se possa fazer uma avaliação histórica mais coerente do que consistiu o 'varguismo' e sua relação com os sindicatos ditos pelegos. A História do Brasil está repleta de discontinuidades criadas pelo imaginário social e ratificadas pela produção historiográfica. Fala-se do novo, onde existe apenas a reprodução de práticas já conhecidas (REZENDE, 1994:28).

Esta reflexão do pesquisador cabe também para que, ao observarmos as posturas tomadas no transcurso das lutas no passado, possamos analisar o presente da ação sindical que, com um discurso de aparência inovadora, pode estar mascarando estratégias requeentadas cujas possibilidades de fomentar um processo revolucionário são ínfimas.

Durante a República Velha, os sindicatos não tinham a influência do Estado em sua regulamentação. Ele atuava na esfera sindical de forma meramente repressiva. Como mostra ANTUNES (1982), o pensamento do Presidente Washington Luis é sua tradução: questão social é mera questão policial. SIMÃO (1981) comenta que o sindicato não se definia para o Estado como órgão cooperativo e sim subversivo. O Estado, como os empresários, via no sindicato um promotor de distúrbios sociais. Afirma CATTANI (1997) que, até 1930, apesar de sua debilidade, o movimento sindical expressava-se sob condições de relativa liberdade e autonomia. O que viria a partir de então se transformou em uma verdadeira camisa-de-força objetivando organizar e controlar as associações sindicais no sentido de integrá-las à administração pública como órgão de colaboração, apesar das muitas reações.

1.3 A hegemonia do cooperativismo conservador no país

Após a chamada 'Revolução de 1930', PEIXOTO (1987) argumenta que a Lei de Sindicalização de 1931, atrelando os sindicatos ao Ministério do Trabalho, atingiu também os participantes da CSCB ao perderem a força de um elemento chave em sua proposta: a ação sindical. E, para piorar, em 1932 a lei que regulamentava o funcionamento e a criação das cooperativas passou a vinculá-las ao Ministério da Agricultura. Partiam-se, pois, os elos que vincularam as cooperativas ao movimento sindical. Assim, apesar de as duas leis

possibilitarem ainda a criação de cooperativas por sindicatos, esta operação tornou-se bastante difícil. Explica PEIXOTO:

O próprio sindicato é agora alvo de detalhada regulamentação e mantém estreita dependência do Estado. Também as cooperativas estão sujeitas a regulamentos que prevêm em detalhe o seu funcionamento. Talvez por isso, os opositores do sindicalismo-cooperativista [...] consideram a lei de 1932 quase perfeita, espécie de carta de alforria do cooperativismo, e continuação da senda aberta pela Sociedade Nacional da Agricultura.

A partir dessa data o sindicalismo-cooperativista vai perdendo forças, embora se torne política oficial do governo nos anos 1933-1934. Enquanto grupo desaparece completamente, em 1938, até da memória (PEIXOTO, 1987:139).

Do ponto de vista do movimento cooperativista, conforme PEIXOTO (1987) as Leis de Sindicalização de 1931 e a de 1932, as quais vinculavam a criação de Cooperativas ao Ministério da Agricultura, além de acabarem com o sindicalismo-cooperativista, organizaram uma forte oposição àqueles que viam no chamado ‘cooperativismo livre’ o verdadeiro cooperativismo. Segundo eles, as cooperativas não poderiam ter caráter classista e deviam congregar em torno de si indivíduos de todas as classes buscando a produção e o consumo. A legislação federal também foi apontada como um entrave que feria a autonomia dos Estados e tornava o processo burocrático. E o atrelamento das cooperativas junto aos sindicatos, além de romper com os ‘princípios puros e universais da cooperação’, encarecia as criações, resultando tudo, enfim, em um grande conjunto de dificuldades de desenvolvimento daquele cooperativismo ‘verdadeiro e livre’. Ressalta ainda PEIXOTO o caráter dos documentos da época de desqualificar sistematicamente a ação da CSCB e, no decorrer do tempo, colocar aquele movimento em absoluto esquecimento. Coincidentemente, eram então assim derrotados no mesmo período os adversários cooperativistas: CSCB e anarquistas. Cooperativas com intuito de transformação social só retornariam com a proposta da ADS/CUT, décadas depois.

Restou desta forma, então, o cooperativismo capitalista, de meras empresas prestadoras de serviços aos associados, subordinados ao Conselho Nacional de Cooperativismo, órgão do Ministério da Agricultura e integradas a ACI. Esta, mundialmente une as entidades com o objetivo de formar uma rede e buscar ‘evitar as disputas e os conflitos econômicos’, conforme documento da COOPDEF - Cooperativa dos Portadores de Deficiência do Brasil (2001).

Por esse caminho, podemos compreender a cena hodierna. Segundo a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, com sede em Brasília, o Sistema Cooperativista do país, atualmente sob a lei 5.764/71, estava representado até dezembro de 2001 por 27 Organizações Estaduais – OCEs, 10 Confederações, 129 Federações e Centrais, 7026 Cooperativas singulares e 5 milhões de cooperados. Doze ramos dividem as áreas: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial - para portadores de deficiências, infraestrutura, habitacional, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer. Mostra a OCB que a evolução quantitativa por décadas de fundação das cooperativas demonstram uma elevação acentuada a partir dos anos 80, porém, nada comparável ao fenômeno dos anos 90, conforme podemos observar pelos seus dados:

De 1900 a 1949	1950 a 1959	1960 a 1969	1970 a 1979	1980 a 1989	1990 a 1999
= 168	= 176	= 405	= 464	= 766	= 3340

São Paulo é o estado com maior número de cooperados: 1.911.296 pessoas em 1.119 cooperativas. O Rio Grande do Sul vem a seguir com 721.704 cooperados em 776 cooperativas. Minas Gerais é o terceiro com 601.719 cooperados em 956 cooperativas, o que demonstra a força dessa iniciativa nas regiões Sudeste e Sul. A Constituição Federal do Brasil determina que o Estado deve estimular e apoiar o desenvolvimento das cooperativas, realça a OCB (2001).

Lembramos que na área rural predominou o cooperativismo controlado por grandes produtores e tutelado pelo Estado, e o processo de expansão das cooperativas agropecuárias foi determinado com o tempo pelo modelo baseado na modernização tecnológica e em um

padrão de financiamento com grandes subsídios, com a incorporação de uma grande parcela da agricultura familiar aos mercados agrícolas e, em especial, de *commodities* (produtos para a exportação). Houve uma profunda transformação da estrutura do setor agrário brasileiro.

Conforme MAGALHÃES (2001), a necessidade de escala na comercialização dos produtos determinou a organização de grandes cooperativas de comércio, posteriormente interligadas às indústrias de processamento. O modelo de cooperativismo tinha como objetivo principal ampliar o volume para negociar em grande escala. Este modelo de organização da comercialização não estimulou um processo de organização da produção. Os produtores mantinham sua produção individual, dependente e subordinada às grandes cooperativas.

Apesar de um discurso que valorizava os princípios internacionais do cooperativismo baseados na autogestão, MAGALHÃES (2001) mostra que a gestão destas cooperativas é estritamente empresarial, na qual o crescimento destas é o objetivo principal, mesmo em detrimento da melhoria das condições econômicas dos associados. A gestão é centralizada e controlada por técnicos orientados exclusivamente pelos critérios comerciais de custo e benefício. As grandes cooperativas passaram a exercer um monopólio sobre a comercialização dos produtores familiares e um controle sobre a venda de insumos, passando a determinar as suas condições de produção. Os pacotes tecnológicos da revolução verde foram amplamente adotados e impostos aos produtores. Ideologicamente, as cooperativas agropecuárias eram inteiramente engajadas nos discursos da modernização da agricultura. Em uma mesma cooperativa, grandes proprietários capitalistas e pequenos produtores familiares eram tratados diferentemente, com claros privilégios políticos e econômicos para os primeiros. Os concursos de produtividade, os prêmios aos maiores produtores etc. são exemplos da orientação técnica e política do modelo de desenvolvimento agrícola que as cooperativas pretendiam construir. Inúmeras tentativas de democratização do sistema cooperativista tradicional foram frustradas, inclusive por meio de métodos ilícitos patrocinados pelos grandes produtores patronais. O pequeno grau de educação da grande maioria de produtores reduzia ainda mais as possibilidades de participação na gestão destas cooperativas. O sistema organizado pelas cooperativas brasileiras tradicionais mantinha e ainda mantém pleno monopólio de representação do cooperativismo, mantendo-o atrelado ao Estado (MAGALHÃES, 2001).

Por outro lado, segundo *A Gazeta Mercantil* (2002) destaca-se o aumento da força das cooperativas de trabalho avançando em meio ao mercado terceirizado. O emprego formal foi cedendo lugar à terceirização dos serviços. Houve um crescimento de 79% em três anos. Em

dez anos, as cooperativas de trabalho aumentaram de 40 para 309 entidades nesse ramo. Um fenômeno de expansão. Só a Grande São Paulo tem 165 mil cooperados. Um caso é a COOPERSERV, que atua com serviços na área da saúde: com 3,7 mil profissionais atendendo 150 empresas, faturou em 2001 R\$ 25 milhões. Conforme a direção da cooperativa “o sistema tem que ser tratado como um negócio; é a reunião de pessoas em torno de um objetivo econômico e, como qualquer empresa, deve produzir lucro para seus sócios”. Eles aumentaram entre 2000 e 2001 76% o número de sócios e recebem 800 pedidos de associação por dia.

A cooperativa, fundada com as adesões voluntárias de no mínimo 20 pessoas físicas e sem limites de associados, torna o cooperado um profissional autônomo que executa suas atividades para o tomador de serviços. Conforme o mesmo jornal há certamente o desespero do desemprego, mas também se buscam ‘vantagens de trabalhar sem chefe nem horário’. Não podem existir fisicamente ações que possam ser identificadas como vínculo empregatício entre cooperativa e associado ou entre a empresa e o prestador. O cooperado não é subordinado à empresa, à chefe, nem tem horários fixos. Qualquer situação destas pode caracterizar vínculo com a CLT e significar fraude. Muitas denúncias de abusos são levadas ao Ministério Público. Empresas demitem funcionários e recontratam como terceirizados para reduzir custos. As organizações estaduais, como a OCESP - Cooperativas do Estado de S. Paulo, dão cursos, programas de educação e formação para evitar a má imagem e melhorar a profissionalização dos cooperados, descreve o jornal (2002).

Tivemos assim, objetivamente, a trajetória vivida pelos empreendimentos cooperativistas no país após as novas regras impostas pelo varguismo e o fim da experiência da CSCB. Refletindo esta idéia afirma POLÔNIO (1999) que foi o caráter social que inspirou o aparecimento das cooperativas, pois não nasceram para fazer frente ao sistema capitalista, mas para reduzir os efeitos perniciosos que este exercia sobre os cidadãos. Impunha-se desta forma no Brasil um modelo cooperativista absolutamente conservador, que prevaleceu ao longo das últimas décadas e mantém-se absolutamente hegemônico.

1.4 Sindicatos e Estado: reciprocidades e tensões duradouras

Segundo MANFREDI (1996), de volta à questão sindical, não existia antes de 1943 o sindicalismo chamado corporativista, isto é, um atrelamento entre trabalhadores e Estado. Existiam, sim, leis que não tinham vigência efetiva, apenas formal. Assim, o corporativismo

surgiu não no momento mais duro do autoritarismo e sim no pós-1942. Conforme MANFREDI, a dimensão política do projeto corporativista iniciou-se para respaldar um regime que buscava sair do autoritarismo. A construção da estrutura sindical oficial não foi apenas resultado da repressão sobre a oposição, foi a síntese de medidas legais, políticas e ideológicas bem articuladas. Pretendia-se mobilizar e gerar seguidores.

Com o Estado Novo e a Constituição de 1937 se elaborou uma concepção da organização sindical na sociedade brasileira que retirou do sindicato a sua principal arma política: a greve. Tornou-se um órgão paraestatal. A partir de 1939, com o Decreto 1402, coube ao sindicato uma atuação essencialmente administrativa com funções delegadas pelo Estado. A ação direta contra o patronato deixava de existir e, por intermédio da Justiça do Trabalho, passava a exercer a função de conciliador entre patrão e operário. Também no mesmo ano criou-se o Imposto Sindical à revelia do movimento operário. Comenta ANTUNES (1982) que, por meio do pagamento compulsório de um dia de trabalho por ano, todos os trabalhadores constituir-se-iam em uma fértil fonte financeira para os dirigentes pelegos, possibilitando a transformação dos sindicatos de instrumento de luta de classes em assistencialismo social, função que na verdade devia ser executada pelo Estado. Em 1940, instituiu-se o salário mínimo. Em 1943, o governo cria o Curso de Orientação Sindical para formação de dirigentes, publicado pelo Ministério do Trabalho. No mesmo ano foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Organizava-se, assim, a estrutura vertical do sindicalismo brasileiro³³, subordinada ao governo ditatorial, reflexo da *Carta Del lavoro* do fascista Mussolini. No final da década de 40, surgiram as primeiras organizações de trabalhadores no campo, constituindo-se por local de conflito. Conforme THOMAS JR. (1999), do ponto de vista da regulamentação sindical, amparou-se a possibilidade de organização em quatro categorias distintas: trabalhadores na lavoura, na pecuária e similares, na produção extrativa e produtores autônomos.

O corporativismo caracteriza este sindicalismo oficial. Pela primeira vez o Estado toma a iniciativa de articular um projeto educativo abrangente contrapondo-se àqueles projetos anarco-sindicalistas. Realiza-se, assim, uma parceria com a Igreja Católica, com objetivos assistencialistas e anticomunistas; as atividades educativas sindicais passam a ter um

³³ A chamada estrutura verticalizada do sindicalismo é formada por uma pirâmide em cuja base encontram-se os sindicatos únicos por categorias profissional/ramo da economia e município, o meio da pirâmide são as federações, que congregam de forma compulsória pelo menos dois sindicatos da mesma categoria/ramo da economia e, no topo da pirâmide, as confederações, entidades nacionais que agregam obrigatoriamente as federações da mesma categoria/ramo da economia (DOMINGUES, M.R., 2000).

caráter recreativo e assistencial com uma conotação neutra e sem intenções políticas profundas. Segundo MANFREDI (1996), este estilo sobreviveria até a década de 60. De acordo com IANNI:

Entre 1930 e 37, Getúlio Vargas ensaiou uma democracia de bases populares, fazendo concessões simultâneas à classe média e ao proletariado. Nesses anos, criou algumas bases do populismo brasileiro, formulando a doutrina da ‘paz social’ e reconhecendo os sindicatos como legítimos órgãos do proletariado. Nos anos de 1937-45 Vargas instalou uma ditadura de tipo populista, sob a denominação de Estado Novo, com elementos de inspiração corporativa. Nesse período, outorgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), formalizando as relações de trabalho nos setores secundário e terciário. Por meio do salário mínimo, as férias remuneradas, o aviso prévio, a proteção à maternidade e outros dispositivos formalizaram-se os direitos e os deveres dos trabalhadores no mercado de trabalho industrial tanto quanto nas outras atividades produtivas localizadas na cidade. Ao mesmo tempo, criam-se os requisitos organizatórios ou burocráticos por meio dos quais se dá o aparecimento do peleguismo. O pelego passa a ser um elemento essencial da burocracia sindical populista, pois aparece em muitas situações importantes, vinculando trabalhadores e sindicatos ao aparelho estatal (1989:77).

MANFREDI (1996) lembra que no final dos anos 50 as principais correntes que atuavam no movimento sindical eram basicamente três e cada qual com suas nuances internas: os ministerialistas e/ou amarelos, os classistas (comunistas, socialistas e anarquistas) e as correntes com orientação confessional e religiosa com destaque para os católicos. Entre 1956 e 1960 greves se sucediam. Juscelino Kubitschek tentava a realização do Plano de Metas e seus “50 anos em 5”, mas era questionado o modelo de abertura para as multinacionais, a elevação da inflação que corroía o valor real dos salários e a corrupção. A vitória eleitoral de Jânio Quadros para a presidência e sua surpreendente renúncia em oito meses de mandato deixaram o país em uma situação de grande agitação social. O Estado populista vivia seus momentos finais (REZENDE, 1994).

O chamado ‘perigo vermelho’ era constantemente lembrado pelos conservadores. Tempos de ‘Guerra Fria’. A esquerda via chances no meio daquele cenário com o crescimento

do movimento popular no campo³⁴ e na cidade. Em 1962 surgiu o Partido Comunista do Brasil – PCdoB³⁵. MANFREDI (1996) afirma que os nacionalistas mantinham o sindicalismo organicamente dependente do Estado. A luta pela reformulação da estrutura sindical não foi privilegiada pela corrente nacionalista, ficando essas propostas nas mãos de correntes não hegemônicas como o Movimento Católico de Orientação Sindical. Era um sindicalismo agitador e de denúncia³⁶. Entretanto, com o aprofundamento das tensões de 31 de março para 1º de abril de 1964 dava-se o tão temido golpe de Estado para evitar a implantação de uma ‘República Sindicalista’ (ANTUNES, 1982). Uma união de interesses reacionários aliava empresários, latifundiários, multinacionais, governo dos EUA e Forças Armadas, interrompendo a democracia no país novamente³⁷.

Durante o difícil período sob nova ditadura a violência reprimia qualquer manifestação contrária ao governo. Protestos estudantis e de trabalhadores eram duramente coibidos. Em 1965, o governo impôs o fechamento dos partidos existentes e o bipartidarismo. Mesmo assim, em 1968, ocorreram duas significativas greves contra o arrocho salarial: em Contagem, Minas Gerais e em Osasco, São Paulo³⁸. Ações de resistência variavam desde explosões a

³⁴ THOMAS JR (1999) afirma que a partir de meados dos anos 50, emergiram na cena política diferentes categorias de trabalhadores rurais em luta (meeiros, foreiros, colonos, camaradas, posseiros etc.), em especial as Ligas Camponesas, como um movimento radical de contestação ao sistema de monocultura, à mecanização e à estrutura fundiária nordestina, o latifúndio. As Ligas não gravitavam na órbita do controle do Estado, pondo em xeque a ordem vigente (mas aproveitavam-se de todos os canais legais existentes para encaminhar suas lutas). Em curto período de existência já se alastravam para 40 municípios de Pernambuco e na Paraíba, tendo como uma de suas lideranças Francisco Julião, advogado e político do Partido Socialista Brasileiro, dentro de uma heterogeneidade de participantes que envolviam desde comunistas a católicos progressistas.

³⁵ PCB é a sigla de Partido Comunista do Brasil que passou a chamar Brasileiro, na virada dos 50 para os 60. Em 1962 surge o PCdoB, Partido Comunista do Brasil, de influência Maoísta, refletindo as divergências entre os regimes socialistas da URSS e da China.

³⁶ Segundo CHAUI (apud MANFREDI, 1996), os partidos e as correntes da esquerda brasileira, quer aceitassem a política desenvolvimentista (anos 50), quer aderissem à política populista e mesmo a propusessem (início dos anos 60), nunca abriram mão de 3 pontos básicos de sua prática: nacionalismo antiimperialista, vanguardismo do partido na condução do processo e a revolução feita a partir do e com o Estado.

³⁷ A Igreja Católica, por meio do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, saudou o golpe que nos livrou ‘do perigo comunista e abismo iminente’. Porém, a instituição estava em transformação e conflitava internamente. Movimentos como a Ação Católica e a Juventude Universitária Católica não apoiaram o documento. Com o passar do tempo denúncias contra a violência, os abusos cometidos e a desigualdade social passaram a ser feitas por figuras como D. Hélder Câmara, D. Paulo Evaristo Arns, D. Pedro Casaldáliga, Frei Beto e Frei Leonardo Boff, um dos teóricos da Teologia da Libertação (*Retrato do Brasil*, 1984).

³⁸ O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco foi desmembrado, como o de Guarulhos, do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande S. Paulo, em 1962, gerando 3 organizações. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve durante 08 mandatos consecutivos como presidente Joaquim dos Santos Andrade, o ‘Joaquinzão’, que chegou em 1965 e construiu durante o regime militar um grande patrimônio para o sindicato por meio da arrecadação de imposto sindical, mensalidades e juros obtidos em caderneta de poupança. Seu pupilo era Luiz Antonio de Medeiros, em evidência desde o final dos anos 80 (*Retrato do Brasil*, 1984).

sabotagens passando pela ‘operação tartaruga’. Segundo REZENDE (1994), com essas manifestações o silêncio foi imposto brutalmente. A repressão recrudesciu. Muitos desapareceram. Praticamente apenas na segunda metade dos anos 70, com a crise do modelo do ‘milagre econômico’, o achatamento salarial e as denúncias de fraude nos cálculos da inflação, os sindicatos voltariam a ter evidência.

De 1975 a 1979 iniciativas de cursos de capacitação sindical abordando estrutura dos sindicatos, economia brasileira e política salarial despontavam. A partir de 1978 as entidades sindicais passaram a se preocupar com a capacitação de seus líderes com a promoção de cursos, palestras, congressos e conferências³⁹. Auxiliavam nesses cursos quatro tipos de centros: vinculados à Igreja Católica; centros educacionais vinculados ao Conselho Mundial das Igrejas, de caráter mais ecumênico; centros recém criados por sindicalistas cassados e anistiados e centros que reuniam ex-militantes de educação popular e que buscavam abrir espaços nas universidades (MANFREDI, 1996). Na segunda metade da década, diversos movimentos sociais brasileiros traziam a marca da democracia de base, a pedagogia da autonomia. No final, surgiu o movimento das greves de massa com amplo apoio dos diversos movimentos populares.

Os trabalhadores começaram a se articular também dentro das fábricas. Em 1978, aconteceram paralisações que atingiriam milhares de metalúrgicos, começando pelo ABC e depois se espalhando por todo Estado de São Paulo. Foram paralisações que tiveram anos de gestação, bem organizadas, conscientes e que surpreenderam o patronato. Uma vitória contra o arrocho salarial imposto durante anos, contra a Lei Antigreve e contra o desvinculo das classes trabalhadoras do processo político. Era o início de um novo momento que se descortinava após anos de resistência. Em 79, embora as greves fossem reprimidas pelo patronato, elas não pararam e obtiveram adesão maciça das categorias. Aconteceu, então, a greve geral no ABC, trazendo de volta antiga estratégia, a tática dos piquetes. Em vez da paralisação interna, os trabalhadores não entravam nos locais de produção, agiam fora. Tática largamente usada antes do golpe de 1964. O Estado, empurrado pela força do empresariado e das multinacionais, exigiu a volta ao trabalho. Não obteve sucesso. As assembleias eram realizadas constantemente e com audiência de 100.000 operários no estádio de Vila Euclides,

³⁹ De acordo com SIMÃO, a opinião do líder anarquista Edgar LEUENROTH sobre os novos tempos sindicais:

Antigamente a vida dos sindicatos estava no sentimento de igualdade e na efervescência das idéias. Hoje, quando entro num desses grandes sindicatos, diante dos guichês que separam os operários dos funcionários e diretores, tenho a impressão de estar numa repartição pública. O corpo cresceu sem o espírito do verdadeiro sindicalismo (SIMÃO, 1981:02).

São Bernardo. Conforme ANTUNES (1982) nunca ocorrera algo semelhante na história operária brasileira. Criou-se também outra novidade, o Fundo de Greve, para longos períodos de paralisação. Era uma nova geração que trazia a liderança de Luíz Inácio da Silva, o Lula, vinculado ao sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema desde 1972 e que passava a receber a solidariedade de sindicatos pelo país afora. Resultado disso tudo foi a abertura de negociações com os patrões e o retorno das lideranças sindicais cassadas no movimento.

Questionou-se o regime sindical que resistia transposto na CLT há 40 anos e três Constituições, ultrapassado no tempo e no conteúdo. Desejava-se um Novo Sindicalismo. Em 1979 aconteceu o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, buscando ampliar a sindicalização do setor (ANTUNES, 1982). Estes movimentos trouxeram uma ampla literatura sobre autogestão e autonomia. Todo esse cenário provocaria a uma grande onda de contestações que atingiu a sociedade levando-a à abertura política, ao processo de anistia, à volta dos exilados e ao nascimento do Partido dos Trabalhadores - PT, que despontou como uma nova alternativa socialista⁴⁰, dentro do resgate e fortalecimento da democracia no Brasil.

Podemos dizer que o PT nascia da força desse ‘novo sindicalismo brasileiro’, cujo ponto mais intenso era a região do ABCD paulista, o qual contava também com movimentos reivindicatórios urbanos, setores progressistas da Igreja Católica, militantes da esquerda do MDB e várias tendências como comunistas e trotskistas que não teriam chance de vida legal fora dele, e podia-se observar, inclusive, inspiração na luta por liberdade realizada pelo sindicato Solidariedade da Polônia⁴¹. Surgia pluralista. Para NASCIMENTO (s/d), a fundação do PT incorporou elementos socialistas dispersos entre as esquerdas desde o início do século. Com o PT, passou a existir uma linha evolutiva mais ou menos contínua com um corpo sistêmico de idéias, além de um público formado por uma base operária ampla. Nesta

⁴⁰ Em entrevista à revista *Caros Amigos* (Arbex Jr. et alii, 2000) Lula diz que o PT nasceu em 1980 da sociedade organizada, das diferentes categorias de funcionalismo público, trabalhadores metalúrgicos, gráficos, químicos, intelectuais etc. Criar um partido político era uma tarefa maior do que a de dirigir um sindicato, considerou. E, a seu ver, a diferença fundamental entre o PT e o PCB era que estes tiravam quadros politicamente preparados na universidade colocando dentro da fábrica. Para o PT era exatamente o inverso: tirava o trabalhador da fábrica e fazia com que ele fosse o agente político.

⁴¹ Conforme TRAGTENBERG (1990), o Solidariedade desde meados dos anos 70 lutava em paralelo ao chamado sindicato oficial contra a repressão da burocracia e hegemonia do poder do Estado polonês que orbitava ao redor de Moscou, sendo reconhecido em 1980. Desejava o fortalecimento da participação popular e operária por meio da autogestão das instituições. Chamando a atenção internacional pela sua luta em plena área soviética o Solidariedade, que também era pluralista como o PT, carregando dentro de si várias ideologias como socialistas independentes, católicos, nacionalistas e outros contrários ao partido único, em 1981, ao declarar ser favorável à

perspectiva, podemos entender a presença na fundação do partido de gerações tão diversas simbolizadas nas figuras de Apolônio de Carvalho, Mário Pedrosa, Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel da Conceição, Paulo Freire e Florestan Fernandes.

Assim, no fim dos anos 70, tomava corpo a necessidade da organização de um novo partido de massas e de um ‘novo sindicalismo’, livre de todo esse passado predominantemente reformista relatado até aqui. É um cenário social em ebulição. Época das lutas populares e das grandes greves de onde apareceram lideranças como Lula, que fundaria o PT em 1980 e três anos depois organizaria a CUT, símbolo do profundo vínculo entre essas duas instituições surgidas para lutar contra o autoritarismo. A caminhada desse combativo sindicalismo que se ergueu no ocaso do regime militar é o que iremos discutir mais detalhadamente a seguir, procurando evidenciar as circunstâncias que o levaram contemporaneamente propor a solidariedade e o cooperativismo como instrumentos de luta dos trabalhadores por uma condição de vida mais equitativa.

1.5 Dialética do abrandamento: a trajetória de 20 anos da CUT

“Quem te viu, quem te vê...

Quem não a conhece, não pode mais ver para crer;

Quem jamais a esquece não pode reconhecer.”

Chico Buarque de Holanda.

Segundo CARDOSO (1999), a ampliação da abertura política a partir de 1979 não incluiu os sindicatos, pelo contrário, os militares reprimiram-lhes com veemência, o que contribuiu para explicar o caráter altamente politizado assumido pelo sindicalismo brasileiro. Estas condições são básicas para entendermos as características desse novo movimento sindical que se encaminhou rumo a uma ideologia socialista, atualmente menos intensa ao seu ver. Os sindicalistas eram oriundos de raízes de esquerda autênticas e movimentos ligados à Igreja Católica, por meio da Teologia da Libertação. Uniam-se por afinidades eletivas e por projetos comuns de reestruturação sindical, numa somatória contrária ao regime vigente.

criação de uma ‘República autogestionária’, seria dissolvido pelo governo que decretou Estado de Guerra.

Conforme RODRIGUES (1997), o ressurgimento do movimento operário naquele momento refletia uma reação à superexploração do trabalho a que se submetia a mão-de-obra, exprimia a resistência operária contra a exploração capitalista, a ‘defesa da dignidade’ com o combate à miséria e à opressão a que estavam submetidos tanto no interior da fábrica quanto no conjunto da sociedade, mas, sobretudo, além desses porquês, a emergência operária e sindical explicam-se como expressão de uma luta mais ampla no interior da sociedade por direitos de cidadania, ou seja, o mais visível podia ser a contestação quanto ‘à maquiagem dos índices inflacionários’ de reajuste, mas, no fundo, a finalidade era o direito à cidadania. Era a afirmação de uma classe trabalhadora que já não aceitava mais uma participação limitada e desejava mais atuação no campo social e político, nas instituições do país.

Segundo demonstra CRUZ, o discurso fundador do Novo Sindicalismo era totalizante no sentido em que organizava a ação sindical a partir de uma visão de mundo pensada pelo autoritarismo, mas que era também resultado do encontro e da combinação de experiências diversas que tinham em comum a oposição contra uma ‘realidade materialmente inexpugnável se confrontada do ponto de vista individual’ (CRUZ, 2000)⁴².

Em Agosto de 1981 aconteceu a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, reunindo heterogêneas manifestações sindicais. Devido a profundas discordâncias internas o movimento rachou e em 23 de agosto de 1983 nasceu a Central Única dos Trabalhadores – CUT, abrigando os mesmos agentes que organizaram a greve geral desse ano contra o FMI, o arrocho salarial, o pagamento da dívida externa, a recessão e pela reforma agrária, entre outros itens. Representava o mais orgânico Novo Sindicalismo. Composta por membros de diversos grupos da esquerda seu primeiro presidente foi Jair Meneguelli, vindo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Surgiu para ser uma nova organização dos trabalhadores, calcada na liberdade e autonomia sindical, para corroer o sindicalismo corporativo e oportunista. Trouxe como compromisso estatutário a atuação pela emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista.

Cabe ressaltar que, após o desligamento daqueles que formaram a CUT, a CONCLAT passou a se intitular *Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras* e em 1986 tornou-se

⁴² A sociedade civil brasileira foi se materializando pelo surgimento ou ganho de expressão de instituições como as CEBS- Comunidades Eclesiais de Base; OAB- Ordem dos Advogados do Brasil; ABI-Associação Brasileira de Imprensa; CNBB- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; CEBRAP- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento etc (SECCO, 2002).

Central Geral dos Trabalhadores – CGT, presente até o momento no sindicalismo nacional⁴³. A CGT tinha em seu conjunto as lideranças mais importantes do sindicalismo corporativista e de tendências conservadoras, isto é, a representação de tudo o que a CUT desejava combater.

Inicialmente, o objetivo da CUT era a expansão e a implantação por todo o território nacional, nas principais categorias, buscando construir lutas que absorvessem o conjunto dos trabalhadores. Com o passar do tempo ocorreu a articulação das ações e o desdobramento em duas frentes: uma que viabilizasse as lutas específicas das categorias representadas e defendidas pelos seus sindicatos, federações e confederações, em problemas como aumentos salariais, segurança do trabalho, organização de comissões por local de trabalho etc. e outra que aglutinasse um conjunto de lutas mais genéricas que interessasse a todos os trabalhadores, como a recuperação do valor do salário mínimo, direitos trabalhistas, relação com a política econômica e social do país etc. Mas, seu desenvolvimento não se deu sem embates internos, sem disputas pelo consenso. Para SECCO:

O crescimento da CUT e dos sindicatos mais organizados, sob o controle da Articulação⁴⁴: metalúrgicos do ABC, químicos, bancários de São Paulo etc., também levou a novas formas de negociação e acordos com o patronato que suscitaram a ira das correntes mais vinculadas ao que se achavam ser os princípios do marxismo clássico (SECCO, 2002:85).

Afirma RODRIGUES sobre as disputas internas que:

No interior do sindicalismo CUT há, grosso modo, duas posições bastante distintas [...] De um lado, encontra-se a esquerda contratualista, representada pela Articulação Sindical e tendências afins. De outro, a esquerda socialista, cujos principais pilares são:

⁴³ Da fragmentação da CGT surge no início dos anos 90 a Força Sindical, grande opositora da CUT. Posteriormente ainda aparece a Social Democracia Sindical – SDS.

⁴⁴ A ‘Articulação dos 113’ nasceu hegemônica logo depois da fundação do PT em 02/1980, liderada por Lula, baseada na força de uma cultura basista, ou seja, o trabalhador no seu lugar de trabalho. Foi responsável por uma política de alianças e pelo combate tanto à limitação da ação partidária às instituições existentes, quanto ao vanguardismo de grupos que encaravam o PT apenas como uma frente de esquerda. Conseguiu agregar elementos sem um passado de militância em outros grupos de esquerda e provocou a resistência das tendências mais tradicionais, caso dos trotskistas, maoístas, stalinistas etc. (SECCO, 2002).

a Alternativa Sindical Socialista, o setor sindical do PSTU, e a Corrente Sindical Classista, entre outros. No primeiro caso estão os sindicatos mais ligados ao setor privado; já no segundo, um porcentual expressivo das entidades estaria no setor público (RODRIGUES, 1999:84).

De acordo com as pesquisas de CRUZ (2000) é possível dizer que o chamado ‘Novo Sindicalismo’ representado pela CUT, dentro da dinâmica da realidade, partindo de um início de combate global às políticas econômicas do Estado, ao bloco dominante e à estrutura legal-corporativista dos sindicatos, foi enveredando para uma prática caracterizada pela ação fragmentada e relativamente adaptada à estrutura sindical, o que instigou mais as referidas tensões internas. Como apresentação desses estudos de Cruz, argumenta ANTUNES:

Analizando a fase que compreende os antecedentes do I CONCUT, realizado em 1984, até o V CONCUT, dez anos depois, mostra, [...] que partiu de uma gênese confrontacionista e crítica e hoje se amolda crescentemente a uma prática cada vez mais negocial e propositiva, dentro da Ordem. [...] Desde o III CONCUT, de 1988, já era possível visualizar, [...] o início desta mutação, que transitava da fase da denúncia e do confronto para a fase da cautela e da negociação (ANTUNES *apud* CRUZ, 2000:09-10).

É importante frisar essa tensa questão da caminhada de uma postura mais aguda original logo após o rompimento com a CONCLAT e as lutas pelas ‘Diretas já’, até o discurso mais cuidadoso atual, para maior clareza da análise do surgimento da ação contra-hegemônica socialista por meio da economia solidária da ADS em fins de 1999, bem como das políticas de formação da Central que orientam seus membros⁴⁵. Detalhemos um pouco mais a questão.

A CUT iniciou sua história alicerçada em uma visão de confronto com adversários declarados: o velho sindicalismo, a classe dominante e o Estado, dirigido pelos militares e

⁴⁵ Segundo HOBBSBAWN:

[...] há uma diferença notável entre o novo movimento revolucionário e o da minha geração, nos anos entre as guerras. [...] Hoje em dia essa fé na grande Revolução de Outubro e na União Soviética desapareceu em grande parte- esta é uma observação de fato, não um juízo – e nada a substituiu. [...] O que substituiu nosso ideal é uma combinação de utopia e aversão negativa à sociedade existente (1982:256).

submetido aos ditames do Fundo Monetário Internacional. Nas Resoluções do I Congresso Nacional da CUT – I CONCURT, em 1984, há um teor fortemente anti-imperialista e contrário a qualquer alternativa liberal-conservadora em um governo para a classe trabalhadora, deduzindo-se que não há setores políticos confiáveis entre a burguesia, não havendo porém, também, qualquer apontamento de alternativa que sirva aos interesses das classes trabalhadoras (CRUZ, 2000). Assim ataca pelegos e reformistas, apontados como parceiros do governo, utilizando-se da velha estrutura sindical:

A estrutura sindical brasileira atual já tem mais de 40 anos e ainda está em vigor. Ela tem como princípios básicos: o corporativismo sindical (para dividir e enfraquecer os trabalhadores), o verticalismo sindical (para manter o controle dentro da própria organização sindical), a conciliação de classes (para harmonizar os conflitos entre patrões e empregados), a submissão ao Estado (para garantir qualquer tipo de intervenção), o assistencialismo (para desviar a ação sindical), o imposto sindical (como forma paternalista de resolver o problema da sustentação financeira), o controle financeiro por parte do Estado (para evitar que os trabalhadores decidam investir nas lutas), o controle político (para o Estado decidir sobre quem pode dirigir um sindicato) (CUT, 1984).

Coteja claramente com a CONCLAT atacando sua aliança com os setores conservadores:

A integração eufórica da Conclat e das tendências políticas que a compõem na Aliança Democrática de Tancredo e Sarney torna desde já impraticável qualquer iniciativa conjunta. A prática divisionista deste setor no movimento sindical, na própria construção da CUT e na sabotagem às lutas mais importantes da classe trabalhadora hoje se expressa sobretudo na traição à campanha das Diretas-já (CUT, 1984).

O Novo Sindicalismo procurava um significado renovado para a ação sindical. As lutas da classe trabalhadora não estão separadas da luta política, são duas interfaces de um

mesmo movimento. Um discurso que incorpora também o movimento social do campo cuja palavra de ordem é a luta pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Assim:

O latifúndio é uma das bases do capitalismo. O capitalismo no campo avança, de um lado concentrando a propriedade da terra em poucas mãos, e de outro, expulsando os trabalhadores da terra [...] transformando-os em desempregados, sub-empregados, assalariados nas cidades ou bóias-frias no campo. [...] Cabe à CUT assumir nacionalmente a luta pela redenção do homem do campo pelo que se propõe:

1. Luta pela reforma agrária radical, ampla, massiva e imediata, sob o controle conjunto dos trabalhadores e que garanta o atendimento das reivindicações imediatas dos camponeses [...] (CUT, 1984).

Podemos então notar que a luta da CUT pela reforma agrária é anticapitalista. É a unidade campo-cidade dos trabalhadores em uma luta social total, isto é, no sentido de que a solução dos problemas do homem do campo passa necessariamente pela reforma agrária e, portanto, pelo fim do capitalismo (CRUZ, 2000). Não há distinções entre as categorias de trabalhadores, não há compartimentos sociais ou políticos, não há fragmentação. Existe uma grande unidade, condição para a transformação social segundo Marx e Gramsci. A sociedade é vista como um todo em que a classe trabalhadora é mais que uma somatória de proletariado e campesinato (CRUZ, 2000).

Em 1986, após o II CONCURT, suas resoluções sinalizavam:

O compromisso histórico da CUT: impulsionar a luta sindical dos trabalhadores, na perspectiva de construir uma sociedade socialista. [...] A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder de Estado e aos próprios partidos (CUT, 1986).

O Novo Sindicalismo foi agente decisivo na conquista de uma nova democracia na sociedade, e conseguiu efetivamente tornar-se capaz de hegemonizar a ação do movimento sindical brasileiro desde meados dos anos 80. Filiaram-se à CUT entre 1983 e 1990 em sua ‘luta socialista’ 1.347 entidades sindicais. Viviam-se o regime da Nova República, a intensa crise econômica e os fracassos dos sucessivos planos de estabilidade. Por outro lado, segundo CRUZ (2000), em 1988 dentro do III CUNCUT, já se indicava um princípio de dispersão e fragmentação do discurso cutista, contudo foi mesmo nas plenárias e congressos pós 1989 que, mostram suas pesquisas, ‘a janela estilhaçou’. Na 5ª Plenária Nacional, em 1992, uma resolução importante definia a participação da CUT nas Câmaras Setoriais, articuladas pelo governo Collor – e encerradas em 1994 – para discutir políticas de modernização, investimentos e preços nos principais ramos industriais. Momento, inclusive, em que também se organizava na sociedade civil a luta pelo *impeachment* do presidente, e teve da parte cutista uma atuação bem opaca. Coloca CRUZ:

[...] a participação da CUT nas Câmaras Setoriais de Preços, a despeito do grande silêncio de suas resoluções foi um dos pontos mais nevrálgicos da luta interna a respeito da política na Central. Ao participar do estabelecimento de políticas sob as quais não teria jamais nenhum controle efetivo, a direção da Central comprometia-se formalmente com a busca de ‘soluções propositivas’, na esfera do sistema capitalista, para os problemas da classe trabalhadora. Esta prática discursiva aprofundou uma tendência que apenas em germe aparecia quando da definição reivindicatória pelo contrato coletivo de trabalho, qual seja, o abandono progressivo da posição de combate em relação à classe dominante e seu Estado, passando ao exercício do discurso da negociação, ao mesmo tempo que abandonava a idéia da totalidade da classe trabalhadora, pela idéia da fragmentação (CRUZ, 2000:165).

A tendência aprofundou-se. Do I CONCUR ao V CONCUR percebemos uma grande ausência de identidade de enfrentamento, flagrante diferença com aquela do tempo de Jair Meneguelli em 1984. Luta política pelas Diretas já e construção da CUT eram elementos combinados de uma estratégia sindical. Em 1994 o papel da CUT era meramente fiscalizar e lutar por ‘eleições limpas’. Não havia um norte unitário de ação sindical. Nem um plano de ação que previa as formas efetivas de articulação entre luta sindical, urbana, rural e processo

eleitoral. A totalidade foi se desvanecendo. O simbólico problema da terra aparecia, então, como item da 'Plataforma da CUT', ao contrário de 1984 em que constituía parte fundamental do documento do I CONCURTO. Perdeu-se a *radicalidade* da perspectiva de um enfrentamento claro em relação ao Estado burguês. E mesmo a luta por organização de trabalhadores pela base, para uma ação de crescimento permanente de consciência política da classe, de movimento unitário, esvaiu-se. Dissolveu-se no mais elementar corporativismo, em uma política verticalista, que abandonou decididamente os elementos do discurso fundador, segundo CRUZ. Ele afirma:

[...] na visão das resoluções, 1) a CUT foi parcialmente derrotada pelo modelo corporativo de sindicato estatal; 2) tal quadro foi agravado por questões de caráter organizativo: a) pela existência de uma forma de organização horizontal (classista, das cut's regionais e estaduais, como se definira nas resoluções do I Concut), b) pela insuficiência organizativa representada pela inexistência de sindicatos por ramos de atividade, ou em outras palavras, pela inexistência de uma identificação definida pelos diversos ramos de investimentos dos empregadores (!) e, finalmente, c) pela ausência daquilo que era ou deveria ser a marca do novo sindicalismo: a organização de base dos trabalhadores (CRUZ, 2000:168).

Tal fenômeno também é comentado assim por RODRIGUES (1997):

No entanto, passados dez anos, esse padrão de ação sindical [uma atuação mais conflitiva na esfera das relações do trabalho] começa a sofrer um processo de esgotamento, principalmente levando-se em conta a crise por que passa o sindicalismo internacional e também no Brasil [...] estão indicando mudanças perceptíveis de uma ação sindical que se apoiava no conflito para outra que privilegia a negociação. Esse caminho, no entanto, não é linear. As dificuldades são muitas, os desafios a vencer maiores ainda... [...] Esse processo [que traz consigo muitos conflitos internos] tem propiciado um acentuado distanciamento entre o discurso e a prática do sindicalismo – CUT, porque, são várias as 'práticas' e vários os 'discursos'. E é responsável, em alguma

medida, pela ausência de um projeto sindical mais claramente delineado (RODRIGUES,1997:238-239).

Para CRUZ, enfim, são contingências de um intenso processo vivido pela Central, não constitui um avanço ou retrocesso, sendo determinado pelas condições sob as quais se desenvolveu dentro da dialética da história da sociedade brasileira.

Por outro lado, também nessa história recente do sindicalismo nacional, ressalta CARDOSO (1999) que até 1988 a legislação proibiria a existência de instâncias intercategorias, isto é, as centrais sindicais⁴⁶. Durante o período, a CUT organizava ‘sindicatos autênticos’ e procurava constituir uma estrutura sindical paralela, desatrelada do Estado, com a criação de sindicatos unificados por ramos de atividades. Como resultado desta luta, durante os anos de 84 e 87 o Brasil foi o país que mais realizou greves no mundo. Lembra o sociólogo que durante esse tempo de alta inflação também foi introduzido no país o debate do conceito de ‘conflito distributivo’⁴⁷ em substituição

[...] à surrada luta de classes, conceito ‘eivado de ideologia’. Fazia sentido. Numa situação em que os agentes sociais se esforçavam por sobreviver, a disputa entre eles parecia voltada inteiramente para a apropriação de parcelas da riqueza nacional, na forma de salários, lucros ou renda. O conflito parecia estar-se dando em torno da distribuição da riqueza, nada mais, e a inflação foi tratada por autores insuspeitos como resultado do conflito distributivo (Singer, 1988). Esse tom foi imprimido por economistas, que ganharam hegemonia no debate. (CARDOSO, 1999:161)

Observamos que essa visão economicista do ‘conflito distributivo’ que tomava o lugar da ‘luta de classes’ apontado aqui por CARDOSO, reforça a análise de CRUZ sobre o III CONCUR em 1988 que iniciou um processo de ‘deslize’ do discurso e prática mais agressivos

⁴⁶ Explica CATTANI (1997) que, com a Constituição de 1988, foi abolida a possibilidade de intervenção e de controle das atividades sindicais por parte do Estado. Porém, a nova Constituição manteve o princípio organizativo do sindicato único por categoria e por base territorial, o imposto sindical e o monopólio da representação, mantendo negativamente a herança corporativa varguista.

⁴⁷ Conforme LACERDA (*et alii*, 2000), o conflito distributivo se refere à luta dos agentes econômicos para manter sua participação na renda, quando do intenso processo inflacionário, acabando por realimentar os aumentos de preços.

para o da negociação e fez coro com a postura do V Encontro do PT em 1987, em que se dava primazia à ‘política de acumulação de forças’ no caminho da ‘Revolução Democrática’ em detrimento ao ortodoxo ‘assalto ao poder’. Prelúdios para a idéia da Economia Solidária da ADS/CUT.

Porém, mesmo a CUT sendo majoritária no meio, não conseguia penetrar em todos os setores sindicais, e acabou por manter um sindicalismo fracionado em que a CGT, principalmente a partir de 1985, passou a ser interlocutora importante do governo no período de presidência de José Sarney⁴⁸, papel assumido pela dissidência da CGT desde 1991, a Força Sindical, abrindo o período neoliberal, segundo CARDOSO (1999). Dados do IBGE apontavam em 1991 cerca de 11 mil sindicatos, incluindo entidades de empregados, de empregadores e autônomos. Atualmente o Ministério de Trabalho *estima* existir 19 mil sindicatos: a CUT tem cerca de 3100 sindicatos filiados, a Força Sindical 1600, a CGT 1076 e a SDS com 1276⁴⁹. Um grande perfil fragmentado. E, pior que isso, conforme POCHMANN:

[...] o perfil geral da atuação sindical ainda é marcado pela fragmentação, descentralização, assistencialismo e burocratização. Os traços gerais da velha estrutura corporativa estão hoje ainda intactos, embora a atuação sindical tenha se deparado com novos desafios. Com isto, deseja-se chamar a atenção para a baixa eficácia obtida pela ação sindical fragmentada (que é reforçada pela grande quantidade de sindicatos) e desbalanceada (prestação assistencial de serviços para parcelas reduzidas da força de trabalho), assim como para a burocratização das ações de grande parte das atividades tradicionais dos dirigentes sindicais e para a descentralização e pulverização do processo de negociação coletiva do trabalho. A reformulação da estrutura sindical pode vir a fornecer melhores elementos para elevar a eficácia e eficiência da atuação sindical, através de um sistema democrático de relações do trabalho (1996:296).

⁴⁸ SADER (1998:36)

[...] ao longo dos anos 80 [...] com a imposição da hegemonia do capital financeiro, que desembocou finalmente no neoliberalismo, iniciado no final da década, ainda no governo Sarney.[...][Neoliberalismo] que tinha de enfrentar-se com uma forte burguesia industrial protegida pelo Estado e com um movimento social e político de esquerda com capacidade de resistência superior ao dos outros países da região. Daí a particularidade da versão brasileira do neoliberalismo, seu caráter matizado.

⁴⁹ Segundo FERNANDES (2001).

Essa característica do sindicalismo nacional apresenta uma prática cheia de organizações fantasmas, sem controle e fiscalização, que muitas vezes serve a Interesses escusos chegando até a roubar o seu contribuinte, ou seja, o sistema está viciado. A própria CUT diz que dos cerca de R\$ 500 milhões extraídos por ano dos salários dos trabalhadores como contribuição sindical somente 20% destina-se para sindicatos sérios, independentes da tendência política. Todo o restante vai para sindicatos fantasmas ou sem representatividade. A lei garante a receita sindical, porém não há fiscalização, e cabe aos associados fazerem isso, o que dá chance para aproveitadores. Hoje existem quatro tipos de taxas que são recolhidas pelos sindicatos: contribuição sindical (antigo imposto sindical que as empresas recolhem para os sindicatos, equivalendo a um dia de trabalho), contribuição confederativa (prevista na Constituição), taxa assistencial (cobrada pelos serviços que os sindicatos oferecem aos sócios e geralmente é negociada na data-base) e a mensalidade que os associados pagam para as entidades sindicais⁵⁰. Conforme estimativa do IBGE⁵¹, até abril de 2001, havia 22 milhões de trabalhadores com carteira assinada, envolvidos por uma estrutura ineficiente, corroída, mas resistente. Eram restos do modelo populista, iniciado com a Revolução de 30, cujo projeto administrativo e de desenvolvimento da iniciativa privada contava com intenso apoio estatal.

Nesse modelo - no qual o sindicalismo estava inserido, verticalizado, corporativista - o Brasil entre 1930 e 1964 ensaiou um poderoso projeto de capitalismo nacional que foi abortado, conforme IANNI (ARBEX JR. *et alii*, 2002). Foi poderoso por ter sido dinâmico, segundo ele, em termos de integração de setores econômicos e sociais, de uma redefinição das relações entre sociedade civil e o Estado, sendo chamado por muitos de ‘populismo’, ‘getulismo’ ou ‘varguismo’. Houve uma série de elementos demagógicos, manipuladores presentes, contudo, havia um projeto que implicava em conquistas econômicas, políticas, sociais como a CLT, a Cia. Volta Redonda, a Petrobrás, a Eletrobrás, as universidades etc. Não foi o projeto nacional de seus sonhos, mas, afirma IANNI, era uma realidade que se desenvolveu de modo notável apesar da ditadura. Com o golpe de 64 e os militares no poder, resultado de um processo geopolítico da época, ‘degolaram’ organizações e lideranças comprometidas com o projeto nacional, como JK e Celso Furtado. Bloqueou-se a vida social, política e cultural do país, deixando que as organizações transnacionais influenciassem

⁵⁰ A contribuição sindical, descontada compulsoriamente, corresponde a um dia de salário. Do total, 60% vão para os sindicatos, 20% para o FAT, 15% para as federações e 5% para as confederações. Sindicatos como o dos metalúrgicos do ABC e dos bancários de SP devolvem os valores e recebem mensalidade voluntária. A Força Sindical defende o fim do imposto, porém não devolve os valores arrecadados aplicando-os nos serviços médicos, colônias de férias etc. (TOLEDO 2002).

decisivamente nossos destinos. Entende que o Brasil foi sendo transformado após a ditadura em ‘uma província do capitalismo mundial’. Não se pode agora falar mais em soberania do país, porque isto significa capacidade de definir projetos nacionais, diretrizes, objetivos. Todos os termos usados nos últimos tempos como ‘reforma do Estado’, ‘Estado mínimo’ e ‘modernização’ significam fundamentalmente o processo de desmonte do projeto nacional. O país está em uma gravíssima situação ao posicionar-se em função das decisões adotadas no âmbito das corporações transnacionais ou das organizações multilaterais. Por isso é notável o protesto dos professores universitários federais, do MST, do Fórum Social de Porto Alegre, dos desempregados. Isso mostra que a sociedade está se reanimando, já que ‘o Estado lhe deu as costas’, conclui IANNI (ARBEX JR. *et alii*, 2002).

Essa perda de autonomia e de uma percepção própria da realidade também é destacada por POCHMANN (2001). Ele afirma que o Brasil possui desde 1990 um modelo econômico que se diferencia profundamente do verificado entre as décadas de 1930 e 1970. Em vez de defender a produção e conseqüentemente o emprego nacional, privilegia-se a promoção da integração do sistema produtivo nacional a economia mundial. Em nome da competitividade segmentos do setor público desapareceram, outros foram privatizados, concedidos, terceirizados e reformulados. O setor privado passou a ser o principal centro promotor da dinâmica econômica nacional. Explica então que:

Quatro novos segmentos do setor público foram constituídos, através do núcleo estratégico (definição de leis e políticas públicas), das atividades exclusivas (forças armadas, arrecadação e agências de regulação, fomento e controle), dos serviços não exclusivos (educação, saúde, seguridade e pesquisa) e do setor de produção de bens e serviços (empresas estatais). O novo formato do aparato estatal foi exigido dentro do objetivo governamental de enfrentar a crise fiscal, concedendo um novo papel ao Estado menos intervencionista e muito mais regulatório. Em grande medida, a ênfase na reforma do Estado foi provocada pelo recente avanço hegemônico da ideologia neoliberal, a partir da difusão da concepção de que o aparato estatal impunha obstáculos à inovação tecnológica, sendo ineficiente na alocação dos recursos da economia e na promoção da redução do déficit fiscal. Em síntese, constitui uma interpretação equivocada de que o padrão de intervenção estatal anterior evitava a modernização e a eficiência econômica (2001:25).

⁵¹ Segundo FERNANDES (2001).

Apesar de todo o esforço dessas novas políticas de Estado, os anos 90 ficaram marcados como o pior desempenho econômico do século XX no Brasil⁵². E destaca:

[...] um dos principais argumentos utilizados pelos defensores da revisão do papel do Estado, com transferência do patrimônio estatal para o setor privado, era a centralização e o adicional dos gastos nas áreas sociais. Contudo, [...] nota-se agora que foi a transferência de receita pública para o setor financeiro, em atendimento do pagamento dos serviços do endividamento, o real motivo da privatização. Até agora, os procedimentos adotados para a privatização do setor público perseguem o ajuste fiscal, que se mostra de caráter permanente, enquanto a sustentação da estabilidade monetária continuar dependendo de altas taxas de juros e, com isso, do endividamento do setor público. [...] Como norma de funcionamento do setor privado, bens e serviços são fornecidos toda vez que houver capacidade aquisitiva suficiente para cobrir custos e margens de lucros. Em outras palavras, regiões geográficas menos desenvolvidas e parcelas mais pobres da população correm sério risco de ficar desprestigiadas em investimentos e fornecimento de bens e serviços toda vez que não apresentarem suficiente capacidade aquisitiva. Com isso, a desigualdade regional, social e econômica tende a aumentar ainda mais (POCHMANN, 2001:36).

Tal elevada concentração da renda o DIEESE (2001) aponta como um dos principais problemas da situação socioeconômica brasileira que tanto aflige os trabalhadores deixando-os à deriva com rendimentos achatados e constantes ameaças da perda do emprego. Sem considerarmos o desmonte das políticas públicas sociais, que empobrecem os serviços já comprometidos de um Estado preso a compromissos externos. E como o crescimento demográfico gira em torno de 1,4% ao ano (1999), mas a população economicamente ativa

⁵² Dados do IBGE e do IPEA (FERNANDES, 2000) mostram que nos anos 90 a produtividade da economia no Brasil cresceu cerca de 2,5% ao ano, mas a participação dos salários no PIB caiu de 45% em 90 para 37% em 99. Trabalha-se mais, ganha-se menos e, ainda assim, o desemprego é elevadíssimo.

crece a uma taxa de 2,7%, o país precisaria criar 1,5 milhão de empregos novos ao ano, o que implica um crescimento permanente do PIB a uma taxa média de 7% ao ano⁵³.

Desta forma, em nome de uma suposta ‘modernização’ do setor produtivo brasileiro, que não poderia ficar atrasado em relação aos avanços da tecnologia internacional e as exigências da globalização, buscou-se desmontar o ‘capitalismo protegido’ conforme FIORI (1997), legado do processo de substituição de importações desde a era Vargas até os militares, por uma abertura que ampliasse a competitividade e reduzisse os custos de produção. Apostava-se na centralização de capital, com absorções ou uniões das menores empresas pelas maiores. Além disso, o governo brasileiro também desmontou o patrimônio público e ofereceu a privatização das empresas estatais, tentando equilíbrio fiscal e sinalizando um bom campo de investimentos para o capital estrangeiro. Tais movimentos levaram o país ao caos social em que nos encontramos atualmente. O Estado perdeu sua capacidade, não tem políticas eficientes, ficou sem legitimidade perante a população. Não há o necessário crescimento econômico e, por conseguinte, não há empregos. Mais que isso, a reestruturação produtiva ainda amplia a não contratação e, por gerar um excesso imenso de oferta, faz o valor dos salários pagos àqueles que conseguem contratação formal despencarem. O sindicalismo, enfraquecido, vive em pânico devido ao avanço da imensa informalidade no trabalho.

Toda essa política imposta pelos neoliberais e as conseqüências das transformações no capitalismo realiza o que SOARES (2000) intitula ‘Estado do Mal Estar Social’, a desproteção das camadas populares⁵⁴; segundo MATTOSO (1996), uma ‘celebração do individualismo’ que tolhe as iniciativas democráticas e coletivas em nome de uma ‘ética da eficiência’.

Conforme DOMINGUES (2000), foi a necessidade de aprofundar a organização geral dos trabalhadores para as batalhas a serem travadas que fez a CUT, no início dos anos 90,

⁵³ Os 502 anos de história do Brasil demonstram: um capitalismo capenga, em que cerca de 81% da população vive na berlinda do que se produz e se consome na nona maior economia do mundo. Os 137 milhões de brasileiros pertencentes às classes C, D e E são imensa maioria num país dito democrático. Com rendas mensais brutas inferiores a R\$ 1.125, resta-lhes quase nenhum poder de escolha nas decisões de consumo. Baseado em dados do IBGE pode-se enxergar um "pré-capitalismo": 65% da população não tem nem mesmo conta corrente, segundo o instituto LatinPanel/Ibope. As razões são renda insuficiente e desemprego (*Cartacapital*, 04.2002).

⁵⁴ Pesquisa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade na capital publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 14/02/2002 revela que a violência aumentou em locais de maior população com menor renda e baixa escolaridade. A despeito da maior estabilidade econômica dos anos 90 o número de miseráveis cresceu de 18,5% em 1991 para 19,7% em 2000. Os números permitem afirmar, conforme o senso comum, que violência e pobreza andam de mãos dadas.

propor a reestruturação da representatividade sindical em sua base, para minimizar a pulverização existente devido a existência de diversos sindicatos de atuação desarticulada, muito referenciados na lógica oficial, bem como por conta da pulverização agravada pela flexibilização produtiva e pelo neoliberalismo. Novas estratégias. RAMALHO (1998) coloca que, em fevereiro de 1993, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, então presidente da CUT, dizia que o sindicalismo vivia uma nova fase, um desafio que não existia na época de Lula. Afirmava que os trabalhadores continuavam capazes de fazer greve, mas de maneira mais inteligente e que seria impossível adquirir essa visão sem ter experimentado os sabores e dissabores das lutas, os erros e acertos cometidos ao longo dos últimos 15 anos. E mesmo o empresariado mudou, para o sindicalista; passou a ser possível sentar-se para negociar. Conforme aponta, as lutas dos anos 70/80 geraram entre os contendores o sentido do reconhecimento recíproco pelo qual cada um sabe da legitimidade política e da autoridade para negociar com seu interlocutor. Ele assegura:

A experiência recente das câmaras setoriais tem reforçado essa perspectiva de que é possível chegar-se a novas formas de negociação entre capital e trabalho. Chico de Oliveira considera importante esse novo tipo de entendimento, via câmaras setoriais, nas quais ocorre a construção pactuada de esferas públicas, em que interesses divergentes podem ser negociados com alguma transparência e com disposição tanto pelo capital como pelo trabalho e de se reconhecerem um ao outro na integridade de seus direitos. Chico de Oliveira chama isso de ‘antagonismo convergente’ (RAMALHO, 1998: 128).

Na concepção de DOMINGUES (2000) a experiência da Câmara Setorial no ABC representou um novo modo de atuação sindical metalúrgica da CUT, baseada na negociação de propostas e disputa de projetos, que propiciam o crescimento da produtividade e da arrecadação de impostos, não sendo, entretanto, acompanhada pelo correspondente e desejado crescimento no emprego, o que deveria ser exigido dos empresários e governos pelos metalúrgicos. Embora não suficiente para fazer frente às demandas, segundo DOMINGUES (2000), a Câmara Setorial era encarada como um meio de ação e intervenção sindical junto ao Estado e ao patronato. Lembramos, então, que tanto ANTUNES quanto CRUZ apontam que esta participação nas Câmaras Setoriais é símbolo do ‘comprometimento de soluções

propositivas' na esfera do sistema capitalista para os problemas da classe trabalhadora, o abandono do combate pela negociação. Assim:

Palavras, gestos e falas que passaram a significar diferentemente daquilo que um dia significaram. Nesta virada, produziu-se um discurso que apresentava-se como 'continuidade', mas que visto numa perspectiva histórica distanciada de um momento a outro, desvela a ruptura que há entre o passado e o presente. [...] ao analisarmos separadamente apenas as resoluções destes dois congressos da CUT (1984 e 1994) – que sem dúvida se encontram separados por um curto intervalo de tempo se tomarmos os 'prazos' seculares da história – nos salta aos olhos as diferenças e as significações que essas resoluções procuravam produzir (CRUZ, 2000:103).

Mais adiante acrescenta:

Ou seja, tudo aquilo que a CUT denunciava como 'estrutura sindical' corporativa (a compulsoriedade do imposto sindical, a unicidade sindical, o atrelamento e controle pelo Ministério do Trabalho) foram apenas em parte combatidas pelo Novo Sindicalismo. [...] a estabilidade sindical, o monopólio da representação, os apelos recorrentes à Justiça do Trabalho, o acréscimo – pela Constituição de 1988 – das chamadas 'contribuições assistenciais' [...] seriam, todas estas prerrogativas, formas de assujeitamento dos dirigentes e militantes sindicais em relação ao Estado (CRUZ, 2000:192-193).

Embora uma parcela pragmática da CUT avance na estratégia do chamado 'sindicato cidadão', pense no diálogo com a classe empresarial e com o setor privado, isso não significa a idéia de 'parceria' com este 'sindicalismo de resultado' da Força Sindical em que se afirma 'o trabalhador brasileiro não ser contra o lucro das empresas e sim querer participar desse lucro'. Há diferenças significativas de métodos, para RAMALHO. Embora a CUT apresente divergências internas quanto às práticas, os seus participantes defendem o socialismo, reafirmado em seu estatuto. Deste jeito, explica-se o porquê das críticas quanto à postura dos que participaram das câmaras setoriais, das negociações, dos programas para gerir as crises do

capital. Tudo isto estaria dentro de um ideário conservador, posicionado junto à prática da social-democracia, segundo RAMALHO (1998). São debates pertinentes à encruzilhada vivida pelo sindicalismo. Profundas controvérsias a serem resolvidas durante o século XXI⁵⁵.

Desta forma, após este breve retorno à história para compreender a relação entre sindicatos e cooperativas no Brasil, notamos a clara degeneração dos propósitos cooperativistas originais, bem como a grande dificuldade que os sindicalistas combativos tiveram pela autonomia de sua atuação, sempre sufocada pelo Estado. No período da redemocratização, em 1983 deparamo-nos com o nascimento da CUT cujo percurso se caracterizou por um progressivo arrefecimento de suas posições no transcorrer de 20 anos de atividades, confrontando-se ainda com vários problemas da ‘era varguista’ e uma intensa pulverização sindical.

Hoje, inspirado nas propostas da economia solidária a CUT propõe como caminho para o socialismo uma ação gradual, insere-se na sociedade civil em busca do consenso e usa a autogestão e solidariedade como referências. O consenso gramsciano perde na leitura cutista sua veemência e radicalidade transformadoras. Isto paralelamente ao enxugamento da base operária, produto da terceira revolução tecnológica, da acumulação flexível capitalista e da ascensão dos princípios neoliberais que chegam ao Brasil com intensidade no limiar da década de 1990.

Como veremos adiante, com base nos dados apresentados, identificam-se contradições e limites nesta proposta que a nosso ver indicam sérios problemas ao potencial da economia solidária como meio para a construção da emancipação dos trabalhadores.

A seguir, ao aprofundarmos essa questão, analisaremos mais detalhadamente a ADS. Sua relação com a formação educacional da CUT e a ampliação do debate em torno da proposta, que se estabelece apesar dos diferentes posicionamentos, como caminho para a construção da contra-hegemonia.

⁵⁵ Quanto à flexibilização da CLT, por exemplo, o governo Fernando Henrique Cardoso não conseguiu votar a matéria até o fim do seu mandato, que parou no Senado Federal. A CUT pretende

CAPÍTULO 2 : ADS: A NOVA FORMA DE LUTA SINDICAL PROPOSTA PELA CUT PARA O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

”O cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo”. Paul Singer

“O estudo de Singer [sobre economia solidária] vale como um bálsamo e como verdadeira fonte de luz”. Lula

Passaremos agora a estudar como surge dentro da CUT a proposta de Economia Solidária como projeto contra-hegemônico, calcado na ‘revolução social’ iniciada pelos utópicos há 200 anos. Não obstante, começaremos este segmento com a trajetória da política de formação sindical cutista, na qual a ideologia orgânica da central é disseminada aos trabalhadores através de seus intelectuais. Veremos, então, de que maneira o vigor dos discursos e das antigas posições foi sendo abrandado na medida em que se incorporava a perspectiva de ‘hegemonia na sociedade civil’.

2.1 Formação dos trabalhadores na CUT: discurso da contra-hegemonia

De acordo com MANFREDI (1996), durante os primeiros anos de implantação e legitimação a CUT não tinha em mãos ainda um projeto formativo. Tal projeto acabou sendo delineado durante a segunda metade dos anos 80, porém, a formação já constava do seu estatuto provisório, com a criação de uma Secretaria de Formação, Educação e Cultura. Com o decorrer de seus congressos, propostas foram debatidas e definiram-se posições, que resultaram na criação da Secretaria Nacional de Formação – SNF que em 1985 já iniciava um programa de atividades com seminários regionais tendo por tema ‘Estrutura Sindical’. Entre suas funções, previam-se cinco itens, conforme a pesquisadora (1996):

- Elaborar e desenvolver a política geral de formação da CUT, de acordo com os objetivos expressos no Estatuto.
- Coordenar e sistematizar o conjunto de experiências e atividades de formação comum, de acordo com os princípios do Estatuto.

- Documentar e analisar as experiências de lutas e organização dos trabalhadores no país e todos os fatos relacionados à Central, buscando preservar sua memória histórica.
- Estabelecer convênios com entidades sindicais, instituições acadêmicas e centros especializados para desenvolver política de formação no âmbito nacional e internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais.
- Coordenar e orientar as Secretarias de Formação Sindical da CUT nos Estados.

MANFREDI (1996) alega que a estruturação da SNF foi um importante ponto na direção da construção de um ‘projeto comum e orgânico’ da Central, apesar de muitas práticas já serem vivenciadas em sindicatos importantes como o dos Bancários de São Paulo, dos Químicos de S. Paulo e do ABC, dos Metalúrgicos de São Bernardo, no DIEESE e nos centros de Educação Popular. O meio rural tinha como base a experiência da CONTAG - Confederação de Trabalhadores Rurais, atuante desde os anos 50. O projeto formativo da CUT está vinculado ao projeto político-sindical da Central. Sua formação é de base:

- Democrática, pluralista e unitária; espaço que estimule a reflexão e o debate das correntes internas. Dentro da diversidade, buscar elementos de unidade para ação unificada.
- Unificada e descentralizada; em que os objetivos políticos, de concepção e estratégia de implantação são únicos, mas descentralizados com respeito às especificidades regionais.
- Instrumento de reflexão, de crítica, de libertação e de construção da integralidade do trabalhador como ser humano.
- Permanente, processual, planejada e sistemática; compreendida como um processo individual e coletivo, ocorrendo nos diversos momentos da vida cotidiana, não apenas, portanto, dentro da sala de aula. Planejada e sistematizada de forma a refletir, a analisar as propostas sindicais.
- Democrática e indelegável, em busca da participação de todas as entidades da estrutura cutista e subordinada ao projeto político sindical e suas instancias deliberativas: congressos, direção e outros fóruns (MANFREDI,1996).

Tomando por referência estes princípios, foi constituindo-se uma concepção de educação sindical próxima a ‘pedagogia transformadora’, alternativa à educação dominante, autoritária, elitista, excludente. Sua meta é a construção de uma sociedade mais igualitária e

democrática, por meio do uso da ‘metodologia da práxis’, conforme MANFREDI (1996), partindo de uma visão histórico-dialética de produção de conhecimento, em que os educandos são envolvidos nas discussões, problematizando a realidade vivida, pesquisando e estudando coletivamente, em conjunto com os educadores. O saber não chega pronto, acabado. É uma conquista de cada indivíduo e, assim, do coletivo.

Dispõe a CUT de dois tipos de estruturas formativas: as secretarias, coletivos de tipo intercategoriais e os departamentos por categorias específicas de trabalhadores. A primeira é horizontal e a segunda vertical. Além dessas secretarias, coletivos e departamentos, a Central dispõe de Escolas de Formação, classificadas em dois tipos: as orgânicas, coordenadas pelos órgãos diretivos da CUT, e as conveniadas, autônomas, do ponto de vista jurídico e financeiro, mas que têm organicidade política com a Central, ministrando cursos e participando de fóruns deliberativos (MANFREDI, 1996).

Os Encontros Nacionais de Formação - ENAFOR e os Estaduais e Interestaduais de Formação são fóruns realizados anualmente para avaliar a Política Nacional de Formação – PNF desenvolvida e traçar prioridades e diretrizes para o futuro. Desde 1988, são realizados mais regularmente. Participam deles as escolas conveniadas e orgânicas, a Executiva Nacional da CUT e todas as Secretarias de Formação. São recebidas também como convidadas entidades de apoio, que colaboram nas atividades e programas.

A CUT busca auto-sustentar-se com a criação de meios de arrecadação direta (como taxas de inscrição dos participantes, locação de dependências e mensalidades dos filiados). Mas, o financiamento vem principalmente dos recursos de entidades internacionais, como ocorreu durante a década de 80. MANFREDI (1996) destaca que essa cooperação internacional está gerando uma dependência financeira que pode se constituir em um freio à preservação e expansão do sistema formativo. Outras fontes são convênios com centros de educação popular, universidades, Organizações Não Governamentais - ONGs, centros de pesquisas e estudos, para buscar assim, também, garantir mais contato com as entidades da sociedade civil. Verbas resultantes de políticas públicas chegam pelo FAT. Sobre este aspecto, na 9ª Plencut em 1999, ALMEIDA, GOUVEIA e GRAZITO afirmaram que a crescente utilização de verbas do FAT para a ‘formação’ tem criado uma grande dependência da central em relação ao governo que ameaça a independência da CUT. Em um certo sentido, a utilização destes fundos tem substituído o imposto sindical e muitas vezes criado uma “estrutura” paralela, totalmente subordinada ao dinheiro do governo e sem nenhum controle da base. A CUT não quer se transformar em uma propagandista das ações do Ministério do

Trabalho como faz a Força Sindical, advertem (CUT, 1999). Aliás, este ponto ainda preocupa. Sobre essa limitação, lê-se no texto da 10ª Plencut

Reconhecendo-se que passos importantes vêm sendo dados a fim de comprometer as instâncias nas ações da PNF, não podemos negar o “peso” dos recursos do FAT no financiamento da estratégia atual. Temos que estar atentos para não cairmos numa acomodação que pode ser prejudicial para o futuro da formação cutista. Quanto mais investimentos fizermos com outros recursos, oriundos de outras fontes de financiamento, maior autonomia teremos na execução de nossa estratégia formativa (CUT,2002).

É importante ressaltar que desde meados dos anos 90 há uma nova situação, sobretudo pela entrada em cena dos Projetos de Qualificação Profissional financiados com o citado Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, fundo público formado por recursos descontados da folha de pagamento dos trabalhadores formais, assalariados⁵⁶. Houve uma ampliação muito grande da base de financiamento da PNF, o que possibilitou atingir-se um número expressivo de trabalhadores até então excluídos também da ação sindical; isto trouxe um novo impulso para a Rede e levou-a a uma completa reestruturação no tipo de ação que até então se desenvolvia, bem como dos seus agentes (CUT, 2002). Por conta do PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador e seu padrão de financiamento, novos programas formativos foram inaugurados, iniciando-se assim as experiências no campo da Educação Integral dos trabalhadores, com o objetivo de articular as dimensões da educação formal às da educação técnica profissional e da educação para a cidadania (CUT, 2002). A PNF/CUT, voltada anteriormente para uma demanda interna, passou a lidar com os trabalhadores desempregados e dos setores informais da economia e ganhou neste novo contexto uma dimensão pública que antes não possuía. Segundo a Central, tais oportunidades potencializaram uma série de ações rumo as transformações sociais e políticas condizentes com suas tarefas históricas. Como em nenhum outro momento da CUT, a estratégia formativa possibilitou um processo de diálogo crescente com setores da sociedade historicamente

⁵⁶ Em meados dos anos 90 foi implantado tardiamente o programa de seguro-desemprego. Para o financiamento deste programa estabeleceu-se uma fonte fixa de financiamento para os gastos com estes benefícios e as demais políticas de emprego, o FAT. Foi criado pela lei 7.998/90 que regulamentou o artigo 239 da Constituição de 1988 (CUT, 9ª Plencut,1999: 08).

ausentes da ação sindical, afirmam (CUT, 2002), refletindo práticas sindicais relacionadas a um quadro social mais complexo e bastante desfavorável aos trabalhadores.

A PNF consolidou-se por todo o país, portanto, por intermédio de uma rede de formação feita por Coletivos Nacionais, Regionais e Estaduais, Coletivos das Confederações, Secretarias de Formação da CUT Nacional, das Confederações e das CUTs Estaduais e mais as Escolas de Formação, espalhadas pelo Brasil. Com atuação na educação de seus dirigentes, assessores, militantes de base e, mais recentemente como vimos, com os informais e os desempregados, busca melhorar a organização e representação dos trabalhadores rurais e urbanos. A 'Educação Cutista', digamos assim, tem como meta, então, a construção coletiva do conhecimento, com articulações vinculadas à geração de trabalho e renda discutidas com a comunidade. Deseja, com educadores e trabalhadores, construir uma proposta de educação e qualificação⁵⁷ que possa ser assumida pela sociedade, financiada por verbas públicas e que tenha uma gestão democrática para as questões políticas, pedagógicas e financeiras (CUT / SNF, 1999).

Vale destacar então, dentro da PNF, o surgimento do Programa Integração, resultado dos debates surgidos a partir do 5º Congresso e complementado por deliberações de suas 7ª e 9ª Plenárias, o qual visa atender, entre outras coisas, às necessidades formativas gerais como alfabetização, ensino fundamental e médio, e profissionais de trabalhadores desempregados, sob risco de desemprego ou mesmo candidatos ao primeiro emprego. Na ótica da CUT, toda essa abrangência de ações deve estar conectada atualmente a processos de geração de emprego, trabalho e renda, e elevação de escolaridade, condições necessárias para a 'difusão dos conceitos de sustentabilidade e de solidariedade', contribuindo para ações concretas voltadas para a melhoria de vida da população, para a disputa da hegemonia dos modelos de organização social e os fundamentos das relações sociais, com destaque para a educação e a economia solidária (CUT/SNF, 1999).

Esses caminhos estão se abrindo no momento de mudanças no capitalismo sob a acumulação flexível e o neoliberalismo. Pode-se ler no documento:

⁵⁷ No entender da CUT, o ensino profissional deve contrapor-se à concepção restrita de formar para responder às necessidades da produção sob a ótica do lucro. A formação profissional que interessa ao trabalhador é aquela que amplia a satisfação das necessidades múltiplas do ser humano. Na perspectiva dos trabalhadores, a formação profissional deve ter o objetivo de contribuir para a capacitação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade (CUT/PNQP - Brasil, 2001).

O diálogo permanente com os demais programas e projetos e com as ações que a CUT realiza no campo da Economia Solidária e a formulação de propostas para o Sistema Público de Emprego, aliado às mudanças na organização sindical em curso podem possibilitar um novo padrão organizativo e qualitativo da CUT para a próxima década [...] As atividades, ações e estudos do Programa Integração buscam sua coerência interna e um salto qualitativo a partir dos referenciais teóricos deixados por K. Marx, A. Gramsci e G. Lukács. Assim, as necessárias análises de conjuntura do novo modelo de acumulação do capitalismo e as transformações no mundo do trabalho, bem como seus impactos sobre os trabalhadores e o movimento sindical refletem-se articuladamente nos currículos e processos formativos implementados (CUT/SNF, 1999b: 06).

No dizer de seus dirigentes, a CUT quer contribuir com o processo de qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros como parte da luta por emprego e cidadania, sem substituir, no entanto, as funções do Estado quanto a educação. Deseja sim que ela, pública e gratuita, melhore e atenda toda a demanda existente. Entende que Educação e qualificação profissional são direitos inalienáveis de todos os cidadãos e isto deve ser construído em conjunto.

Essas experiências não pretendem substituir o dever do Estado, com a sua necessária democratização na oferta de escolas públicas, gratuitas e de boa qualidade, mas sim, propor um novo modelo de educação dos trabalhadores e para os trabalhadores (CUT/SNF, 1999: 05).

Lê-se no texto da PNF sobre a formação do ‘novo trabalhador’:

A educação é concebida como um instrumento de emancipação, tendo como referencial a vivência de princípios e valores que se contraponham à perspectiva individualista e competitiva enfatizada na lógica do mercado hoje vigente, na busca de uma sociedade justa, democrática e solidária (CUT/SNF, 1999:06).

Como base para um exercício permanente de re-significação, em uma atuação cujo aporte referencial é Gramsci, entende-se a idéia como uma construção

Contra-hegemônica, em distinção ao termo ‘resistência’, [especificando] melhor o projeto político que definimos como a criação de esferas públicas alternativas, uma vez que implica uma compreensão mais política, teórica e crítica tanto da natureza da dominação quanto do tipo de oposição ativa que engendra. O conceito não apenas afirma a lógica da crítica como também se refere à criação de novas relações sociais e espaços públicos que incorporam formas alternativas de lutas e de experiência. Também podemos definir o conceito de contra-hegemonia como momento de luta coletiva (CUT/SNF, 2000:08).

Ao destacar mais a questão da contra-hegemonia, fala a SNF/CUT:

A luta contra-hegemônica é um embate que se dá no cotidiano, na interação dos sujeitos na medida em que passam a compartilhar uma visão emancipadora do mundo. Visão de mundo que não é imposta por um único pensamento, ou uma única trajetória de vida, mas que, pelo contrário, passa pelo reconhecimento da diversidade, da singularidade e, dessa maneira, potencializa o projeto coletivo (CUT/SNF, 2000:11).

Desta forma,

O projeto contra-hegemônico seria resultante da junção de diferentes sujeitos sociais, de uma pluralidade de leituras, de histórias, de caminhos, de idas e vindas do chamado campo popular na ampliação e consolidação dos direitos políticos e sociais (CUT/SNF, 2000:15).

A contra-hegemonia implica em uma compreensão política, teórica e crítica não só da natureza da dominação sofrida, mas também do tipo de oposição ativa que se deve gerar, pois

não apenas reforça a lógica da crítica como também lida com a geração de novas relações sociais e novos espaços públicos que aglutinem formas alternativas de experiência e luta, com a construção de um projeto de democracia, de justiça, solidariedade e igualdade, articuladas e indissociáveis. Não basta conhecer a lógica do dominador. É preciso criar novas estratégias a partir da leitura da realidade para contrapor-la (CUT/SNF, 2000).

Vê-se, portanto, que a relevância da idéia gramsciana de ação ‘contra-hegemônica’ é algo que permeia o texto da Secretaria Nacional de Formação, na orientação do projeto de educação dos trabalhadores. Conforme o próprio GRAMSCI:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por si’, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de cisões e de agrupamentos, e neste processo [...] a ‘fidelidade’ da massa é submetida a duras provas (GRAMSCI, 1995: 21-22).

A importância da educação no processo de transformação social colocado pela CUT é, como se pode ver, inspirada no olhar gramsciano. De acordo com SAVIANI (1983), Gramsci em *Il Materialismo Storico*, explica que as classes subalternas têm uma filosofia real, que é a de sua ação, seu comportamento. E têm uma filosofia declarada, em sua consciência, que está em contradição com o real. Está dominada pelo ‘senso comum’. Desta forma, a concepção dominante atua sobre a mentalidade popular articulando-a em torno de seus interesses e impedindo a expressão elaborada dos interesses populares, o que concorre para inviabilizar a organização das camadas subalternas como classe. É preciso, então, juntar esses dois elementos por meio do processo de educação crítica com a união de teoria e prática para construir uma cultura nova, revolucionária. Luta hegemônica significa exatamente isso: processo de desarticulação-rearticulação. Desarticular dos interesses dominantes aqueles elementos que estão articulados em torno deles, mas não são inerentes à ideologia dominante

e rearticula-los em torno dos interesses populares, dando-lhes coesão, coerência, uma filosofia.

Considerando-se que [conforme disse GRAMSCI] “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita constituir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista – o proletariado. Mas o proletariado não pode se erigir em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação (SAVIANI, 1983:11).

O papel dos educadores comprometidos com as mudanças sociais deve quebrar o distanciamento com os ‘simples’ e construir questionamentos, trocar problematizações sobre o cotidiano, sobre a vida que cerca o trabalhador, criticar o ‘bom-senso’, o ‘senso comum’ que tende a imobilizar possíveis transformações. Superar a maneira de pensar precedente, o mundo cultural existente. Ir a caminho da formação integral do homem, ativo em relação à natureza pelo seu trabalho e consciência crítica, desconstruindo as aparências das relações sociais impostas pelo capitalismo: “A filosofia da práxis não busca manter os ‘simplórios’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas, busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior” (GRAMSCI *apud* SAVIANI, 1983:14).

Essa luta contínua por uma nova e crítica educação deve ser acompanhada por ações de caráter democrático e de aprimoramento da sociedade, por buscas de avanços contra os interesses dominantes e excludentes. Explica DOMINGUES (2000) que a CUT entende a estratégia para a superação do neoliberalismo sendo feita tal qual a superação da estrutura sindical corporativa, ou seja, ‘por dentro’, implicando em discussão e participação nas políticas públicas.

Um modelo dessa atuação foi a elaboração da nova Constituição em 1988, momento em que a CUT teve uma participação em conjunto com o Partido dos Trabalhadores e outras legendas de visão política próxima, quando propuseram a aprovação de leis que garantissem cada vez mais relações equilibradas na sociedade, desde os direitos individuais até os coletivos. Conforme COSTA (1995), ao avaliar os resultados, constata-se que muitas reivindicações dos trabalhadores não foram incorporadas à nova Constituição, por exemplo: a

estrutura sindical definida não garante ampla liberdade de organização, e houve retrocesso na reforma agrária em comparação ao Estatuto da Terra do regime militar. Porém, ocorreram conquistas como o direito de greve, redução de jornada de trabalho para 44 horas semanais, salário férias de um terço etc. Uma das conseqüências foi também a formação do Codefat, conselho deliberativo formado por representantes dos trabalhadores, empresários e governo sobre a utilização de verbas do FAT. Dentre as várias políticas públicas financiadas pela verba do fundo está o Planfor, iniciado em 1996. No mesmo ano a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, vinculada à CUT, iniciava projeto para formação profissional de trabalhadores desempregados com verba do FAT, o Programa Integrar, o primeiro dessa nova fase da PNF/CUT.

O Programa Integrar para formação e requalificação profissional e certificação do 1º Grau destinou-se originalmente a trabalhadores desempregados, de preferência metalúrgicos, no Estado de S. Paulo. Em 1999 implementou um laboratório de desenvolvimento sustentável e solidário (DOMINGUES, 2000). Segundo o professor da Escola Sindical Sul da CUT, NASCIMENTO,

Em 1997, passou a tomar corpo a extensão do programa paulista a outros estados (RS, RJ, SC, PA, etc.), articulando, no conjunto do Projeto INTEGRAR, a ação sindical dos trabalhadores nas empresas através das comissões de fábrica e a ação a nível de poder local-cidades dos trabalhadores desempregados em torno de políticas públicas, na perspectiva de construção de uma rede produtiva de economia solidária (NASCIMENTO, s/d).

Observa-se, portanto, que a atuação educacional empreendida pela CUT dá-se de forma articulada a outras ações que visam proporcionar conquistas aos trabalhadores perante os problemas de seu tempo. Evidencia-se o movimento de aproximação ao Estado, que capta verbas públicas para financiar as ações sindicais. Isto dentro de um contexto no qual o Setor Público tem seu papel 'descentralizado' em benefício da sociedade civil, da iniciativa privada, conforme ditam os cânones do neoliberalismo. Tais práticas sociais que vêm se desenhando nos últimos anos levaram a CUT então ao chamado "sindicato cidadão", ou seja, o sindicalismo que alarga sua atuação, sobretudo como movimento social, articulou-se com vários segmentos, procurando atuar na ampliação dos direitos de cidadania através da

participação direta dos trabalhadores além dos locais de trabalho. São posturas encontradas pelo combalido sindicalismo, o qual tenta responder às questões destes angustiantes momentos.

A concepção do Sindicato Cidadão na CUT nessa ‘guerra de posição’ leva-o a estabelecer contatos com prefeituras, por exemplo, para desenvolver ações em parceria com o fim de obter, a partir dos bairros, melhorias em termos de educação, saúde, moradia etc. Para NASCIMENTO (s/d) combater a hegemonia do individualismo selvagem implica construir uma ‘cultura solidária’, abrir-se, portanto, a um conjunto de novos sujeitos. Esta abertura traz o confronto com culturas que não faziam parte do sindicalismo, mas que trazem novos valores e horizontes. Estes novos valores para o sindicalismo são, também, uma nova ética para configurar a identidade do sindicalismo do século XXI.

Essas ‘outras atuações’ são fruto, enfim, da crise no mundo do trabalho, resultante das flexibilizações e reestruturação produtiva no capitalismo somada as incertezas refletidas sob o âmbito sindical cuja base, feita com trabalhadores formalmente contratados, principalmente na indústria, vai reduzindo e gerando dificuldades de organizá-los nestas condições. Para a própria CUT, havia a clara contradição quanto a esta forma de atuar frente ao desemprego e ao trabalho informal visto que o seu reconhecimento do trabalhador como ‘informal’ poderia contribuir para uma situação indesejável. Segundo a própria Central, “na verdade não se constituiu ainda uma verdadeira estratégia de organização, nem uma política para o setor informal. Este dilema não é novo para o movimento sindical (CUT, 2000b: 10)”. Conforme pesquisa da CUT,

Internacionalmente, existem iniciativas e instrumentos para combater o trabalho informal ou, no mínimo, para garantir a estes trabalhadores mecanismos de proteção social, qualificação e renda [...] Iniciativas como a criação da SEWA – Self Employed Women Assosiation da Índia, reunindo e organizando milhares de mulheres que trabalham por conta própria, lhes garantem crédito e melhores condições de comercialização de seus produtos, principalmente têxteis e vestuário.

[...] Parece ser este o caminho que devemos seguir e aprofundar, mas que não pode ser um fim em si mesmo. Resgatar o papel do Estado, ainda mais num país como o Brasil, onde os direitos mínimos de cidadania sempre estiveram historicamente associados à

inserção formal no mercado de trabalho, é fundamental, bem como a retomada do crescimento econômico sustentável (CUT, 2000b: 10).

Sobre este quadro, encontra-se ainda no texto da 10ª Plencut:

Em um contexto em que a CUT se aproxima dos 20 anos de existência, tendo-se tornado a maior Central do país e da América Latina, a disputa de hegemonia na sociedade e no próprio sindicalismo nunca se apresentou de modo tão desfavorável (CUT, 2002).

Com referencial em Gramsci a CUT pretende a unidade dos trabalhadores para a luta, por isso indica a necessidade da coesão e vai além das categorias, em busca de uma profunda identidade de classe, questão histórica e cultural. Tendo em vista a realidade atual resgata o trabalho informal para organizá-lo, remetendo-se à idéia de cooperativismo autogestionário, cuja base é a solidariedade entre os participantes, em confronto com o individualismo hegemônico. NASCIMENTO mostra esse movimento ao tratar do papel fundamental desempenhado pelos metalúrgicos que, em encontros e debates desde 1997 com intelectuais como Paul Singer e Aluisio Mercadante, notaram a importância da formação educacional cooperativista no meio:

[...] o cooperativismo surgiu inspirado em princípios classistas em 1843, na Inglaterra, [...] mediante o auxílio mútuo e solidariedade, concretizado pela abertura de um armazém cooperativo e, tornando-se dessa forma, embriões da futura organização sindical; [...] que o movimento sindical combativo de países como a Itália e a Espanha (País Basco), mantém vigoroso trabalho de organização cooperativa como instrumento de luta da classe trabalhadora e de disputa de hegemonia frente às próprias concepções básicas do capitalismo, sendo que na Itália essas organizações prosseguem em atividade desde a fase histórica do "cooperativismo vermelho" dos tempos de Antônio Gramsci; [...] que essa expansão precisa ser estimulada e valorizada em termos estratégicos pela CUT, inclusive pelo fato de as cooperativas de trabalhadores representarem uma forma concreta de organizar a produção e distribuição de bens em oposição aos fundamentos

da economia capitalista, apoiada na exploração da mais-valia e maximização do lucro burguês [...] (NASCIMENTO, s/d: 10).

Estas perspectivas, alinhando-se no horizonte das decisões políticas tomadas no Concut-1997 sobre “Estratégia (Resistência Propositiva e Disputa de Hegemonia)” (NASCIMENTO, s/d: 13), levaram os metalúrgicos no IV Congresso, em 1998, a decidir

Propor às instâncias gerais da CUT a abertura imediata de um amplo processo de discussão, cursos, seminários e deliberações visando a formulação de propostas estratégicas de desenvolvimento das cooperativas como instrumentos de organização, produção e de luta da classe trabalhadora brasileira [...] Aprofundar o debate e a divulgação de propostas na área do cooperativismo e autogestão, através de seminários e publicações [...] A formação de cooperativas deve passar por processo de discussão e negociação dentro dos sindicatos e instâncias gerais da CUT, a título de se garantir que tais organizações representem efetivamente os interesses dos trabalhadores (NASCIMENTO, s/d:11).

A economia solidária ia ganhando, assim, politicamente, terreno junto ao âmbito sindical. Em pouco tempo mais, nesse transcurso, o que era proposta se tornaria realidade. No fim da década de 90, período de predominância do pensamento neoliberal, a CUT se definiria por levar, então, para dentro da prática sindical essa concepção: era o aparecimento da ADS. Tema que trataremos a seguir.

2.2 A Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT

Na compreensão de NASCIMENTO (s/d) essas decisões dos metalúrgicos colocavam a “perspectiva da autogestão inscrita no real”. A existência deste "fio condutor", com avanços e recuos, na história dos trabalhadores de todo o mundo explicita o conteúdo do socialismo como sendo a autogestão social baseada na mais ampla democracia e na hegemonia dos trabalhadores. E, com as grandes transformações no mundo, novas perspectivas são trazidas também para a reflexão socialista autogestionária quanto às possibilidades de construção da

hegemonia do trabalho em torno de “um projeto socialista que aponte perspectivas para alternativas à crise civilizatória em curso. Portanto, um novo modo de vida, uma revolução integral mais profunda e radical que todas as ocorridas até agora” (NASCIMENTO, s/d: 26, grifos nossos).

Paul Israel Singer foi um dos principais teóricos que orientou as propostas da ADS/CUT. E foi dos mais destacados articulistas da projeção da economia solidária dentro da Central. Ainda em 1997, SINGER ao falar para *Teoria e Debate – T&D*, órgão de imprensa do Partido dos Trabalhadores do qual ele foi um dos fundadores, pensando em perspectivas de ocupação e renda para os desempregados, afirmava a importância do apoio à livre iniciativa dos trabalhadores pela autogestão lembrando algumas experiências brasileiras:

Há vinte empresas aproximadamente, tipo cobertores Paraíba, Facit, Conforja, que estão sendo geridas pelos seus trabalhadores ou em co-gestão. São pessoas qualificadas, que tinham trabalho, férias, um salário decente para poder criar sua família. Agora, eles não ganham mais salários, têm participação nos resultados e a preocupação de participar de assembléias, ter que decidir se aumenta o capital, se demitem pessoas, se admitem, como selecionar etc. A grande maioria tem saudades da época em que tinha salários e ponto final, sem nenhuma preocupação. [...] o que parece existir é uma acomodação, essa é a palavra certa, muito forte à situação do trabalhador qualificado. Isso está mudando lentamente, em várias empresas, através de uma ação educativa intensa, mas esse processo é muito lento.

[...] [Em um programa alternativo para a esquerda brasileira a autogestão devia ter posição de destaque] Não é dizer: vamos resolver o problema do desemprego com autogestão; isso seria leviandade. Mas dizer, se formos governo, vamos dar apoio financeiro, técnico, logístico etc. a tudo que é forma de autogestão, à livre iniciativa dos próprios trabalhadores (SINGER, 1997:56).

E, polemicamente, defendia o mercado na experiência socialista:

Estou convencido de que o mercado é essencial ao socialismo. Na realidade, eu concordo com os liberais quando dizem que os indivíduos existem. Não é o zero infinito. É

importante dar um espaço para a escolha individual. [...] Mercado de trabalho é condição de liberdade humana e alguns mercados de bens e serviços me parecem igualmente essenciais, porque uma das liberdades interessantes é a de iniciativa. [...] O mercado não é um mal, ele é uma forma de realização individual. Eu penso o socialismo, de acordo com Marx, como uma sociedade em que os indivíduos têm muita liberdade de se realizar e eventualmente de errar, de fracassar. O que o socialismo tem a mais é que, depois que o jogo de mercado é feito, depois que os ganhadores e os perdedores estão definidos, deve existir uma instituição que tira uma grande parte dos bens materiais dos ganhadores e dá para os perdedores. Não é necessário ter uma sociedade de milionários e de miseráveis para ter esse espaço de liberdade individual que é absolutamente essencial. Lendo algumas obras fundamentais que saíram recentemente sobre experiências nos países de economia centralizada, estatizada, eu me convenci de que isso é um retrocesso em relação ao capitalismo. [...] Pode haver um sistema em que as empresas são cooperativas, por exemplo, e não autoritariamente dirigidas. Por isso eu tenho entusiasmo pelo cooperativismo (SINGER, 1997:55, grifos nossos).

Esta posição foi avançando e a CUT passou a encarar a hipótese positivamente. Ganhava força a idéia de cooperativismo autogestionário e desenvolvimento solidário baseados, por exemplo, em experiências de décadas das cooperativas agropecuárias, especialmente na região Sul, onde se constituiu um sistema de crédito – Cresol - para agricultura familiar ou na autogestão de empresas falidas que passaram a ser administradas pelos antigos empregados. A cooperativa, tendo por fundamento a democracia e a solidariedade entre os seus participantes, organizava os trabalhadores na informalidade.

Segundo o Boletim nº 200 do DIEESE, de Novembro de 1997, entre 13 e 17 de agosto, mais de dois mil delegados de todo o país estiveram participando em São Paulo do VI Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - VI Concut, dois anos após o V Concut em que, após avaliações, concluíram que a situação social do país era ainda mais grave e apontavam para a necessidade de ampliar ainda mais os investimentos na área social. A imprensa divulgava dados mostrando drástica redução desses investimentos no governo Fernando Henrique Cardoso. Criado pelo governo como mecanismo de combate à miséria, o programa "*Comunidade Solidária*" revelava-se ineficiente, populista, excludente e com forte apelo assistencialista. Além disso, a participação da sociedade civil prevista nesse programa exigia dela contrapartidas no financiamento das iniciativas conjuntas, ou seja, o mesmo

governo que dizia ser necessário privatizar as empresas públicas para que o Estado pudesse se dedicar apenas ao social transferiu parte dessa responsabilidade para setores privados. A CUT considerou como prioritária a construção de um projeto alternativo de âmbito global, que pudesse dar conta de garantir todos os direitos dos trabalhadores: emprego, salário digno, educação básica e profissional, seguridade social, habitação etc. Por isso, viu como insuficiente a implementação de políticas que tinham como objetivo apenas minimizar os efeitos negativos do neoliberalismo.

Ainda de acordo com o Boletim DIEESE (1997), a Central não se opunha à inovação tecnológica, organizacional ou, em linhas gerais, à modernização industrial. As inovações podem ter um importante papel na valorização do trabalho e na redução das desigualdades de renda, sociais, regionais e culturais. Entretanto, reconhecia a crescente incapacidade do setor produtivo em gerar empregos e incorporar uma parcela desse enorme contingente de excluídos do setor formal cuja exclusão, avaliava, devia-se não somente à crescente difusão das inovações tecnológicas e ao reduzido crescimento econômico, como estava associada, também, ao fato de que uma parcela significativa desse setor produtivo não seria capaz de se reestruturar e modernizar-se.

Quanto à reforma do Estado, considerava que também produzia graves conseqüências para o mundo do trabalho e para a sociedade. Ao adotar a tese do Estado mínimo, reduziu-se sua atuação, especialmente no que se refere à prestação de serviços demandados pela maioria da população, ao serem privatizados ou terceirizados. No entanto, observava, o Estado é benevolente na relação com os setores dominantes, como no caso do socorro aos bancos privados, da redução de impostos e facilidade em financiamentos. Desta forma, a CUT conclamava todos os trabalhadores a lutar contra a opressão do neoliberalismo, o desmantelamento do Estado, o desemprego, pela redução das jornadas de trabalho sem redução de salários, pela reforma agrária.

Devido às dificuldades existentes no mercado de trabalho e pela própria reorganização econômica, um grande número de experiências coletivas de trabalho e de produção surgiam pelo país. Organizações populares no campo e na cidade em regime de autogestão. Mas, para viabilizar esta expansão, uma série de desafios precisava ser superada e a CUT sentia-se impelida a participar da formulação de ações nesse sentido. Entre os novos projetos, estavam as políticas desenvolvidas para o conjunto de programas de Desenvolvimento Solidário que deveriam ser sistematizadas em um processo interno de permanente avaliação das estratégias

(CUT/ADS, 2000 a) e a operacionalização de um plano trienal que previa a criação dos seguintes programas:

Programa de Crédito Solidário

O objetivo desse programa seria facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito com a organização de uma rede nacional de crédito solidário; incubação de novas instituições de crédito solidário e implantação de uma política de microcrédito.

As batalhas eram várias e envolviam legislação, questão tributária e fiscal, acesso a crédito. Duraram quatro anos as discussões de regulamentação do micro-crédito no Banco Central. O sistema financeiro só o aceitou quando, também, pôde abrir suas próprias linhas. As cooperativas populares precisam estar protegidas⁵⁸. Quanto a este ponto, a ADS pretende proporcionar meios de facilitar e ampliar crédito para os trabalhadores criando o Programa Nacional de Crédito Solidário, com atividades orientadas para

[...] ampliação da rede através de atividades orientadas para a incubação de novas instituições de crédito solidárias e para a implantação de uma política de microcrédito. O programa deverá implementar projetos - pilotos de cooperativas de crédito e de sociedades de crédito, segundo os princípios da solidariedade.

A política de microcrédito será executada através de convênios com órgãos públicos e privados, brasileiros e do exterior, para fazer o repasse de recursos para o financiamento dos empreendimentos solidários. [...]

As cooperativas de crédito são instituições de crédito formadas por número mínimo de 20 cooperados, com área de ação adequada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. São autorizadas cooperativas de dois tipos: cooperativas de economia e crédito mutuo e cooperativas de crédito rural (CUT/ADS, 2000a: 63).

Programa de Educação

⁵⁸ No debate internacional promovido pela CUT/ADS, o BNDES -Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social disse que micro crédito, micro empreendedor, cooperativa popular não são coisas mágicas que vão resolver o mercado de trabalho com arranjos informais. É preciso buscar novos caminhos de sustentação, pensando um todo de forma integrada e sistêmica entre as empresas autogestionárias, cooperativas e micro-empresendedores. Cadeias produtivas com forte investimento (CUT/ADS, 2000b: 56).

O Programa de Educação objetiva proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e a formação profissional voltada à ampliação da autonomia e da capacidade de gestão, por meio de cursos de pós-graduação e de formação profissional em economia solidária.

Estes cursos serão criados e coordenados em parceria com uma universidade brasileira e com o Instituto de Estudos Sociais - ISS, da Holanda, para a formação de agentes, analistas e formuladores de políticas de economia solidária e de gestores de empreendimentos solidários. [...]

A formação profissional em economia solidária já está sendo implementada através da interação deste projeto com a Secretaria Nacional de Formação da CUT, que está coordenando projetos nacionais, regionais e estaduais, articulando educação, desenvolvimento e trabalho. O Projeto ADS/CUT está articulado com os projetos de formação profissional da CUT, financiados por recursos públicos do FAT (CUT/ADS, 2000 a: 64).

Programa de Pesquisa

Este programa tem o objetivo de construir novos conhecimentos no campo da economia solidária e realizar estudos que orientem a definição de estratégias e políticas da agência, um panorama da economia solidária no Brasil, e pesquisas que visem ao estudo mais detalhado de regiões e de setores, com a finalidade de orientar as estratégias de crédito, incubação e mercado.

Programa de Incubação e Formação de Redes de Economia Solidária

Programa para apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários e organizar redes de economia solidária articuladas a estratégias de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é compreendido como sendo aquilo que pode promover, distribuir renda e 'condições dignas de vida' para os trabalhadores de todo o país, por meio de processos de desenvolvimento local e regional, considerando o impacto sobre o meio ambiente e, principalmente, dando conta dos aspectos sociais e culturais das respectivas comunidades, devidamente controlados e objetivando a continuidade em um 'ciclo virtuoso a

longo prazo' (CUT/ADS,2001). Como estratégia de mercado seria criado um selo de produtos e serviços da economia solidária.

Ação Institucional

Realiza o acompanhamento permanente do andamento dos debates parlamentares sobre as questões relacionadas à economia solidária; a análise e a formulação de propostas de políticas públicas para a economia solidária e propostas para legislação e acompanhamento.

Assim, o projeto da CUT expressava o avanço em sua atuação na educação profissional, com a organização de áreas que representam as diferentes demandas contemporâneas e integram entre elas o campo do Desenvolvimento Sustentável e Solidário e, ao mesmo tempo, entre essas tentativas de respostas para os problemas que se apresentam, criava-se a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS.

Do chamado Projeto de Economia Solidária⁵⁹ constituir-se-ia a ADS para acompanhar as situações de violência que atingem a classe trabalhadora, modificar o seu perfil e as relações de trabalho, desejando, ao mesmo tempo, formular alternativas de desenvolvimento sustentável e solidário. Para tanto, foi montado o Grupo de Trabalho - GT de Economia Solidária da CUT que busca fomentar bases políticas para o projeto.

No final de 1998 a executiva nacional da CUT aprovou a criação de um grupo de trabalho que iria iniciar as discussões sobre uma política da CUT para a economia solidária. [...] Assim foi constituído o Projeto de Desenvolvimento Solidário da CUT. [...] No âmbito deste projeto, aconteceram seminários regionais nas cinco regiões do país. [...] Paralelamente a isso, está sendo feita uma pesquisa nacional para levantamento e sistematização de experiências de economia solidária, a estruturação de um sistema de informações organizado em banco de dados e ações de intercâmbio e cooperação envolvendo experiências e outros sujeitos que atuam no tema da economia solidária (CUT/ADS, 2000 a: 08).

⁵⁹ Segundo SINGER (CUT/ADS, 2000a:) economia solidária são todas as formas de organizar a produção, a distribuição, e o crédito por princípios solidários. Entre as formas as cooperativas são as mais antigas. Outras são os 'clubes de trocas' formado por pequenos produtores que usam moeda própria para intensificar o intercâmbio entre eles e os 'bancos do povo', cooperativas de crédito dirigido aos mais pobres.

A partir de duas constatações, a crise do trabalho e a crise do sindicalismo afirma o GT que:

[...] a economia solidária é um tema que já está presente na agenda sindical e a formulação de uma política permanente é uma necessidade urgente. Este processo exige, porém, uma grande reflexão sobre o papel e o potencial da economia solidária e as perspectivas para o desenvolvimento do país, sobre a nova realidade do mercado de trabalho, sobre o papel do Estado e, principalmente, sobre o papel do movimento sindical e as implicações e mudanças necessárias na organização sindical (CUT/ADS, 2000 a: 07).

A equipe do primeiro ano foi constituída da seguinte forma (CUT/ADS, 2000c):

Coordenação da ADS:

Coordenador Geral - Remigio Todeschini;

Coordenador Administrativo Financeiro - Francisco Dias Barbosa;

Coordenador de Formação - Altemir Tortelli;

Coordenadora de Pesquisa - Mônica Valente;

Coordenador de Crédito - Gilmar Carneiro;

Coordenador de Incubação - Sidney Lianza;

Coordenadores de Projetos Especiais - Jorge Lorenzetti, Remigio Todeschini, Avelino Ganzer;

Coordenador de Ação Institucional - Sérgio Mendonça;

Coordenadores Adjuntos - Paul Israel Singer, Adi dos Santos Lima, Kjeld Aagaard Jacobsen, Amara de Oliveira Cunha, Reginaldo Muniz Barreto;

Assessoria Nacional

Reginaldo Magalhães – Secretário Executivo;

Ricardo Cifuentes – Assessor Nacional;

Egeu Furtado – Assessor de Formação;

Equipe Técnica

Clarisse Leonel, Eveline Augusto, Eugênio Autran, Valmor Umbelino, Tatiana Velloso, Thomaz Jensen.

A ADS possui hoje escritório nacional e seis escritórios locais:

ADS Nacional (local também da ADS de S. Paulo); ADS Regional Amazônia, em Belém – PA; ADS Estadual do Ceará, Fortaleza – CE; ADS Estadual de Pernambuco, Recife – PE; ADS Estadual da Bahia, Salvador – BA e ADS Regional Sul, Florianópolis – SC.

A CUT organizada através da ADS pretende desenvolver políticas de apoio a essas iniciativas autogestionárias, que têm enormes dificuldades de se estabilizar em médio prazo. Segundo o GT de Economia Solidária da CUT, que organiza a ADS, os princípios orientadores da Agência são as seguintes:

- gestão democrática e solidária do trabalho e da produção;
- distribuição de renda;
- desenvolvimento social e sustentável;
- educação permanente dos trabalhadores;
- respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero.

A ADS - CUT começou suas ações desenvolvendo atividades em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE⁶⁰ e a Unitrabalho⁶¹, em âmbito nacional, com as ONGs ICCO - Organização Intereclesiástica de Cooperação e Desenvolvimento da Holanda, Agriterra da Holanda, Instituto de Estudos Sociais – ISS da Holanda e Rabobank⁶²- Banco Cooperativo da Holanda, no plano internacional. Novas parcerias eram esperadas, como ocorreu, por exemplo, com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação - FASE, as incubadoras de cooperativas da

⁶⁰ O DIEESE foi criado pelo movimento sindical em 22 de dezembro de 1955. É um órgão unitário do Movimento Sindical Brasileiro destinado a produção e difusão de conhecimento e informação sobre o trabalho em um contexto multidisciplinar, tendo como instrumento de análise o método científico a serviço dos interesses da classe trabalhadora, sem prejuízo da diversidade das posições e enfoques sindicais.

⁶¹ A Unitrabalho surgiu como resultado de uma série de debates e reflexões entre sindicalistas, reitores e professores universitários a partir de 1992. Em março de 1995 foi fundada como Rede Nacional Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. Projetos são desenvolvidos em parceria com organizações de trabalhadores, órgãos do Estado e ONGs em busca de melhores condições de trabalho e vida.

USP - Universidade de São Paulo ou as Prefeituras Municipais, principalmente aquelas vinculadas ao PT. As atividades da Agência serão adequadas às prioridades determinadas regionalmente pelo movimento sindical. Suas políticas deverão ser sistematizadas como um processo interno permanentemente reavaliado e readequado conforme a dinâmica da história.

O documento da CUT/ADS (2000 a) de formação do projeto apontava quatro frentes articuladas a ser trabalhadas:

- a) Organização da ADS com políticas de crédito, formação, pesquisa, incubação etc.
- b) Formulação de propostas e mobilização de trabalhadores por uma nova legislação que regule e fiscalize as relações de trabalho nas cooperativas.
- c) Conquista de políticas públicas para a economia solidária, como políticas de crédito, tecnologia, política fiscal, políticas regionais, setoriais e de abertura comercial.
- d) Política de organização sindical para a incorporação dos trabalhadores cooperados na base sindical.

Seu objetivo geral é a geração de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário, o que contribui com a formação de alternativas de desenvolvimento social e sustentável. Lê-se também no documento sobre o papel da ADS:

Ao mesmo tempo, deverá formular propostas para uma nova legislação que regule e fiscalize as novas relações de trabalho; de políticas públicas para a economia solidária – com prioridade para as políticas de crédito, tecnologia, política fiscal, políticas regionais, setoriais e comercial – e uma política para a incorporação dos trabalhadores desempregados e cooperados na base sindical.

As bases para uma política nacional da CUT já estão em construção. Nas áreas rurais de todos os estados, milhares de pequenas associações, cooperativas e condomínios estão sendo formados nos últimos 20 anos como alternativas às grandes cooperativas agropecuárias, como formas economicamente mais viáveis, mais democráticas e organizacionalmente mais adequadas às condições de agricultura familiar. [...] Na região do ABC paulista, o Sindicato dos Metalúrgicos está desenvolvendo um projeto-piloto que prevê a criação de uma liga de cooperativas. [...]

⁶² O Rabobank da Holanda existe há 100 anos como pequenas entidades de crédito cooperativo para agricultores que foram se aglutinando e formaram esse que é um dos 50 maiores

Na região Amazônica, o movimento sindical rural está organizando uma Agência de Comercialização com o objetivo de apoiar os produtores familiares da região. A economia solidária é um tema que já está presente na agenda sindical e a formulação de uma política permanente é uma necessidade urgente (CUT/ADS, 2000a: 07).

Mais adiante, o documento da CUT sobre o sindicalismo e a Economia Solidária explica que o projeto da Central traz ao debate o sentido de pensar novas formas de promover o desenvolvimento, com políticas nacionais de expansão e fortalecimento do emprego e, principalmente, para promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional de maneira sustentável. E esta construção de uma nova concepção de desenvolvimento requer forte processo de formação de dirigentes e técnicos que os torne capazes de gerir uma política neste terreno, com temas e práticas ainda não muito difundidas como cooperativismo e autogestão. Instrumentos importantes dos trabalhadores para o combate ao desemprego e à rude experiência contemporânea (CUT/ADS, 2000 a).

Porém, a CUT demonstrava que essa opção continuava gerando acalorados debates e tensões. Internamente, o apoio a Economia Solidária ocorreu em um cenário de abrandamento da prática e do discurso sindical desde o fim dos anos 80. O cooperativismo solidário não poderia ser mais uma forma de condescendência com o sistema? Sobre isso, a corrente hegemônica dentro da CUT, a Articulação, defende-se afirmando que:

[...] o debate atual na CUT se dá em torno da necessidade de pensar novas formas de promover o desenvolvimento. [...] Apesar das polêmicas existentes neste campo, é bom lembrar que a ação conjunta de sindicatos e cooperativas foi uma das principais estratégias de enfrentamento do capitalismo após a primeira revolução industrial. Durante longo tempo, as cooperativas tinham estreito vínculo com o movimento sindical e com o ideário socialista. Hoje, um dos nossos principais desafios é reconstruir os princípios do cooperativismo, que deve ser orientado pela gestão democrática (CUT/ADS, 2000a: 09).

Para a Central, é certo que o movimento sindical passou depois dos anos 80, após a queda do Muro e o advento do neoliberalismo, a ter uma ação mais propositiva, principalmente na discussão de idéias de geração de emprego. Mas, era importante ampliar isto para adaptar-se às novas contingências, formular e implementar políticas que respondessem às novas demandas que surgissem das diferentes formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. A economia solidária é uma nova visão de um projeto social estratégico.

Conforme CIFUENTES, assessor nacional da CUT/ADS e GALVÃO, o novo cooperativismo colocado hoje, reafirma os valores ligados ao ideário socialista, aqueles caracterizados, segundo SINGER, pela “democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social” (CIFUENTES & GALVÃO, 2001: 02). A concepção de educação que tende a nortear as cooperativas autogestionárias e que está sendo indicada pelas instituições de fomento e assessoria a economia solidária é da “formação do homem integral, do cidadão trabalhador” (CIFUENTES & GALVÃO, 2001: 05), ou seja, notamos estar em absoluta consonância com as bases da PNF/CUT, da mais recente fase sindical. CIFUENTES e GALVÃO explicam que a democratização das relações de trabalho não pode ser compreendida isoladamente. Sendo assim, é de fundamental importância conhecer as propostas de autogestão, seja no âmbito da sociedade, seja no interior dos processos produtivos. “A relação entre democracia e autogestão implica em um processo de transformação radical da concepção cultural da prática política” (CIFUENTES & GALVÃO, 2001:11, grifos nossos). Democratizar os processos produtivos implica democratizar as relações sociais como um todo. É o ponto educacional fundamental para a luta contra-hegemônica a ser empreendida pelo renovado sindicalismo por intermédio da economia solidária. Afirmam CIFUENTES & GALVÃO que a consolidação de uma sociedade genuinamente democrática pressupõe opções constantes de princípios e valores que orientam seu desenvolvimento. “A autogestão, a cooperação e a educação podem ser consideradas então, construções coletivas, capazes de indicar um caminho rumo a uma democracia participativa e verdadeira” (CIFUENTES & GALVÃO, 2001:13, grifos nossos).

Então, após a executiva nacional da CUT em 1998 aprovar a criação de um GT para desenvolvimento de políticas de economia solidária que construiria seu Projeto de Desenvolvimento Solidário, entre as estratégias utilizadas por esse novo grupo para disseminar sua ação, dar mais visibilidade à proposta, houve a realização de um processo de

discussões por todo o país, que passou, inclusive, por um seminário nacional em setembro de 1999 e culminando em 2 e 3 de dezembro em um seminário internacional, que inaugurou oficialmente a ADS. As discussões abordaram o desenvolvimento e as transformações no mercado de trabalho, o papel do sindicalismo na nova configuração deste mercado e, ante os desafios de desenvolvimento do país e as políticas da CUT de geração de renda e trabalho, os conceitos e possibilidades da Economia Solidária, tendo em vista também as experiências mundiais. Desses encontros fundamentais, o GT produz documentos. A seguir, apreciaremos as principais concepções de economia solidária neles contidas.

2.3 O Seminário Nacional – Setembro de 1999

O relato sobre o seminário nacional e os debates regionais realizados em SP, Belém, Goiânia, Recife e Florianópolis, entre julho e agosto de 99, está no documento intitulado *Sindicalismo e Economia Solidária – Reflexões sobre o projeto da CUT (2000a)*. É composto de seis textos cuja seqüência, com os respectivos autores, assim se apresentam:

- O papel da CUT e a Economia Solidária, que serviu de sistematização e subsídio para os encontros regionais com redação de Todeschini e Magalhães, coordenador geral e assessor da ADS/CUT, respectivamente;
- Um histórico do cooperativismo e do sindicalismo no Brasil e no mundo, por Paul Singer;
- O significado e as tendências da economia solidária, com dados de experiências solidárias no Rio Grande do Sul e no Ceará, por Luis Ignácio Gaiger, da Rede Interuniversitária Unitrabalho e da Unisinos-RS;
- O mercado de trabalho e a Economia Solidária, por Sérgio Mendonça, do DIEESE;
- As possibilidades da Economia Solidária no Brasil, também escrito por Paul Singer;
- Conclusão do processo de debates do ano, a criação da ADS, escrito pelo Grupo de Trabalho da ADS (CUT/ADS, 2000a).

Deste modo, sedimentando as bases do projeto, especialistas e pesquisadores deram suas opiniões a respeito do tema. Vamos conhecê-las, para que possamos analisá-las adiante.

TODESCHINI e MAGALHÃES escreveram seu texto compilando elementos de estudos feitos por Gaiger, Gadotti, Singer e Haddad. Comentam a princípio sobre o cenário atual, a reestruturação produtiva e seus reflexos sobre o mercado de trabalho. Falam da ampliação da informalidade e da conseqüente diminuição da base sindical. Explicam que embora se confronte com a forte presença do sindicalismo corporativo e getulista, há um novo sindicalismo formando-se, com uma ação mais propositiva, principalmente quanto a geração de empregos. Preocupados com essa questão, trazem à luz o ‘possível potencial transformador da economia solidária’. Segundo eles (ADS/CUT, 2000 a), GAIGER alega que novas interpretações analisam as possibilidades dessa experiência não mais como uma ação pré-política, mas como embrião de novas formas de produção, de organização do trabalho ou mesmo de uma economia alternativa. As avaliações indicam que as experiências apresentam um enorme potencial de revigorar forças dos setores populares excluídos, de emancipação e apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais mais adequadas aos saberes populares. Citando GADOTTI, TODESCHINI e MAGALHÃES (CUT/ADS, 2000 a) afirmam que são experiências integradas à economia formal, mas contrárias à sua lógica de mercado. Com base em SINGER argumentam que a economia solidária apresenta-se inserida em um processo de ‘revolução social’ (CUT/ADS, 2000 a:19). Tese que se contrapõe à da revolução política - a conquista do poder estatal como caminho para a revolução socialista – defensora da transferência dos meios de produção para os trabalhadores como resultado de um processo em que os próprios trabalhadores estejam querendo e demonstrem condições de assumir o controle dos meios de produção. Assim, as experiências de economia solidária, especialmente as cooperativas, seriam embriões em potencial para detonar uma revolução social socialista já em curso há 200 anos. São experiências que trazem consigo valores como solidariedade, democracia, autogestão, autonomia sobre valores mercantis, combinada com eficiência econômica, que nascem de iniciativas muito diversas como ONGs, sindicatos, prefeituras e até mesmo de empresas privadas. “A realidade concreta desfaz ideologicamente uma separação inexistente entre Estado, sociedade e mercado” (CUT/ADS, 2000 a: 20). Em seguida, apoiados em HADDAD, TODESCHINI e MAGALHÃES (CUT/ADS, 2000 a) argumentam que a economia solidária pode suscitar, devido ao seu caráter democrático na organização do trabalho, estímulo do desejo de participação no processo que envolve a tomada de decisões nos rumos da sociedade, com a superação da apatia das pessoas ante as eleições, por exemplo. A fraca participação popular permite que o poder econômico garanta ampliação dos seus espaços. E sua socialização não estatista da propriedade é outra vantagem, por exemplo, em relação às experiências do Leste Europeu. Essas são algumas posições de

estudiosos interessados na maior equidade das condições socioeconômicas do país e que vêem com bons olhos o potencial dessa empreitada.

Para TODESCHINI e MAGALHÃES, partindo, então, dos pontos levantados pelos intelectuais por eles arrolados, a Economia Solidária teria *possibilidade de produzir uma transformação social* dados os seguintes aspectos:

1. grande potencial de ampliação da geração de novas oportunidades de trabalho,
2. maior democratização da gestão do trabalho,
3. uma valorização das relações humanas
4. um caminho viável para maior distribuição de renda.
5. cooperativas de crédito que podem democratizar essa prática
6. redes de economia solidária que podem fortalecer o desenvolvimento local integrado e sustentável (ADS/CUT,2000a).

Porém, TODESCHINI e MAGALHÃES deixam claro que nem todo cooperativismo é ‘autêntico’. Em razão das condições do mercado de trabalho muitas cooperativas são criadas com o propósito de apenas beneficiar o contratante. Organizadas com dura hierarquia, obrigam os trabalhadores cooperados a aceitarem as relações internas por terem medo de ficarem desempregados. Mostram, com isso, a deficiência da própria legislação vigente. O cooperativismo é autêntico quando feito com bases opostas a essas, com consciência e ação de seus membros em prol do conjunto. Assim, para que existam as verdadeiras cooperativas, deve-se lutar pela extinção dessas falsas, as ‘cooper-gatos’ ou ‘cooperfraudes’. Apenas o processo educativo para os trabalhadores não basta. É preciso lutar para mudança das normas e garantia de direitos, explicam (CUT/ADS, 2000 a).

SINGER, segundo articulista no documento, explica que o cooperativismo nasceu durante a Revolução Industrial inglesa, no fim do século XVIII, como forma de resistir à competição das fábricas e empregar artesãos que cada vez mais, ao saírem do campo, engrossavam o exército de reserva de mão de obra. Lembra que Robert Owen, “um dos pais do socialismo, [...] propunha que ao redor das fábricas se formassem aldeias cooperativas” (CUT/ADS, 2000 a:24). Nesse processo surgiam também as *trade-unions*, os sindicatos, inspiradas pelo ‘owenismo’ (CUT/ADS, 2000 a:24) para defender os interesses dos trabalhadores. Isto se espalhou pelo mundo afora. Sobre as cooperativas, ele afirma:

Todas as cooperativas são democráticas e igualitárias, seus dirigentes são eleitos pelos sócios, as diretrizes são discutidas e aprovadas em assembleias gerais, nas de produção o ganho líquido é repartido conforme critérios aprovados pela maioria etc. São estes princípios que permitem distinguir falsas cooperativas das verdadeiras (CUT/ADS, 2000 a: 25)

As crises e as recessões sucessivas que aconteceram desde meados dos anos 70, a 3ª Revolução Industrial com a microeletrônica, a globalização financeira e comercial, o desemprego estrutural, ‘tudo fez com que o cooperativismo voltasse a ganhar força’, pelo mundo e inclusive no Brasil. Sobre o ‘tradicional e o novo cooperativismo’, ele considera que:

Hoje pode-se distinguir entre o cooperativismo tradicional e o novo cooperativismo, que traz as marcas da crise ideológica da esquerda e a necessidade de enfrentar o neoliberalismo e a atual crise das relações de trabalho. O novo cooperativismo constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social (CUT/ADS, 2000 a: 26).

Em nosso país, o novo cooperativismo tomou diversas formas como as empresas agrupadas na ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas e de Participação Acionária, com 15.000 pessoas ocupadas; ou então na Associação Brasileira de Autogestão; nos PACs – Projetos Alternativos Comunitários, formados com apoio da Cáritas, vinculada à Igreja Católica; no MST– Movimento dos Sem-Terra⁶³; nas cooperativas de serviços formadas por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares etc. Apesar disso, um sério problema encontrado para uma maior difusão deste cooperativismo solidário é a falta de cultura cooperativa entre os trabalhadores. Por isso, a ANTEAG, o MST e o

⁶³ O MST nasceu em 1984 durante um encontro de trabalhadores rurais em Cascavel, Paraná, a fim de lutar pela terra e pela reforma agrária.

NAPES⁶⁴ – Núcleo de Ação e Pesquisa de Economia de Solidariedade, além das incubadoras, trabalham o desenvolvimento desta habilidade e de sua propagação. Argumenta SINGER, Coordenador do grupo de trabalho de Economia Solidária da Unitrabalho no documento de debate da Central:

A economia solidária enquanto realidade concreta e alternativa ao capitalismo está sendo construída no Brasil, apesar de todas as dificuldades. [...] É fundamental, no entanto, que as centrais sindicais se envolvam mais nesta batalha, que é de interesse vital para toda a classe trabalhadora. É necessário que os sindicatos acolham em seus quadros cooperadores da mesma forma que trabalhadores assalariados. O trabalho assalariado formal está diminuindo rapidamente no Brasil, o que debilita a representatividade dos sindicatos e os enfraquece. [...] Sindicatos e cooperativas surgiram das mesmas lutas (CUT/ADS, 2000a: 28).

Na seqüência do Seminário Nacional da CUT, GAIGER, da Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos/RS, apresenta pesquisas sobre o tema, observando o que chama de ‘economia popular’, fenômeno novo que envolve uma diversificação de organização nos diferentes setores produtivos e nas diversas categorias (CUT/ADS, 2000a). Às vezes surge de laços familiares e de vínculos comunitários de antiga tradição. Também vem da luta dos operários ou de trabalhadores rurais que se mobilizam. Estão no ramo de hortigranjeiros, no beneficiamento, na produção semi-artesanal de alimentos, roupas, artigos de madeira, nos serviços. Junto com outras formas de subsistência expandem o chamado setor informal, a ‘economia subterrânea’. Na multiplicidade dessas experiências, muitas apresentam longevidade e ganham amplitude. Com o passar do tempo, elas deixam de ser meramente circunstanciais, de emergência e ganham permanência em sua heterogeneidade.

Para GAIGER a ‘nova economia social’ é uma grande chance para a impotência do Poder Público e do setor privado capitalista em meio à crise do ford-taylorismo. Isto favorece o nascimento de movimentos sociais com valorização do voluntariado, da filantropia, da

⁶⁴ O NAPES - Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia de Solidariedade - surgiu em março de 1997 a partir do interesse de alguns estudantes de Ciências Sociais da USP e agentes de pastoral da Igreja Católica, em estudar a questão do desemprego. A proposta era aprofundar o tema na perspectiva da elaboração de um projeto alternativo. O NAPES vê que a Economia Solidária tem um caráter político na medida em que propõe a organização da sociedade civil, tanto para se auto ajudar quanto para cobrar medidas pertinentes e coerentes por parte do Estado. As experiências isoladas devem se unir para um fortalecimento mútuo. Seu principal projeto de economia de solidariedade está na Vila Brasilândia, região noroeste da cidade de São Paulo. É grande parceiro da CUT.

ecologia, da cultura, mesmo pelo movimento operário e pelas universidades (GAIGER, 1999). É a possível germinação de formas de *economia alternativa*, distintas da lógica mercantil e de *alternativas econômicas* para os trabalhadores. Há, no entanto, segundo apontam suas pesquisas, ambigüidades, contradições e interesses contrários. Como exemplo, temos empresas privadas, com incentivos públicos, que criam cooperativas como forma de se livrarem de encargos sociais, principalmente em áreas onde os sindicatos exercem pouca ou nenhuma atuação.

GAIGER (1997) alerta, então, que nem toda economia popular é alternativa, nem envolve também outros segmentos sociais. A economia popular, para ele, engloba os setores cuja ação econômica segue uma lógica diferenciada, dentro de um novo espaço social, e busca um novo tipo de desenvolvimento. A economia alternativa, por princípio, orienta-se pelo que ele define como “lógica do dom e da gratuidade, a partir dos quais sustenta suas estratégias cooperativas e suas relações de troca” (GAIGER, 1997:07). Há, portanto, uma inversão de lógica com o mercantilismo, bem como em relação à lógica do direito, que pauta a ação estatal e as suas reivindicações. É uma identidade própria. Em segundo lugar, a economia alternativa atua no espaço dito por ele ‘conjunção do público e do privado’ e multiplica os laços entre essas esferas por meio de redes de interação. E, finalmente, concebe o desenvolvimento humano como um processo integral, sustentável, de segurança mediata e imediata, possibilitando a realização dos indivíduos. Aponta em suas pesquisas que, apesar de ser uma microexperiência, a economia alternativa mostra capacidade de operar em grande escala, junto da economia privada e estatal. Existem diversas redes de comércio, regional e internacional como a *European Fair Trade Association* e as Organizações de Comércio Alternativo, que ligam os países centrais ao Terceiro Mundo; instituições comunitárias de crédito, como em Bangladesh, na Bolívia e na Colômbia, por exemplo; projetos de reciclagem de produtos etc (GAIGER, 1997).

Certas experiências ao transcenderem o patamar de subsistência tornam-se aquilo que GAIGER intitula de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. Induzem e refletem um ambiente cambiante que permite vislumbrar uma economia popular solidária, uma realidade viva e aberta a diferentes evoluções (GAIGER, 1997). É o “solidarismo econômico” (CUT/ADS, 2000 a: 29). Este se caracteriza por:

- a) Autogestão: controle pelo conjunto dos associados com autonomia do exterior.
- b) Democracia para a tomada de decisões, com absoluta transparência.

c) Participação: regularidade e freqüência de reuniões com elevado grau de comparecimento e mobilização, com mecanismos de renovação e alternância dos quadros diretivos.

d) Igualitarismo: garantidos por critérios de remuneração pelo trabalho, eqüitativamente dividido, com capital socializado.

e) Cooperação: responsabilidade partilhada totalmente no processo, com relações absolutas de confiança.

f) Auto-sustentação: atividade produtiva de viabilização econômico-financeira sem comprometimento do ambiente social e natural.

g) Desenvolvimento humano: processos de formação da consciência e de educação integral e iniciativas de qualificação técnica e profissional

h) Responsabilidade Social: ética solidária, comprometimento de melhorias na comunidade, práticas de efeito irradiador e multiplicador (CUT/ADS, 2000 a).

Percebe-se, pelos estudos, que há com razoável nitidez um crescimento numérico dos empreendimentos associativos de cunho econômico, embora nem todas as empreitadas possam ser qualificadas como EES nos diversos setores, comenta GAIGER (CUT/ADS, 2000a). O documento da ADS/CUT indica que no período de 90 a 98 houve um crescimento de 43,7% no número de cooperativas no país e 53,6% no número de cooperados, com possibilidades de ser um total ainda maior, por não estarem todos afiliados a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Nota-se que o perfil dos empreendimentos associativos está alterando-se, pois há uma diversificação crescente nos tipos de atividade econômica e na composição social dos associados. Também há, quanto às cooperativas, um declínio de alguns segmentos tradicionais como o de consumo e a intensificação da controvertida área de cooperativas de trabalho. Por outro lado, enfatiza que os EES têm um grande obstáculo para sua consolidação: além da ausência de políticas públicas para o setor, a inexistência de estruturas e mecanismos de intercâmbio entre os empreendimentos, o que faz prevalecer o isolamento e adaptação de cada empresa as regras do mercado. Isto pode comprometer gravemente sua viabilidade num futuro próximo. Contudo, o interesse do sindicalismo cutista, empenhado no debate e no estímulo à formação de cooperativas autênticas, opõe-se conjuntamente à existência das cooperativas desvirtuadas, fraudulentas e pretende colaborar com a diminuição dessa situação (CUT/ADS, 2000a).

Conforme argumenta GAIGER (1999), pesquisa do IBGE revela que há instabilidade nas empresas de micro e pequeno porte. Muitas não chegam a completar nem um ano de existência. E seu insucesso deve-se principalmente à incompatibilidade entre os sócios, carência de capital de giro e deficiência de planejamento. Questões como financiamento e comercialização também tem um peso considerável, assim como problemas na qualificação profissional e nas estratégias de mercado. E os trabalhadores, segundo o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, também não são assistidos com planos de saúde, seguros de vida, treinamentos e prêmios. GAIGER explica que o isolamento dos empreendimentos e a falta de políticas de suporte é que estão no centro de todos esses problemas (CUT/ADS, 2000a). Há fatos relevantes que ele e a Unitrabalho perceberam como diferencial na construção social das empresas aglutinadas pela ANTEAG e apontam com otimismo: a importância da cooperação, do estímulo e práticas de participação, da busca de consenso e co-responsabilidade, da aceitação de desafios de produção e quotas extras de distribuição, de disposição para a equiparação de ganhos, da valorização do potencial de competência, da consciência da necessidade de formação de base e educação profissional, da preocupação com o meio ambiente, da seriedade com relação aos clientes, da buscar de qualidade e custos vantajosos na competição. A força desses empreendimentos reside em sua capacidade de conciliação simbiótica das relações de trabalho com o modo de operação: o ‘solidarismo empreendedor’ (CUT/ADS, 2000a:41). Transitar da matriz comunitária da empreajuda para uma lógica econômica empreendedora. De acordo com GAIGER:

Assim sendo, a busca de resultados vale-se das potencialidades do trabalho consorciado, em favor dos próprios produtores e no interesse da sobrevivência do empreendimento. [...] O trunfo maior das empresas autogeridas, subjacente às vantagens que apresentam, reside, em última instância, na ruptura que estabelecem com as relações sociais e a lógica capitalista de produção de mercadorias. Ao suprimirem a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, ao assim eliminarem a apropriação privada e desfazerem o antagonismo entre o capital e o trabalho, ganham a possibilidade de superar o caráter alienante e descartável da atividade produtiva. Com isso, [...] [volta-se] à humanização das relações, no trabalho e na vida (CUT/ADS, 2000a: 40).

O trabalho é o protagonista central dos *Empreendimentos Econômicos Solidários* - EES. Sua garantia básica. Por meio dele se vive a experiência concreta de justiça, equidade e serviço à sociedade. Não obstante, é necessário se grifar as proposições para o bom desempenho, segundo GAIGER (1999):

a) os EES têm mais chance de prosperar em segmentos demandantes de força de trabalho manual pouco especializada ou cuja substituição por máquinas não teria grande benefício, por exemplo, os empreendimentos agrícolas e as cooperativas de serviço. Os EES utilizam o fator trabalho de forma intensiva, para compensar a baixa capacidade de investimento. Muitas vezes a jornada vai além das oito horas ou absorve o tempo livre. Por serem empresas participativas, fundadas em convicções e responsabilidade de grupo, os ganhos individuais vêm com a performance associada;

b) o solidarismo e o cooperativismo no trabalho resultam em *eficiência, que é vetor para viabilizar a competitividade* dos EES. Eles são favorecidos quando o ambiente de trabalho é gratificante e moralmente recompensador, o que fortalece os laços de confiança. Isto mantém uma baixa rotatividade no grupo, estabilidade e facilita a comunicação, a participação e a resolução de ineficiências;

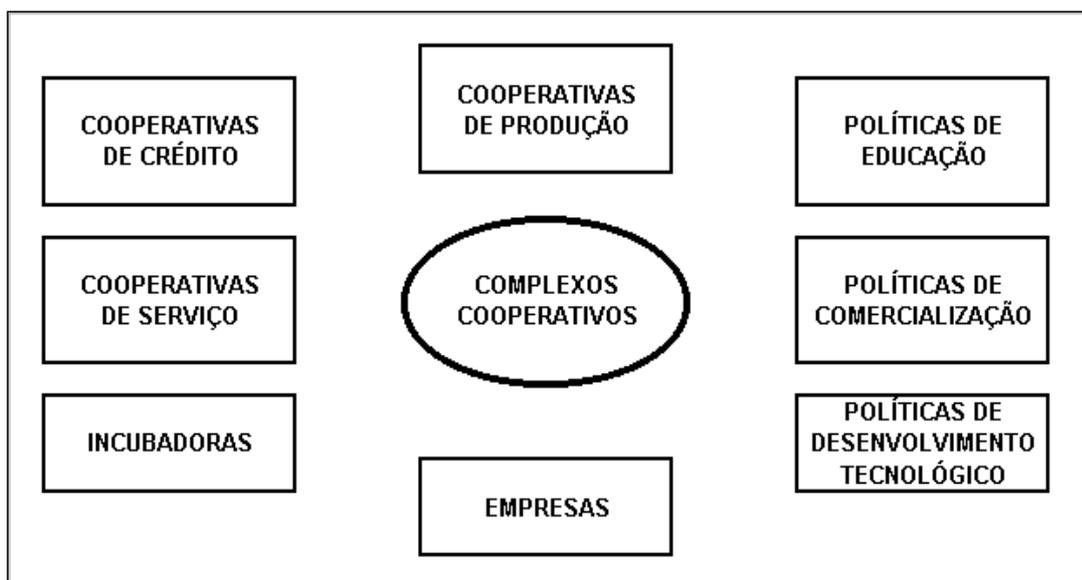
c) Tendo em vista o bom desempenho nos itens anteriores, o resultado em ganhos médios ultrapassa no geral a remuneração recebida no mercado pelas ocupações correspondentes além dos benefícios sociais, bem distante da realidade vivida pelos empregados das micro e pequenas empresas. O próprio conceito de eficiência muda, pois ele não é mais o resultado de custo reduzido com maior produtividade, tendo em vista o relacionamento que sustenta a produção. O trabalho é compensado com satisfações voltadas à qualidade de vida e à evolução daqueles que vivem de seu trabalho;

d) os EES não exploram seus trabalhadores, tendo por isso natureza distinta dos participantes do processo de produção no capitalismo. As empresas autogeridas romperam com as relações sociais e a lógica do capital de produção de mercadorias. Não há mais a separação entre o trabalhador e seu produto. Superam o caráter alienante do trabalho no capitalismo. Recupera-se por meio deles a existência integral. É, conforme lembra:

[...] um fenômeno de contornos ainda pouco definidos, a economia solidária representaria, segundo uma linha comum de entendimento, a emergência de um novo modo de produção, em suas formas seminais, frágeis e, no entanto, portadoras de uma

nova realidade histórico-social (Tiriba, 1997; Nuñez, 1997; Singer, 1999). Seu devir apontaria para o fim da reprodução do trabalho como mercadoria, ou seja, para um horizonte de superação do próprio capitalismo. Desse ponto de vista, ela seria progressivamente antagônica e incompatível com o modo de produção hoje hegemônico (GAIGER,1999:16).

Fortalecer e viabilizar econômica e socialmente os empreendimentos tem como estratégia a organização na forma de ‘Complexos Cooperativos’. Em um esquema visual (CUT/ADS, 2001: 07):



Conforme GAIGER, são modelos teóricos que expressam um tipo ideal de concentrações locais de EES que atuam em estreita cooperação entre si, segundo princípios da economia solidária e articulados ao desenvolvimento local, com a intenção de garantir sua sustentabilidade, autonomia e capacidade de inovação endógena. Estes complexos são compostos por: empreendimentos produtivos, empreendimentos de serviços, instituições de crédito, serviços de comercialização, programas de formação, de desenvolvimento tecnológico, serviços de assessoria e assistência técnica. A sua gestão deve ser controlada socialmente por meio da criação de conselhos ou fóruns com a participação dos empreendimentos e atores sociais, principalmente sindicatos e representações da comunidade. A construção dos complexos cooperativos é um processo gradual que passa pelo desenvolvimento das fases de diagnóstico, articulação institucional e implementação e deve

estar articulada a um processo de mobilização social para estruturar a economia e a comunidade local, conclui (1999).

MENDONÇA, discorrendo sobre o mercado de trabalho e a proposta da ADS, afirma que “a década de 90 é [...] a década do surgimento do desemprego no Brasil” (CUT/ADS, 2000 a: 44), porque nem nos anos 80, com forte recessão, as taxas de desemprego foram tão ruins como nos anos 90. Lutar pelo emprego é, então, lutar pelo crescimento econômico (CUT/ADS, 2000a). Contudo, dado o novo paradigma tecnológico, debate-se se a melhora no crescimento da economia recuperará a formalidade do mercado de trabalho. Se as iniciativas de economia solidária forem capazes de reposicionar, em médio ou longo prazo, os níveis de emprego e renda – pelas cooperativas em autogestão e co-gestão – “poderiam ganhar um porte suficiente, sem falar em valores estratégicos e políticos, de mudança da sociedade a partir de iniciativas de cunho solidário” (CUT/ADS, 2000 a: 49). Mas, o movimento sindical não deve trabalhar com a discussão da economia solidária em oposição à busca pela geração de emprego, pondera MENDONÇA (CUT/ADS, 2000 a). Mas, diante das dificuldades dos rumos da política econômica para os próximos anos de forma que permitisse uma forte redução do desemprego, a estratégia de economia solidária precisa ser reforçada, “ganhar espaço e crescer do ponto de vista de sua importância política”, conclui (CUT/ADS, 2000 a: 49).

SINGER, quanto a essas possibilidades no país, assegura que a economia solidária vive um ‘ressurgimento, não apenas no Brasil como na América Latina, Europa, EUA, Canadá e, possivelmente, até na Ásia’. É uma clara resposta à nova fase do capitalismo. Há, neste sentido, porém, uma contradição com os próprios princípios do cooperativismo. Existem empresas que se intitulam cooperativas e podem ser *piores* que as próprias empresas capitalistas. São falsas cooperativas, conforme também apontaram TODESCHINI e MAGALHÃES, reflexo da degeneração, possível de atingir qualquer instituição humana, pondera (CUT/ADS, 2000 a). Para ele, o caráter anticapitalista é algo dado não por valores ‘de fora para dentro’, assim, qualquer empresa igualitária e autogestionária, cooperativa ou não, “é socialista já. Uma experiência socialista mesmo que seja pontual” (CUT/ADS, 2000 a: 54), afirma categoricamente. Experiências como os Bancos do Povo, que fornecem microcrédito para os mais pobres sem contrapartida material, são partes desse solidarismo vindo desde Rochdale em 1844. Assim como os *kibutzim* que, na sua maioria, são fiéis aos princípios essenciais e “Mondragón, uma das experiências mais autenticamente socialistas” (CUT/ADS, 2000 a: 54), apesar de alguns trabalhadores acharem que aquilo não é mais socialismo e sim

um ‘refinamento do capitalismo’, acrescenta. É preciso ter cuidado e olhar crítico para que haja avanços sempre, raciocina SINGER. Para reprimir a degeneração, a única forma é educar os cooperados e ensinar-lhes seus direitos para que renegociem seus contratos de trabalho (CUT/ADS, 2000 a). E amplia essa idéia também em relação aos sindicatos. Eles precisam

[...] ter uma cultura cooperativa, conhecer os princípios [...] e começar a trabalhar com os trabalhadores, mostrando a eles quando estão sendo enganados. É preciso desenvolver um trabalho de formação com esses trabalhadores e, ao mesmo tempo, filiar esses cooperados ao próprio sindicato” (CUT/ADS, 2000 a: 55).

Os movimentos populares, a CUT e o PT devem lutar para facilitar a organização cooperativa. Há muito espaço para o crescimento da economia solidária, acredita SINGER. Estimular ao máximo as organizações efetivamente sob o controle dos trabalhadores. Mas, não pensa que as cooperativas estejam acima dos sindicatos ou mesmo dos partidos, que é só multiplicá-las para acabar com o capitalismo. Entende que é preciso um conjunto de esforços simultâneos para “acabar com o capitalismo e construir uma sociedade mais igualitária e justa, que chamamos de socialismo ou comunismo. A revolução terá que ser em tudo” (CUT/ADS, 2000:56). Para SINGER, essa é uma conquista que deverá ser feita pelos trabalhadores organizados e educados:

Sem educar as pessoas nos valores da solidariedade, igualdade e democracia, é impossível transformar todas as empresas capitalistas em autogestionárias (CUT/ADS, 2000:57).

Após estes debates, conforme conclui seu GT, era consolidada a ADS/CUT, tendo como objetivo geral propiciar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir também com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável (CUT/ADS, 2000 a). Tomava corpo na CUT seu novo projeto contra-hegemônico.

Ele representa, destarte, o empenho dos intelectuais para trazer os diversos segmentos sindicais para a proposta, que seria reforçada com o segundo seminário. É a busca da unidade entre os trabalhadores, conforme Gramsci. TODESCHINI & MAGALHÃES afirmam que o desafio da ADS é a reconstrução dos princípios do cooperativismo, que tinha vínculos estreitos com os sindicatos, o socialismo e suas históricas conquistas. Significativamente propõe ‘um retorno às origens’, em busca de forças e referências naqueles tempos para o combate neste momento dramático. Projeto que tem grande importância política, conforme também avalia MENDONÇA. Entendem que, se prosperar em sua expansão, há oportunidades de ‘mudanças sociais’. Em suma, os sindicalistas precisam aprovar essa possibilidade que é elaborada pelo grupo hegemônico cutista, articulando por meio do cooperativismo, legítimo instrumento da bagagem operária, a mão de obra de reserva que cresce continuamente. Por isso o referencial histórico e cultural. SINGER, indo além, destaca, então, a importância da educação no processo revolucionário, para a consciência crítica dos trabalhadores que tem, na autogestão, a prática socialista ‘nem que seja pontual’. Esta idéia deve se inserir no meio dos trabalhadores, pela perspectiva de um legado, existente desde a experiência utópica de Owen – referendado também por TODESCHINI & MAGALHÃES – mais a atualidade dos *kibutzim* e Mondragón. Experiências originais que continham grande componente solidário e fazem parte da ‘revolução social’ iniciada então a duzentos anos, de acordo com SINGER e destacada igualmente por TODESCHINI & MAGALHÃES. Observamos que a PNF/CUT aponta a solidariedade como integrante fundamental na formação do ‘novo trabalhador’ para suas lutas cotidianas que levam, pela guerra de posição gramsciana, à contra-hegemonia. Há perfeito encaixe de perspectivas então entre a PNF/CUT e a ADS em seus objetivos ‘autogestionários através da história do socialismo’, devendo difundir-se além das relações produtivas, para todos os âmbitos da sociedade civil. Contudo, segundo GAIGER, essa ‘nova forma social de produção’ representada pelos EES, para dar certo, precisa de estruturas e mecanismos de intercâmbio entre eles, caso contrário sua viabilidade pode ser comprometida; e mais: não interpreta a economia solidária como sendo o virtual aparecimento de um novo modo de produção que iria superar o capitalismo. É “uma tese em aberto”, argumenta. Não é, portanto, ‘revolucionário já’ como deseja SINGER e mostraram TODESCHINI & MAGALHÃES. Pondera GAIGER: “Realidades novas [...] podem ser enganosamente sedutoras e levar a uma visão excessivamente otimista” (CUT/ADS, 2000 a: 30). O conceito de modo de produção para ele refere-se, então:

[...] ao princípio último organizador da vida social, assente nas condições materiais de existência a um dado tempo e espaço histórico. Um novo modo de produção é decorrência do avanço das forças produtivas e da constituição de um novo processo material que lhe corresponda e se incorpore, plenamente, por meio de novas relações entre os homens, no processo geral de apropriação da natureza (Godelier, 1981). Ora, as empresas de autogestão inovam, tão somente em seu âmbito interno e em seus vínculos mútuos, as relações que definem o processo social imediato de trabalho, o que significa que não estão destruindo ou ameaçando as relações oriundas e típicas do capitalismo, fundadas na divisão entre capital e trabalho e na extração de mais valia.

Em outras palavras, o que os EES contém e desenvolvem em seu seio é uma nova forma social de produção, que pode conviver, como tantas outras, com a forma específica do modo de produção capitalista. A perspectiva está em que esse novo arranjo do processo de trabalho e dos fatores produtivos, distinto da forma assalariada capitalista, venha a perdurar no atual ambiente econômico, sem perder as suas características. Quando se constata que a forma social solidária otimiza os fatores de rentabilidade que encontra na base técnica moderna e, além disso, renova o conteúdo material do processo de trabalho e passa a gerar novas forças produtivas, materiais e intelectuais, adaptadas às suas especificidades, essas chances crescem. As relações que então se estabelecem com o capital, desse ponto de vista, adquirem não o sentido de superação deste último, mas de criação de possibilidade para o crescimento e consolidação de um novo campo de práticas econômicas (GAIGER, 1999:17, grifos nossos).

Em Gramsci, referencial teórico cutista, a história deve ser fonte de reflexão e crítica para a transformação da realidade concreta. A ADS em sua práxis revolucionária toma como menção experiências dos utópicos no século XIX, bem como os *kibutzim* e os empreendimentos de Mondragón. Aqueles antigos socialistas viviam uma dura condição em meio ao período da Revolução Industrial, com muita exploração e precárias condições de trabalho. As cooperativas eram colocadas, então, como forma de resistência. Os *kibutzim* israelenses e a experiência autogestionária de Mondragón, já no século XX, também assim, podem se caracterizar dadas as circunstâncias históricas desses dois povos. Contudo, tanto Israel quanto Espanha permanecem capitalistas. Parecem ‘experiências de resistência’ que

progrediram economicamente, mas que acabaram por se adaptar, contraditoriamente, à competição no mercado. A revolução, como tal, não se afigura ter sido alcançada. Essas referências, como modelos orientadores, também não estariam sendo vistas com exagerada benevolência na concepção da ADS, ou seja, não seriam, na verdade, conforme Gramsci, errôneas ideologias arbitrárias?

Antes de apresentarmos o Seminário Internacional, em virtude das considerações expostas acima, entendemos ser fundamental examinar com maior cuidado essas experiências pioneiras que são referências para a CUT e estão presentes nas origens das cooperativas e dos sindicatos, isto é, as perspectivas dos antigos utópicos e dos anarquistas, bem como os modernos modelos basco e israelense. Com base na ainda atual crítica de Marx ao cooperativismo do século XIX, é possível perceber os limites nestas experiências que a CUT toma como modelo.

2. 3. 1 Cooperativas e sindicatos: as visões dos socialistas utópicos e a contemporaneidade dos kibutzim e de Mondragón

Ao estudarmos a história das lutas da classe operária contra a dominação do capital temos as cooperativas e os sindicatos surgindo concomitantes, como instrumentos de defesa dos trabalhadores, naqueles primórdios da Revolução Industrial.

Os sindicatos têm basicamente o papel de articuladores da vasta quantidade de trabalhadores que, embora numerosa, muitas vezes apresenta-se dividida ou não participativa, facilitando as condições de dominação pelo sistema. Assim, eles tentam evitar que os níveis salariais fiquem abaixo do mínimo necessário para a manutenção e a sobrevivência do trabalhador e sua família. Em conjunto, os trabalhadores somam forças para que não sejam tratados isoladamente pelo proprietário dos meios de produção e tenham maior poder de pressão. Eles são, portanto, uma criação para a segurança do próprio trabalhador, e buscam, além da questão da manutenção do salário, a melhoria deste em termos de ganhos reais e aperfeiçoamento da qualidade no ambiente de trabalho, nos direitos e benefícios.

A luta pela unidade sindical permanece, desde os primeiros tempos, como a luta da classe operária no enfrentamento às ameaças do capital. Na Inglaterra, seio da Revolução Industrial, em 1800, leis relacionaram as coligações operárias aos piores crimes. Dispositivos semelhantes vigoraram, durante a primeira metade do século XIX em quase todos os países europeus. Estas condições estimulavam idéias revoltosas contra a insegura realidade vivida e

que geravam em muitas ocasiões atos como os ocorridos em 1820, na Inglaterra, quando trabalhadores destruíram máquinas nas linhas de produção consideradas ingenuamente como tirânicas e fonte dos problemas que lhes ocorriam. Só em 1825 as *'Trade Unions'*, ou sindicatos operários, conseguiram constituir-se na Inglaterra. Conforme ANTUNES (1982), Engels em seu estudo específico sobre o pioneiro caso britânico intitulado *'A situação da classe trabalhadora na Inglaterra'*, o crescimento da organização dos trabalhadores fez com que já em 1830 se constituísse uma associação geral de operários ingleses, a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho, com o objetivo de reunir todos os sindicatos, ela funcionava como uma Central dos trabalhadores. Agregou operários têxteis, mecânicos, ferreiros, mineiros, fundidores etc. O maior grupo era o operariado têxtil de Lancashire cuja associação tinha 100.000 membros e uma publicação periódica com 30.000 exemplares iniciais, do jornal *A voz do povo*. Em 1851, surgia a União dos Operários, que foi o primeiro sindicato inglês de âmbito nacional. Em 1871, conseguia-se o reconhecimento legal dos sindicatos aos operários qualificados. Em 1888 estendia-se a possibilidade de associação a todos os trabalhadores, como os mineiros e estivadores. Na Alemanha, os primeiros sindicatos surgiram depois de 1850, mas a dificuldade de organização permitiu que apenas em 1892 conseguissem realizar seu primeiro congresso. Em 1895, surge o órgão unificador sindical francês, a Confederação Geral do Trabalho – CGT. Nos EUA, os sindicatos foram introduzidos por imigrantes, especialmente alemães e suíços, figurava entre eles a *National Labor Union* de 1866, que não chegou a vingar, e a federação dos *Knight of Labor*, fundada em 1869, operando inicialmente na ilegalidade. Mais tarde constituiu-se na *'Federation of Organized Trades and Labor'*, chamada a partir de 1886 de *'American Federation of Labor'*, que mantém longo tempo de atuação. Outro órgão importante dos trabalhadores dos EUA é o *'Congress of Industrial Organizations'*. Contudo, não era uma simples sucessão de vitórias o que ocorria. O choque era permanente. Havia uma dura resistência por parte do patronato. Os trabalhadores eram forçados a se desligar formalmente dos sindicatos se não quisessem ser demitidos. Muitos sindicatos chegaram a desaparecer tal a pressão exercida, o que provava o quão dura era a luta daqueles trabalhadores (ANTUNES, 1982). Não há trégua dentro do capitalismo em suas contraditórias relações sociais de produção.

Assim como os primeiros sindicatos, as *Trade Unions*, florescem também, na Inglaterra da Revolução Industrial no século XVIII, o cooperativismo. Os primeiros trinta anos do século XIX apresentaram centenas de cooperativas formadas em conjunto com sindicatos que são violentamente combatidos por parte das classes patronais em busca de

impedir a filiação dos trabalhadores em associações que os protegessem, defendessem seus direitos.

De acordo com a OCG – Organização das Cooperativas do Estado de Goiás (2002), as primeiras idéias cooperativistas surgiram, sobretudo, *na corrente liberal dos socialistas utópicos do século XIX* e nas experiências que marcaram a primeira metade do século XX. Generalizava-se, nessa época, grande entusiasmo pela tradição de liberdade e, ao mesmo tempo, o ambiente intelectual dos socialistas estava impregnado de ideal de justiça e fraternidade. Criava-se, nesse contexto, o desejo da classe trabalhadora de superar a miséria pelos seus próprios meios, pela *ajuda mútua* (OCG, 2002). Entre os socialistas utópicos que maior influência exerceram sobre o cooperativismo, destacam-se, segundo a OCG:

John Bellers (1654-1725) - Nasceu na Inglaterra e tentou organizar cooperativas de trabalho, para terminar com o lucro e as indústrias inúteis; Charles Gide (1847-1932) - Francês, professor universitário, é conhecido mundialmente por suas obras sobre economia, política e cooperativismo. Fundador da "Escola de Nimes" na França, que muito contribuiu com a produção do conhecimento sobre o cooperativismo mundial. [...]

Willian King (1786-1858) - Também inglês, tornou-se médico famoso e se dedicou ao cooperativismo de consumo. Engajou-se em prol de um sistema cooperativista internacional. Philippe Buchez (1792-1865) - Nasceu na Bélgica, buscou criar um cooperativismo autogestionado, independente do governo ou de ajuda externa. Na França ele tentou organizar "associações operárias de produção", que hoje são chamadas de cooperativas de produção. Luis Blanc (1812-1882) - Francês, foi um grande político que se preocupou com o direito ao trabalho, defendendo a liberdade baseada na educação geral e na formação moral da sociedade. Charles Fourier (1772-1858) - Nasceu na França e foi idealizador das cooperativas integrais de produção, criando comunidades onde os associados tinham tudo em comum. Essas comunidades eram chamadas de falanstérios (OCG, 2002: s/ n° página).

Todos esses pensadores contribuíram para a formação de concepções, princípios e políticas de ação das cooperativas modernas, ao defenderem:

a) A idéia de associação e ênfase na união em atividades sociais e econômicas; b) A cooperação como força de ação emancipadora da classe trabalhadora, através da organização por interesses de trabalho; c) Esta organização se faz por iniciativa própria, cujo controle e administração deve ser democrático e autogestionado (OCG, 2002: s/nº pg.).

Porém, a história dos operários tecelões da cidade de Rochdale - "Pioneiros de Rochdale" - situada no condado de Lancashire, Inglaterra - tem sido a grande referência para o cooperativismo moderno. Diante dos problemas que se tornavam angustiantes, um grupo de operários tecelões - 27 homens e uma mulher - sob influência daqueles primeiros intelectuais socialistas, decidiram fundar a cooperativa de consumo, denominada "*Rochdale Society Of Equitable Pioneers*", registrada em 24 de outubro de 1844. Esses tecelões cooperadores começaram a juntar os primeiros fundos necessários para realizar seu projeto de vida, a saber: abrir um armazém comunitário para a venda de provisões, roupas etc; comprar e construir casas destinadas aos membros que desejassem amparar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica e social; iniciar a manufatura dos produtos que a cooperativa julgasse conveniente, para o emprego dos que se encontravam sem trabalho ou daqueles que sofressem reduções salariais; garantir mais segurança e bem-estar, comprando ou alugando terra a ser cultivada pelos membros desempregados; organizar as forças de produção, de distribuição, de educação e desenvolver a administração democrática e autogestionária do empreendimento. Estes objetivos e a forma de organização social do trabalho e economia da Cooperativa de Rochdale transformaram-se nos 'Princípios do Cooperativismo Mundial' (OCB, 2001). É considerada por isso a mãe de todas as cooperativas.

De acordo com SPINDEL (1986), a própria palavra socialismo veio posteriormente, utilizada pela primeira vez em um artigo da revista intitulada *Cooperative Magazine*, no ano de 1827. Os pioneiros fundaram muitas cooperativas como fábricas de sapatos e tamancos, fiação e tecelagem, de habitação e de beneficência, prestando serviços na área da saúde. Já em 1895, com a expansão do movimento, fundava-se a Aliança Cooperativa Internacional - ACI, que congregaria pelo mundo afora as entidades de cooperativismo, contavam em 1998 acima de 230 organizações em mais de 100 países, envolvendo minimamente 730 milhões de pessoas. As cooperativas estão presentes hoje em todos os países e em todos os sistemas econômicos e culturais (ACI, 2002).

Segundo a OCG (2002), conforme o relatório do Banco Mundial, seria difícil encontrar um sistema mais eficaz do que o cooperativo para encorajar e estimular a participação ativa das populações na realização de programas de desenvolvimento. Na Índia, cerca de metade da produção açucareira vem de cooperativas. Na Itália, as cooperativas operárias de diversos setores são reconhecidas como o setor de ação mais eficaz na luta contra o desemprego. No Canadá, um terço dos habitantes é membro de uma cooperativa de crédito e mais de 75% da produção de trigo e outros cereais passam pelas mãos de cooperativa de comercialização. Nos países escandinavos, as cooperativas agrícolas têm de longe a maior parte do mercado da maioria dos produtos, por vezes mais de 90%. Nos setor de distribuição de produtos alimentares, as cooperativas de consumo da Finlândia e Suíça ocupam os primeiros lugares. Entre os 50 maiores sistemas bancários do mundo, cinco são cooperativos: na França, Alemanha, Holanda, nos Estados Unidos e no Japão. Os princípios fundamentais aprovados em setembro de 1995 no XXXI Congresso da ACI, o 'órgão oficial' do cooperativismo internacional e, segundo seus participantes, a maior Organização Não Governamental - ONG do mundo⁶⁵, são:

- Adesão livre e voluntária – Cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.
- Controle democrático pelos sócios – As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares os sócios têm igualdade na votação (um sócio um voto); as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.
- Participação econômica dos sócios – Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, o que possibilita a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

⁶⁵ Conforme dados da ACI (2002) e OCEMG - Cooperativas de Minas Gerais (2000).

- Autonomia e independência – As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua controladas por seus membros. Em acordo operacional com outras entidades, inclusive, governamentais ou ao receber capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.
- Educação, treinamento e informação – As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
- Cooperação entre cooperativas – As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
- Preocupação com a comunidade – As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas por seus membros.

Em meio às diversas experiências contemporâneas, destacamos agora as evidenciadas pelos documentos da ADS, os *kibutzim* e Mondragón. De acordo com o EIFO – Portal da Comunidade Judaica Brasileira (2000), o *kibutz* - palavra hebraica que significa "estabelecimento coletivo" - é uma comunidade rural singular; uma sociedade dedicada ao auxílio mútuo e à justiça social; um sistema sócio-econômico baseado no princípio da propriedade comunal, igualdade e cooperação na produção, no consumo e na educação; o cumprimento do princípio 'cada um dá de acordo com sua capacidade e recebe de acordo com sua necessidade'; o lar para aqueles que assim o escolheram. Os primeiros *kibutzim* foram fundados por jovens judeus pioneiros, em sua maioria oriundos da Europa Oriental, cerca de 40 anos antes do estabelecimento do Estado de Israel. Eles vieram não só *reivindicar* o cultivo do solo de seu milenar lar nacional, como também criar uma nova forma de vida. Segundo o EIFO (2000), o ambiente hostil, a inexperiência em trabalho físico, a terra desolada - abandonada há séculos - e fundos escassos foram algumas das dificuldades. Implantado, o *kibutz* funciona como uma democracia direta. Os assuntos diários são conduzidos por comissões eleitas, que cuidam de diferentes aspectos, como educação, habitação, finanças, saúde, produção, planejamento e cultura:

O kibutz não é apenas um tipo de povoamento ou um estilo de vida, ele é também uma parte integral da sociedade israelense. Antes do estabelecimento do Estado de Israel e nos primeiros anos depois de sua criação, o kibutz assumiu funções centrais no povoamento, na imigração, defesa e no desenvolvimento agrícola. Quando estas funções foram assumidas pelo governo, a interação entre o kibutz a sociedade em geral decresceu, mas nunca terminou completamente. Além de seu ativo envolvimento na vida política do país, o kibutz vem sempre assumindo, no decorrer dos anos, várias tarefas nacionais (EIFO, 2000, grifos nossos).

Segundo a EIFO, devido às circunstâncias de mudança para adequação aos novos tempos, muitos receiam que o *kibutz* esteja se afastando perigosamente de seus princípios básicos; mas, outros acreditam que a capacidade de fazer concessões e se adaptar é o segredo de sua sobrevivência, porém, enquanto o *kibutz* mantiver sua natureza democrática e o espírito idealista continuar, este movimento social encontrará os recursos criativos para enfrentar as demandas do futuro (EIFO, 2000). Conforme SANDRONI, estas iniciativas originais dos *imigrantes sionistas russos* - que reforçam, em nosso ver, a singularidade da experiência e o caráter de intensificação de identidade - acabaram se tornando organizações econômicas fortes que incluem até indústrias de transformação (SANDRONI, 1985).

Junto com as idéias cooperativas dos utópicos e as experiências dos *kibutzim* israelenses, a ADS tem como parâmetro, também, o complexo basco autogestionário de Mondragón. Neste caso, tudo se iniciou nas terríveis condições que a população sofreu durante a Guerra Civil Espanhola (1936-39), confronto de legalistas republicanos contra partidários do gal. Franco, apoiados pelos nazistas e fascistas. Em um conflito experimental para a II Guerra Mundial deflagrada logo a seguir. A prostração social era muito intensa. Em meio a estas condições, chega a Mondragón em 1941, um jovem sacerdote nascido em Marquina, província de Vizcaya, cujo nome era José María Arizmendiarieta (MCC, 2002). Sabedor das dificuldades procurou de forma pragmática levantar o ânimo do povo local. Em 1943, fundou uma escola politécnica que era aberta a todos os jovens da comarca: “*Mondragón Eskola Politeknikoa desempeñará un papel decisivo en el nacimiento y posterior desarrollo de la Experiencia Cooperativa*” (MCC, 2002: s/ n° de pg.). Em 1956, cinco alunos estabeleceram em Mondragón a primeira unidade produtiva, Ulgor, para fabricação de estufas para indústria petrolífera. Outras unidades de produção seriam criadas até o final dos anos 50.

Animados, fundaram em 1959 a *Caja Laboral Popular*, banco para crédito cooperativo, peça-chave para os avanços posteriores dos empreendimentos:

En los años siguientes se produce la gran eclosión de las cooperativas. Así nacen, entre otras, Fagor Electrónica, Fagor Ederlan y Danobat, y se constituye la División Empresarial de la propia Caja Laboral, incubadora de empresas y figura básica en la posterior evolución de MCC. La década de los setenta es una etapa de creación de nuevas cooperativas y de consolidación de las cooperativas ya existentes, produciéndose un gran avance en el área de la investigación y desarrollo con la creación del Centro de Investigaciones Tecnológicas Ikerlan (MCC, 2002).

Durante a década de 80, elabora-se a MCC - Mondragón Corporación Cooperativa para enfrentar as transformações econômicas impostas pela criação do Mercado Comum Europeu e a globalização. As cooperativas, agrupadas originalmente pela proximidade das comarcas, passaram a ser estruturadas setorialmente pelas afinidades produtivas. Nos anos 90, ela se tornou uma multinacional, ocupando o 8º lugar nas vendas entre os grupos empresariais espanhóis, e deixou a economia basca com significativa participação no PIB:

[...] propiciado por MCC, se crea la Universidad de Mondragón, universidad privada orientada a satisfacer las necesidades de la empresa. Asimismo, en estos últimos años se produce un espectacular aumento de la cifra de negocio, en gran medida propiciado por el vigoroso incremento de la internacionalización. Actualmente, MCC, dispone de 23 plantas industriales en el exterior y se prevé llegar a 60 plantas en el año 2005 (MCC, 2002).

Porém, intensificam-se os questionamentos da permanência dos antigos ideais igualitários do pe. José Maria, falecido em 1976, na ‘mítica Mondragón’:

Sin embargo algunos estudios actuales cuestionan muy seriamente "el mito de Mondragón": los trabajadores no sienten que es suya la empresa, se quejan de sentir más presión que en una empresa capitalista y tiene lugar una cierta erosión de la

democracia al haberse permitido la contratación temporal y la existencia de empresas en el norte de Africa no regidas democráticamente. Mondragón no es una especie de cooperativa idílica donde todos se consideren como iguales, se sientan felices con su trabajo y participen diariamente en las decisiones. Esto obviamente es un mito. Pero, como argumenta D. Schweickart, lo que no es un mito es su éxito económico. Ello basta para sostener que industrias sin capitalistas pueden ser tan o más eficientes que las empresas tradicionales y competir con ellas en un entorno nada favorable, que es posible encontrar mecanismos que logren mantener un equilibrio entre la democracia y la autonomía de los gerentes quedando rotundamente desmentida la idea de que una empresa democrática no puede ser eficiente y que la democracia económica es válida para grandes empresas y multinacionales y no sólo para un grupo de amigos (COROMINAS, 1997, grifos nossos).

Não obstante os questionamentos, o ‘novo cooperativismo’ resgata inspirações destas fontes – segundo a ADS/CUT - mais autênticas: as raízes que influenciaram as propostas organizacionais de economia solidária hoje.

É importante salientar, entretanto, que dentro do movimento operário existem táticas e estratégias diferenciadas, dissidências, luta pela hegemonia. Não podemos falar em uma unidade na prática política do movimento operário na luta contra o capital. Isso seria um grande equívoco. Há, sim, uma diversidade no interior da ação operária, tensões e contradições. Conforme REZENDE explica:

Se a classe operária, em determinadas conjunturas, contesta frontalmente a ordem burguesa, tornando-se o contrapoder instituinte, ela também tem sido alvo das políticas de cooptação do Estado capitalista, que desarticulam a sua resistência. Para os proprietários que exercem controle sobre os meios de produção é fundamental criar instrumentos que facilitem sua dominação e dificultem a organização dos trabalhadores.

É na prática política que se delineiam as táticas e estratégias possíveis e se constrói o contraponto. Nesse aspecto, numa história do movimento operário deve haver espaço para que se entendam seus limites e sua concretude, o que a classe faz e

como ela representa o seu dever histórico que, nem sempre, coincidirá com o desejo de transformação (1994:07).

Portanto, instituições que se forjaram na revolta com a situação presenciada, vivenciam a exploração violenta do capital sobre o trabalho, como as cooperativas, os sindicatos e os partidos, não terão necessariamente permanente atuação crítica contra a ordem vigente. No decorrer da história, com seus fluxos e refluxos, na ação concreta, muitas vezes esses agentes, originalmente contestatórios, farão o jogo do *status quo*, da situação e exercerão um papel tão somente conciliador, acomodado ou até mesmo reacionário, como veremos adiante. SANDRONI (1985) também concorda que o cooperativismo tinha conteúdo socialista a princípio, porém foi adquirindo características mais atenuadas de reforma social sob formulações de André Gide, Beatrice P. Webb e Luigi Luzzatti. Comenta sobre esta questão existencial das cooperativas desde que elas surgiram como forma de defesa do trabalhador TRAGTENBERG:

As cooperativas de produção têm duplo caráter sob o sistema capitalista: a par de uma produção socializada, acompanha uma troca capitalista. Como a troca domina a produção, a cooperativa, para sobreviver, deve submeter-se às leis gerais do sistema capitalista. Na prática, isso significa aumento do ritmo de trabalho, aumento ou diminuição da jornada de trabalho conforme a conjuntura, contratar ou despedir a força de trabalho. Em suma, realizar todas as práticas capitalistas que uma empresa aplica para limitar a concorrência das outras empresas (TRAGTENBERG,1990:27).

Esta crítica de TRAGTENBERG equivale, parece, ao que a ADS/CUT intitula de cooperativas tradicionais, ou seja, aquelas que ‘degeneraram’, sucumbiram ao capital, estão fora do projeto de economia solidária. Prossegue o autor:

Nesse contexto, a cooperativa de produção padece de uma contradição básica: a necessidade de os operários se autodirigirem e desempenharem, em relação a si mesmos, o papel de empresários. Das duas uma: ou a cooperativa, para sobreviver, torna-se uma empresa capitalista; ou, se a pressão operária for maior, essa se dissolve.

É o que Beatrice Webb (teórica do movimento cooperativista) constatou nas cooperativas de produção inglesas, na opinião dela dissolvidas por falta de disciplina. Cabe, então, a pergunta: não teriam se dissolvido devido à impossibilidade de o operário aplicar a si próprio o autoritarismo inerente à unidade de produção sob o sistema capitalista? (TRAGTENBERG,1990:28).

Vimos que muitos cooperativistas eram partidários do chamado socialismo retórico ou utópico que, sobretudo, teve força na França e Inglaterra do século XIX durante a Revolução Industrial. Conforme BELL, “Os primeiros escritores utopistas foram ingleses; contudo, agiam na França forças que produziam grande safra de escritos” (BELL, 1976:319). A idéia se espalhava tendo em vista as desigualdades sociais que proliferavam pela Europa sob o impacto da industrialização. Dentro desse quadro, um dos grandes destaques fica para o inglês Robert Owen (1771-1858), inspirador do cooperativismo britânico e lembrado nos textos da ADS. Estudioso da Revolução Industrial, refletiu sobre as conseqüências impostas à sociedade de sua época e resolveu agir a partir de sua propriedade. Era um homem que não concordava com o sofrimento e dificuldades por que passavam as massas trabalhadoras. Conforme GALBRAITH:

Sob a administração de Owen foi criada a Instituição para Formação do Caráter, que promovia palestras para adultos, festas, recitais de canto e outras recreações para os órfãos, uma escola maternal para crianças muito novas. [...] O trabalho diário das crianças foi reduzido para 10 horas e meia, sendo que menores de 12 anos não eram empregadas na indústria. Por aí se percebe como as coisas eram nos outros lugares, pois isto era considerado suave e condescendente. Devido à sua compaixão, Owen volta e meia tinha problemas com seus sócios. Estes preferiam muito mais um administrador inflexível, realista, que fizesse esses pequenos órfãos realmente trabalharem (1982: 22).

Em sua obra de 1816 ‘*The Book of the New Moral World*’, Owen coloca sua posição favorável a essa relação humanista baseada no cooperativismo. Conforme HEILBRONER (1996), após mostrar que um tratamento mais adequado aos funcionários garantia lucratividade nos empreendimentos, que transformar um local triste de exploração em um ambiente mais participativo podia ser efetivamente conquistado, idéias mais aprofundadas de

relações humanizadas de produção lhe ocorriam. Foi ao Parlamento fazer demonstrações de seus conceitos e conseguir fundos para a Aldeia da Cooperação, uma cidade-jardim totalmente planejada, um *kibutz*, uma comuna. David Ricardo esteve presente na comissão de avaliação. Owen acabou sendo ignorado. Se quisesse prosseguir seria às próprias custas. E foi o que ocorreu. OSÓRIO, citando também RICARDO:

[Ricardo:] “Se morássemos num dos paralelogramos do Sr. Owen e desfrutássemos de toda a nossa produção em comum, então ninguém poderia sofrer em consequência da abundância, mas enquanto a sociedade estiver constituída como atualmente está, a abundância freqüentemente será prejudicial aos produtores e a escassez lhes será benéfica.”

Ricardo, a exemplo de outros economistas da tendência ortodoxa prevalecente do século passado, tais como John Stuart Mill,⁶⁶ Leon Walras e Alfred Marshall, chamou a atenção para a eficiência superior das empresas privadas e a falta de compreensão por parte dos reformadores sociais a respeito dos princípios econômicos e da importância dos mecanismos de mercado (OSÓRIO, 1996:18).

Em 1824, após vender tudo, foi para os EUA fundar uma comunidade em New Harmony, Indiana, baseada na posse comum da terra e em cooperativas que duraram oito anos e falharam. Foi um grande contraste em relação aos avanços em New Lanark. Não sobreviveu a competição de comunidades rivais e a fraudes dos sócios. HUNT comenta:

Acreditava que um sistema de cooperativas poderia coexistir e concorrer com as empresas capitalistas existentes e acabar por substituí-las inteiramente. As cooperativas deveriam ser comunidades industriais e agrícolas, que se autodirigissem, e onde se

⁶⁶ J.S. Mill foi um interessado pelo movimento cooperativo sob influência de Saint-Simon. Acreditava em algumas possibilidades de os trabalhadores exercerem funções empresariais, a despeito da sofisticação das funções. Todavia, nunca abandonou a defesa da concorrência de mercado. Era um opositor aos socialistas de sua época, portanto. Marx disse que Mill era o melhor representante de um ‘sincretismo raso de pouca profundidade’ que tentava buscar a harmonia da economia política do capital com os interesses do proletariado (OSÓRIO, 1996). Em 2002, a Fundação Perseu Abramo, publicou de Mill *Capítulos sobre o socialismo*, com introdução de Paul Singer. O autor em 1869 discutia ‘sem preconceitos’ as idéias socialistas, segundo a editora, e a

aboliria a propriedade privada dos meios de produção e a busca egoísta dos lucros. [...] O movimento cooperativo de Owen e as idéias que o fundamentavam tornaram-se muito influentes no movimento trabalhista inglês da década de 1820, particularmente depois da revogação da Lei da Reunião, em 1824, que tornou mais uma vez legais as organizações trabalhistas (1982:172).

Se a comunidade alternativa nos EUA fracassou, as cooperativas de produtores ingleses caminharam bem, assim como as de varejo, criadas por ele, tiveram mais sucesso e multiplicaram-se, o que gerou um movimento de cooperativas de consumidores que chegaram à Escandinávia e aos EUA, incluindo a dos ‘Pioneiros de Rochdale’. HEILBRONER (1996) argumenta que com o tempo tornaram-se mesmo uma fonte de força do Partido Trabalhista da Grã Bretanha. Curiosamente, das idéias que menos dedicou atenção foi a que vingou. Owen esperava sim que em comunidades alternativas a vida das pessoas tivesse mais sentido, pela liberdade e compromisso mutuo.

Apesar do fracasso havia temor por parte dos intelectuais burgueses, como Sênior, reflexo da preocupação dos capitalistas com os gritos de revolta de uma população à procura de dignidade humana em meio a uma miséria que se impunha para a grande maioria, enquanto que um pequeno grupo era beneficiário da riqueza produzida. O ideal socialista apareceu, então, no seio dessa batalha e, no caminhar dela, cheia de revezes, contradições, foi amadurecendo, ganhando maior consciência crítica e de uma idéia sonhadora, um utópico ‘dever ser’, tornou-se um instrumento de questionamento social radical e luta política: o socialismo científico marxista.

2.3.2 Socialistas utópicos e a crítica marxista

É na obra de Karl Marx (1818-1883) que se encontram os fundamentos para a compreensão de todo o universo das relações sociais, permanecendo instrumento de análise até os dias de hoje, ganhando forças pela renovação oferecida por pensadores que por ele foram influenciados como Lênin e o próprio Gramsci. Marx considerava que a classe trabalhadora, expropriada e explorada pelo capital, podia desenvolver sua consciência

análise hoje é vista como ‘uma das precursoras da economia solidária’. MARX, no tomo I de *O Capital* afirmava também que Mill, como A. Smith, Say etc. eram todos antiproletários (LOSOVSKY, 1989).

histórica e perceber seu papel revolucionário em meio à luta de classes. Caberia ao proletariado, que com seu trabalho materializa a riqueza, concretizar essa luta política.

De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.

As classes médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da história. Quando são revolucionárias, é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros. [...] Todas as classes que no passado conquistaram o Poder, trataram de consolidar a situação adquirida submetendo a sociedade às suas condições de apropriação. (MARX & ENGELS, 1980:55)

Marx ridicularizou as propostas dos utópicos. Julgou-as fantásticas. No *Manifesto Comunista*, escrito em 1848 junto com seu amigo Friedrich ENGELS, constam suas desaprovações:

As primeiras tentativas diretas do proletariado para fazer prevalecer seus próprios interesses de classe, feitas numa época de efervescência geral, no período da derrubada da sociedade feudal, fracassaram necessariamente não só por causa do estado embrionário do próprio proletariado, como devido à ausência das condições materiais de sua emancipação, condições que apenas surgem como produto do advento da época burguesa. A literatura revolucionária que acompanhava esses primeiros movimentos do proletariado teve forçosamente um conteúdo reacionário. Preconizava um ascetismo geral e um grosseiro igualitarismo.

Os sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos, os de Saint-Simon, Fourier, Owen etc, aparecem no primeiro período da luta entre o proletariado e a burguesia do

período acima descrito. Os fundadores desses sistemas compreenderam bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja próprio. Como o desenvolvimento dos antagonismos de classes marcha ao lado do desenvolvimento da indústria, não distinguem tampouco as condições materiais da emancipação do proletariado e põe-se à procura de uma ciência social, de leis sociais, que permitam criar essas condições. À atividade social substituem sua própria imaginação pessoal; às condições históricas da emancipação, condições fantasistas. [...] Eles desejam melhorar a condição de todo membro da sociedade, mesmo dos mais favorecidos. Por isso, habitualmente apelam para a sociedade em conjunto, sem distinção de classes; ou antes, de preferência à classe dominante. [...] Por isso rejeitam toda ação política, e especialmente a revolucionária; querem atingir seus fins por meios pacíficos e tentam, em experiências pequenas, necessariamente destinadas ao fracasso, e pela força do exemplo, abrir o caminho para o novo Evangelho social... Ainda sonham com a realização experimental de suas utopias sociais, de fundar ‘falanstérios’ isolados, de estabelecer colônias [...] e para realizar todos esses castelos no ar são obrigados a apelar para os sentimentos e as bolsas do burguês (MARX & ENGELS, 1980: 76-79).

Foi esse ‘apelo aos bons sentimentos e aos cofres dos filantropos burgueses’ que irritou particularmente Marx e Engels. Para eles, a transformação em uma nova sociedade devia ser provocada não pelos esforços da classe dominante, mas pela ação revolucionária da classe trabalhadora. Em meio ao calor das discussões feitas no *Manifesto Comunista*, MARX e ENGELS (1980) diziam que havia, então, um socialismo pequeno-burguês, existente na França e na Inglaterra, segmento que oscila entre o proletariado e a burguesia, constantemente sentindo-se ameaçado pelo precipício social rumo à proletarização e, por isso, gerador de críticas contra a burguesia e em defesa da classe operária.

MARX e ENGELS (1980) colocam que os burgueses socialistas querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que delas necessariamente decorrem. Querem a sociedade sem os elementos que a revolucionam e a dissolvem ou procuram fazer a classe operária perder o gosto por todo movimento revolucionário, colocando unicamente melhoramentos administrados sobre o terreno das mesmas relações de produção, não

mudando em nada as relações entre capital e trabalho. Remediar os males sociais, porém não exterminá-los. Esse é o grande problema dos socialistas pequeno-burgueses e dos utópicos. São, a bem da verdade, filantropos, humanitários, organizadores de beneficiências, protetores dos animais, fundadores de sociedade de temperança, enfim, reformadores de vários gêneros, não revolucionários. “Procuram, portanto, e nisto são conseqüentes, atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos” (MARX e ENGELS, 1980: 51).

ENGELS, no *Prefácio da edição alemã de 1890*, diz que, quando o *Manifesto* surgiu, não poderia intitular-se socialista, pois havia diferença na nomenclatura:

Em 1847, esta palavra servia para designar dois gêneros de indivíduos. De um lado, os partidários dos diferentes sistemas utópicos, especialmente owenistas na Inglaterra e os fourieristas na França, ambos já reduzidos a simples seitas agonizantes. De outro lado, os numerosos curandeiros sociais que queriam, com suas panacéias variadas e com toda espécie de cataplasmas, suprimir as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro. Nos dois casos, eram tipos que viviam fora do movimento operário e cujo objetivo era antes procurar o apoio das classes ‘cultas’. Em contraposição, a parte dos operários que, convencida da insuficiência das subversões simplesmente políticas, queria uma transformação fundamental da sociedade, chamava-se então ‘comunista’. [...] O socialismo significava em 1847 um movimento burguês e o comunismo, um movimento operário. O socialismo era admitido nos salões da alta sociedade [...]; o comunismo era exatamente o contrário (ENGELS, 1980:37).

Posteriormente, afirmam os autores demonstrando contundentemente a diferença de objetivos entre os socialistas utópicos e os comunistas:

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; [...] o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das

forças produtivas. Isso naturalmente só poderá ser realizado, no princípio, por uma intervenção despótica no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção [...] (MARX e ENGELS, 1980:66, grifo nosso).

Conforme OSÓRIO (1996), mais especificamente quanto às experiências cooperativas, Marx critica os utópicos no sentido em que a transição para estágios mais elevados do desenvolvimento não poderia incluir uma volta às relações pré-industriais, em pequenas comunidades locais, em um cooperativismo restrito. Sugeriu Marx, no discurso inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864 que, embora as cooperativas de fábrica, mais importantes a seu ver para a experiência educacional do proletariado que as cooperativas de consumo, fossem uma forma embrionária alternativa à produção capitalista, as relações em experimentos escassos e isolados não iriam alterar significativamente as relações e as forças mais amplas na economia. Isso só se sentiria numa escala nacional, argumentam MARX & ENGELS:

O valor dessas grandes experiências [as fábricas cooperativas] não pode ser superestimado. [...] o trabalho cooperativo se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar ad nauseam o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas laboriosas, trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais (1980:103).

Mais ainda, Marx via uma possibilidade muito maior de as cooperativas de fábrica se tornarem organizações capitalistas em vez de sobreviverem como ilhas de socialismo em um mar capitalista. MARX explica:

As fábricas cooperativas dirigidas pelos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, os primeiros exemplos da emergência de uma forma nova, muito embora elas naturalmente reproduzam em todos os casos na sua organização atual, todos os defeitos do sistema existente e não podem deixar de reproduzi-los. Porém, a oposição entre o capital e o trabalho é abolida aqui, mesmo que seja, inicialmente, só na forma como os trabalhadores em associação se tornam o seu próprio capitalista, isto é, servem-se dos seus meios de produção para valorizarem o seu próprio trabalho (MARX apud OSÓRIO, 1996:38).

Ao que complementa OSÓRIO sobre este caráter contraditório das cooperativas:

Se, como afirmado, as fábricas cooperativas não podem deixar de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista, as sementes da sua degeneração estão impregnadas nesta forma de organização. Portanto, a sua eficácia em transformar as relações capitalistas de produção é totalmente ilusória. [...] O papel decisivo na transformação do capitalismo seria cumprido pelo proletariado enquanto classe, não por segmentos elitistas do mesmo inspirados por idéias socialistas utópicas (OSÓRIO, 1996:38).

Como vimos, cooperativas e sindicatos surgem conjuntamente em meio às lutas pela organização dos trabalhadores no século XIX. Quanto à questão sindical em Marx, este começou seu trabalho intelectual quando os sindicatos nasceram e durante a vida dele observou como foram se revelando. Afirmou que os sindicatos deveriam ser escolas de socialismo, centros organizadores da classe proletária. Lutariam pela emancipação completa da classe, apoiariam qualquer movimento social e político e congregaria todos os trabalhadores em suas fileiras. MARX, em 1875, escrevia:

Os sindicatos são a verdadeira organização da classe do proletariado, onde se educa e, com ela, efetua a sua luta diária contra o capital. Hoje em dia é impossível sufocá-la, nem mesmo com a mais brutal reação (apud LOSOVSKY, 1989:42).

MARX convocava os sindicatos para esse papel, chamando a atenção para que não fossem ‘ínfimos e egoístas’ e que seu trabalho ‘se destinasse à emancipação dos milhões de oprimidos’. Deviam ser, nas mãos da classe proletária, ‘o eixo da luta contra o poder político de seus exploradores’, deixando claro que a união conseguida pelas lutas econômicas seria, também, alavanca contra o poder político dos exploradores. Conforme Marx, a emancipação econômica da classe proletária é o grande objetivo, devendo servir como meio a todo o movimento político (LOSOVSKY, 1989).

Marx e seguidores como Gramsci buscaram, assim, denunciar a falsa concepção daqueles que a seu ver não contribuíam efetivamente para a transformação radical da sociedade e conseqüentemente para a superação de um estágio de exploração para outro de liberdade. Associacionismo, cooperativismo e socialismo utópico faziam parte de uma mesma retórica que, no ver dos marxistas, eram inócuas e conservadoras. Ainda em vida, Marx pôde tomar contato com a tendência reacionária que avançava no trabalhismo inglês e, conseqüentemente, em sua força cooperativista. ENGELS, em uma carta ao parceiro, alerta que o proletariado tornava-se cada vez mais burguês e, assim, parecia-lhe que o destino da Inglaterra seria ter, junto a sua tradicional aristocracia burguesa, também um proletariado burguês (HEILBRONER, 1996).

Dada essa crítica veemente feita por Marx e Engels à postura dos socialistas utópicos, suas pequenas experiências, pacíficas, ‘evangélicas’, dependente dos ‘bolsos filantrópicos dos capitalistas’, perguntamo-nos se, sob um capitalismo ainda mais feroz, a atualização desses pressupostos pela ADS/CUT poderá encaminhar a realização do socialismo? A CUT, por meio do cooperativismo solidário, coloca-se no papel do partido, representando todos os trabalhadores, mesmo com toda a fragilidade do movimento sindical contemporâneo. A construção da história futura, segundo GRAMSCI, passa pela intensa luta ideológica na sociedade civil e os perigos de assimilação são sempre iminentes. ANDERSON aponta para a questão do papel sindical na luta de classes e a formação corporativa de seus militantes e explica o caráter superior da organização partidária para o desenvolvimento da consciência de classe:

Marx, Lênin e Gramsci insistiram em assinalar que os sindicatos não podiam por si só se constituir em veículo para o socialismo. O sindicalismo, qualquer que fosse a forma que adquirisse, era uma manifestação incompleta e deformada da consciência de classe, à

qual devia ser superada a qualquer preço pelo crescimento da consciência política, criada e mantida dentro de um partido. [...] Como dissera Gramsci uma vez, os sindicatos são um tipo de organização proletária específica do período em que o capital domina a história. [...] uma parte integral da sociedade capitalista, cuja função é inerente ao regime de ‘propriedade privada’.[...] Por si só, os sindicatos criam unicamente uma consciência corporativista ou de setor. [...] Os sindicatos tem uma base sociológica demasiadamente limitada para constituir um movimento socialista. Por si só, criam inevitavelmente uma consciência corporativista (ANDERSON, *apud* CRUZ, 2000:198).

Entretanto, é fundamental lembrarmos que os socialistas utópicos não foram os únicos a travar batalhas intelectuais no plano da chamada esquerda com Marx naqueles tenos momentos do século XIX, bem como também não foram os únicos a contribuir com as presentes idéias de Economia Solidária para a ADS. Segundo MAGALHÃES:

O princípio fundamental das cooperativas era a autogestão. [...] Para vários movimentos políticos, em especial os anarquistas, a autogestão nas empresas deveria se extrapolar como um princípio para o conjunto da sociedade. O socialismo seria então uma sociedade autogestionária. [...] [Hegemônicos nas décadas de 1910 e 1920 no Brasil] O anarquismo foi a maior força político-sindical que projetava um papel político revolucionário ao cooperativismo (2001: 02 e 03).

NASCIMENTO também remete-se à importância daqueles socialistas: “A idéia da autogestão esteve presente nos programas do movimento anarquista libertário do início do século” (s/d: 02). Por isso, observemos a seguir um pouco de sua história.

2.3.3 Embates entre autogestionários anarquistas e comunistas

Pouco mais de dez anos após a publicação do *Manifesto Comunista*, as forças revolucionárias do movimento operário fundaram a Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida na história como a I Internacional, em 1864, resultado dos

encontros do proletariado de vários países europeus que buscavam organização para luta comum. Apesar disso, a associação teve sérios problemas internos por divergências ideológicas⁶⁷, mesmo com pequeno número de integrantes em face da totalidade dos trabalhadores existentes na época. Marx conseguiu, aos poucos, trazer para o lado de suas idéias vários dos partidários de outras correntes socialistas presentes nas discussões. Mas, o conflito com Michail A. Bakunin (1814-1876), admitido em 1869 na Internacional, marcou profundamente essa instituição em seus 12 anos de existência⁶⁸. Todavia, os acontecimentos serviram para difundir idéias quanto ao potencial da classe trabalhadora como comunidade internacional que deveria aglutinar-se para as lutas em seu processo revolucionário. O socialismo passou a ser visto como algo possível, a partir do próprio proletariado organizado (SPINDEL, 1986).

A palavra anarquia, conforme explica COSTA (1986), etimologicamente vem do grego *anarchos*, significando desordem na falta de um governo ou quando não há necessidade da existência de um. Tem um sinônimo em ácrata, ou seja, sem governo. No anarquismo a organização social e os serviços necessários à comunidade seriam obtidos mediante a cooperação espontânea de todos os indivíduos, em um alto grau de maturidade social. ‘Nem Deus, nem senhor’ é o *slogan* que significa antes de tudo um brado à liberdade, à luta antiautoritarismo.

Sob o coletivismo anarquista cada membro das cooperativas operárias estaria obrigado a realizar um trabalho manual e receberia uma retribuição proporcional a sua contribuição direta no trabalho. Poderia desenvolver qualquer atividade intelectual. Trocando em miúdos, o critério da distribuição basear-se-ia no trabalho e não na necessidade. O Estado seria substituído por uma federação livre de associações

⁶⁷A Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT ou I Internacional, foi criada segundo TRAGTENBERG (1990) em 28/ 09/ 1864 na cidade de Londres e dissolvida em 1876. Tinha uma composição pluralista, com Marx e seus adeptos; Bakunin defendia o coletivismo e era contrário ao estatismo; Proudhon, crítico da propriedade privada e do Estado, pregava uma revolução social e não política, a criação do Banco do Povo e cooperativas autônomas; Auguste Blanqui, opositor do cooperativismo de Proudhon, considerava essa perspectiva hipócrita e retrógrada, pois para ele e seus adeptos não seria o cooperativismo que libertaria o proletariado, e sim a conquista do poder do Estado. Embora trouxesse dentro de si antagonismos, a I Internacional foi uma resposta dos trabalhadores ao fortalecimento do capitalismo, com o desenvolvimento das associações operárias, principalmente na Inglaterra e França, isto não sem sofrerem intensa repressão por parte dos governos de cada um dos países participantes.

⁶⁸ Na visão de HOBBSAWN (1982) foi grande a estratégia e a tática revolucionárias dos anarquistas na história, sua crítica e sensibilidade aos elementos espontâneos da massa, mas, em

autônomas que desfrutariam de liberdade de separação e garantiriam uma total liberdade pessoal (COSTA, 1986:23).

Se Proudhon não foi o fundador do movimento, título dado a Bakunin que o conheceu, estão presentes em seus textos elementos que caracterizam as visões políticas dos anarquistas como descentralização, federalismo e o controle direto dos meios de produção por parte dos trabalhadores, a autogestão⁶⁹. “Anteriormente a Bakunin desenvolveu-se na França e por inspiração direta dos últimos escritos de Proudhon, o Mutualismo⁷⁰” (COSTA, 1986:23). Para Bakunin, na comunidade ou fora dela, alguém só pode ser livre se os outros também o forem. Ao defender o coletivismo⁷¹, comenta das cooperativas operárias:

Na liberdade de todos, indivíduos e entidades coletivas sendo solidários, nenhuma nação, província, comuna ou associação seria oprimida, sem que todas as outras o fossem e se sentissem ameaçadas em sua liberdade. Cada um por todos e todos por um, esta deve ser a regra sagrada e fundamental da federação internacional (BAKUNIN, 2000:91).

Essa visão presente nos ideais anarquistas, nos quais não se indicava a necessidade de um processo de educação e organização das massas trabalhadoras sob a condução de um partido político para a revolução, é o motivo da força das idéias de Bakunin em países menos desenvolvidos e com uma classe operária mais reduzida como na Itália, Espanha e em Portugal, segundo SPINDEL (1987). Os coletivistas bakunianos pregavam a revolução feita pelas massas por meio de uma ação espontânea e contínua. Viam que as organizações

sua opinião, o anarquismo não tem qualquer contribuição significativa a fazer à teoria socialista. O presente e o futuro estão na análise de Marx.

⁶⁹ Autogestão, segundo TRAGTENBERG (1990) é o controle direto dos meios de produção pelos produtores auto-organizados em comitês de fábrica, comitês de interfábricas, federação ou confederação de comitês. Significa a integração do econômico com o político por meio do controle operário da produção e da democracia direta, substituindo assim o tecnocrata administrador e o político profissional da democracia representativa. A autogestão esteve presente na história em momentos como a Comuna de Paris de 1871, a Revolução Russa de 1917, a Revolução Camponesa da Ucrânia entre 1918 e 20 e a Guerra Civil Espanhola, entre 1936 e 1939.

⁷⁰ De acordo com TRAGTENBERG (1990), mutualismo é a corrente que pretende organizar os trabalhadores para contrapor-los ao processo de produção capitalista por meio de associações de apoio mútuo ou caixas de resistência baseadas na contribuição individual.

⁷¹ Conforme TRAGTENBERG (1990), coletivismo é o termo que aparece em 1869 na I Internacional referindo-se ao princípio da apropriação coletiva do solo. Posteriormente, também,

operárias deviam ser guiadas por uma elite de anarquistas convictos, a vanguarda consciente, apenas como um auxiliar para a auto-libertação.

Embora não tão grande quanto o número de marxistas, os anarquistas fizeram muitos adeptos fervorosos. Na virada do século XIX para o XX, fortalecia-se a idéia de um anarco-sindicalismo para cujos membros a greve geral seria o supremo instrumento estratégico revolucionário.⁷² Na Espanha, criou-se a CNT - Confederação Nacional do Trabalho, a maior organização anarco-sindicalista da história. E, com a intensa imigração europeia para a América, o anarquismo foi com os operários e alastrou-se pela Argentina, pelo México, pelos Estados Unidos e até mesmo pelo Brasil, onde participaram firmemente da greve geral de 1917, cujos líderes foram perseguidos pelos órgãos repressores do Estado, na República Velha, como veremos mais adiante. De acordo com TRAGTENBERG (1990) a auto-organização operária é temida tanto pelas forças de repressão, que buscam a manutenção do *status quo*, como também, pela própria esquerda tradicional. A seu ver, ambos os lados pretendem manipular os trabalhadores, suas informações e organizações. A luta dos trabalhadores pelo socialismo implica auto-organização, associação e autogestão operária. A vanguarda da classe para o pensador é a própria classe e autogestão não é um objetivo da sociedade capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na livre concorrência, nos monopólios ou estatal. A autogestão nos campos econômico, social e político manifesta-se sempre que as classes trabalhadoras aparecem como sujeitos do processo, como revolucionários. A causa desses movimentos sociais é a luta contra a exploração pelo capital privado ou de Estado e, no processo da luta, criar organizações horizontais, igualitárias, cujas formações corroerão interiormente o capitalismo, pois negarão o verticalismo orgânico existente nele, seja no Estado, no partido ou no sindicato. Na autogestão de suas lutas, a

apropriação dos instrumentos de trabalho, conforme o Congresso de Marselha de 1880. Foi abandonado mais tarde por socialismo e comunismo, como sinônimos.

⁷² Época da II Internacional, fundada na França, 1889 e terminando em 1914, com uma união de partidos social-democratas organizados em federação. As idéias socialistas e suas influências ultrapassavam fronteiras e atingiam os países escandinavos, Rússia, Balcãs, Península Ibérica e EUA. Segundo TRAGTENBERG (1990) a estruturação da social-democracia em 1889 se deu atendendo às peculiaridades nacionais. Na Inglaterra as *Trade Unions* desejando participar do Parlamento deram origem ao Partido Trabalhista. As *Trade Unions*, fiéis a tradição econômica como motivo básico da luta operária, haviam saído da I Internacional antes do seu final. Na Alemanha a Social Democracia dirigia a atividade sindical em função da estratégia do Partido, fundado em 1875 e que servia de inspiração para outras nações europeias. Era um modelo de organização, disciplina, centralização e consciência social. Crescia o proletariado e, conseqüentemente a sindicalização. Na Alemanha entre 1882 e 1895 a mão de obra industrial cresceu seu efetivo em 40% e o apoio eleitoral do operariado para a social-democracia entre 1893 e 1912 foi de 1,786 milhão de votos para 4,25 milhões.

decisão e a execução estão nas mãos dos trabalhadores. É um instrumento de educação revolucionária.

2.3.4 *O sindicalismo se propaga*

O movimento operário expandiu, enfim, os sindicatos por outras nações além da Grã-Bretanha, que ocorreu o desenvolvimento fabril nos seus respectivos países no sentido de organizar os trabalhadores contra o avanço do capital sobre o trabalho. Floresciam as greves e as reivindicações nos mais diversos países. Desde o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864, os sindicatos ganhavam cada vez mais importância no interior do movimento operário internacional, como fundamental instrumento organizador. Desse Congresso, explica ANTUNES (1982), tirou-se o princípio de que tais associações não deveriam apenas lutar só contra os ataques do capital, mas também como conscientização da classe operária em busca do grande objetivo que é a sua emancipação radical e deveriam colaborar com qualquer movimento social ou político que tivesse essa direção.

Além da linha sindical de reivindicação econômica, iam surgindo outras como a corrente auto-intitulada ‘sindicalismo revolucionário’, que pregava a greve geral como mobilização e transformação radical da sociedade, com destaque para figuras como George Sorel e Arturo Labriola. Uma terceira constituída pelo ‘sindicalismo anarquista’ enfatizava a importância dos sindicatos na emancipação social, pois os sindicatos eram ‘naturais organizadores da massa’ e o ‘único instrumento de guerra verdadeiramente eficaz’ na construção da sociedade anarquista baseada na autogestão e na negação de qualquer forma de administração estatal. Uma quarta linha de pensamento, o sindicalismo reformista, era aquele que se contrapunha aos revolucionários, derivado do *Trade unionismo* inglês⁷³. Seu desejo era

A participação da social-democracia nas eleições parlamentares europeias coloca em discussão a questão do significado do Partido e do Sindicato em um projeto de emancipação dos trabalhadores da exploração no capitalismo.

⁷³ TRAGTENBERG (1990) diz que durante a II Internacional surgem muitos teóricos revisionistas, caso de Kautsky, Jaurès e Bernstein, que adotam a luta parlamentar como espaço privilegiado de oposição, gradualismo nas reformas sociais e a conquista de direitos. A social-democracia, reciclada às exigências do capitalismo, conquistava grande influência sobre as massas operárias alemãs, a despeito do Partido Comunista. O autêntico ideólogo representante da social-democracia é Eduard Bernstein, amigo de Georg Wolmar, deputado alemão que defendia a idéia de o socialismo se realizar por meio de uma lenta evolução orgânica, relevando a importância das reivindicações imediatas, especialmente as leis de proteção ao trabalho, direito de associação, diminuição de impostos de consumo e, especialmente destacando a formação de cooperativas. Conforme SPINDEL (1986a), a partir da II Internacional já se pode sentir uma compreensão bem variada dos textos de Marx e Engels, que acabarão levando tanto à Revolução Russa de 1917 quanto à quase total descaracterização do marxismo original com a social-democracia que, aos poucos, foi

a melhora das condições de vida dos trabalhadores sem sair do sistema capitalista vigente. O grande exemplo desta corrente é o sindicalismo norte-americano, que atua no terreno do economicismo e das reivindicações qualitativas do emprego, nunca abalando ou questionando o modo de produção capitalista. Dentro ainda desta linha reformista, podemos relacionar o ‘sindicalismo cristão’, inspirado na *Encíclica Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 1891, cuja corrente prevê ampla colaboração social, reconhece a legitimidade das organizações sindicais e busca, sem rompimento, criar condições mais justas e equitativas dentro do próprio sistema capitalista. Temos, ainda, a corrente do ‘sindicalismo corporativista’, que surge nas primeiras décadas do século XX durante a vigência do fascismo. Em 1927, Mussolini publica a *Carta Del Lavoro*, em que organiza os sindicatos nos modelos corporativistas: completamente subordinados ao Estado fascista e dependentes dele. Não havia mais liberdade sindical, liberdade de reunião ou outras liberdades democráticas. Conciliava trabalho e capital, pregava a paz social e buscava garantir a acumulação capitalista em larga escala com alto grau de exploração da classe operária. E a última destas linhas sindicais, na ótica de ANTUNES (1982), foi o ‘sindicalismo comunista’⁷⁴. Lênin via a necessidade de os comunistas trabalharem dentro das *Trade Unions* para evitar o mero viés economicista do sindicato. Mas, após a vitória da Revolução Socialista de Outubro de 1917, o papel dos sindicatos foi alterado⁷⁵. Eles tornaram-se organização educadora da massa operária que

eliminando as antigas raízes revolucionárias. E, embora, as propostas de Bernstein e seu grupo fossem derrotadas constantemente nos debates, na prática o reformismo ganhava terreno.

⁷⁴ Em 1919 fundou-se a III Internacional. A II Internacional foi terminada por conta dos partidos, antes da eclosão da I Guerra, terem assumido uma postura contrária à guerra imperialista, mas, assim que o conflito estourou, assumiram a defesa de suas respectivas pátrias. A III Internacional foi fundada em 1919 na cidade de Moscou, também após a Revolução Russa de 1917 que levou ao poder o partido Bolchevique.

Para evitar a óbvia influência do PC Russo e as circunstâncias existentes na localidade sobre os debates a serem feitos, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht propuseram a transferência da sede para Berlim ou outra cidade da Europa central. Lênin e Trotsky buscavam vencer as resistências existentes e reorganizar a economia devastada. O Partido era o poder, e a técnica taylorista de produção era aplicada sobre os trabalhadores. A administração coletiva ou autogestionada foi totalmente subordinada àquelas medidas. Conforme TRAGTENBERG (1990), a primeira conquista da Revolução Russa, o controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores, que imporiam seu ritmo e decisões, foi tomada pelo poder do Estado e do Partido dirigente. O novo governo estabelecia, assim, a ‘militarização do trabalho’. Os sindicatos converteram-se em disciplinadores de mão-de-obra. E os soviets, conselhos formados por unidades de produção ou concentrações urbanas, também foram atrelados ao Estado burocrático, perderam como os sindicatos sua autonomia e representatividade com os trabalhadores.

⁷⁵ TRAGTENBERG: A profunda incompatibilidade dos partidos de esquerda tradicional, sejam comunistas, socialistas ou intitulados partido dos trabalhadores, consiste em que o partido tende a ser o instrumento privilegiado de coordenação da revolução social. Fundamentalmente é um Estado em miniatura, com um aparelho e quadros cuja função é tomar o poder e não destruí-lo. Consolidada a revolução, o partido assimila todas as formas técnicas e a mentalidade da burocracia. Seus membros aprendem a obedecer e a reverenciar um liderismo, ou ‘função dirigente do partido’, baseado em seculares costumes gerados pelo mando, autoridade, manipulação e hegemonia. [...] As vanguardas, se existem, constituem meros grupos de propaganda ideológica. Sob Lênin, o PC lutava

instrui, que orienta. Uma escola de governo, uma escola de administração, uma escola de comunismo. Uma escola que cada vez mais formava os setores mais avançados do proletariado, e fortalecia as bases do Estado soviético.

A hegemonia capitalista desenvolveu formas consensuais capturando e tornando ‘colaboradores’ diversos matizes de pensamento sindical e cooperativista conforme pudemos notar nesta análise das cooperativas e dos sindicatos no plano internacional. Trouxeram para ‘convívio controlado’ vários adversários e viram esfumaçar-se outros antagonistas adeptos de uma ação mais radical, os socialistas libertários. Dentro desta perspectiva, o projeto da ADS/CUT, no cenário capitalista contemporâneo, que se inspira no cooperativismo dos filantropos e pacifistas utópicos, tem na autogestão sua principal característica sem, contudo, apresentar a força e a determinação dos anarquistas. Em nosso entendimento, há dificuldades profundas para colocar-se como um projeto contra-hegemônico como se propõe, considerando as raízes históricas da relação entre cooperativismo e sindicalismo e as características das estruturas que formam a realidade social brasileira.

Entretanto, a CUT aposta no ‘Projeto de Economia Solidária’ e embora existam mais perguntas que certezas, como explicitado por GAIGER no seminário nacional, três meses depois se realizou o encontro internacional que serviria para marcar o nascimento oficial da ADS e o fortalecimento dessa perspectiva contra-hegemonica. É nosso assunto a seguir.

2.4 O Seminário Internacional – Dezembro / 1999: funda-se a ADS/CUT

O evento internacional, por seu turno, foi resultado do intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, ápice da tática desenvolvida naquele ano pela CUT. O seminário contou com a presença de várias personalidades e estudiosos do tema, com ampliação de bases para ações da CUT na área. A própria ADS foi oficialmente fundada pela CUT ao encerrar este encontro, no dia 03 de dezembro de 1999. Os temas ali abordados, partindo agora de uma visão mundial, foram os seguintes (CUT/ADS, 2000b):

- Economia solidária e desenvolvimento: o projeto da CUT inserido em um processo de construção de alternativas de desenvolvimento, sobretudo por meio de projetos de desenvolvimento local com caráter sustentável e solidário.

por idéias e princípios. Sob Stálin, as idéias transformaram-se em dogmas. Ai então o PC transformou-se em um partido ‘predestinado’ a realizar o socialismo, sendo visceralmente hostil a qualquer outra organização operária que se interpusesse entre ele e os trabalhadores (1990: 71).

- Economia solidária e políticas públicas: pensar mudanças de legislação no sentido de torná-la mais adequada ao crescimento do cooperativismo autêntico, com características verdadeiramente solidárias. Criação de políticas públicas de crédito, educação profissional e desenvolvimento tecnológico em todos os níveis de governo, para ampliar as condições de viabilização dos empreendimentos solidários.

- Economia solidária e emprego: buscar novas alternativas de sobrevivência dados os níveis de exclusão social. O caráter coletivista e cooperativo das iniciativas de economia solidária amplia as oportunidades de trabalho com valores calcados na solidariedade e ajuda na luta contra o desemprego.

- A CUT por meio da ADS desenvolverá ações de estreitamento de laços com experiências internacionais de alternativas que proporcionem geração de trabalho e renda, também incentivem o surgimento de empreendimentos solidários pelo mundo. Diversas visitas de intercâmbio devem ser realizadas com organizações da América Latina, América do Norte e Europa.

O encontro foi publicado no ano 2000 sob o título *Sindicalismo e Economia Solidária – Debate Internacional*, prefaciado por Luis Inácio Lula da Silva. A seguir os temas abordados e os participantes do encontro:

Frits Wils e Henk Thomas, da ISS, Holanda; Giampiero Rasimelli e Alfonsina Rinaldi, do Fórum do 3º Setor da Itália, que trataram da Economia Solidária pelo mundo.

Beatriz Azeredo, do BNDES; Sybren de Hoo, do Rabobank -Holanda e Pim Verhalen -ICCO, falaram sobre democratização do crédito.

José Luis Coraggio, professor universitário na Argentina e Humberto Ortiz Roca, da Comissão Episcopal de Ação Social do Peru, discorreram sobre Economia Solidária na América Latina.

Sérgio Mendonça, do DIEESE e Paul Singer, da USP e Unitrabalho, falaram sobre a Economia Solidária no Brasil.

Vicente Paulo da Silva, da CUT; e Aloísio Mercadante, do PT, analisaram a economia solidária e o sindicalismo.

No documento do debate internacional feito como parte da organização da CUT/ADS em dezembro de 1999 ressaltou-se que as empresas associativas assumem formas diferentes⁷⁶. Há diferentes modelos cooperativos. Aparecem como produção empresarial nacional, geralmente no contexto das economias ‘socialistas’, pertencentes aos trabalhadores e não ao Estado, caso da autogestão na Iugoslávia nos anos 50. Ressaltaram que mesmo em autogestões ou nas comunas a empresa associativa não estava livre dos conflitos internos de autoridade, divisão de trabalho, acumulação e pagamento por desempenho, questões semelhantes às empresas capitalistas.

Um segundo exemplo são empresas associativas que representam um setor intermediário, com certo grau de organização e interligações, principalmente no contexto de economia de mercado. Um ‘setor de cooperativas’ e um da empresa baseada na comunidade rural algumas vezes, não bem como um setor, mas sob forma de modelo nacional para a área rural agrícola ou parte dela. Nos países do Sul houve uma expansão do setor cooperativo nos anos 50 e 60, até com o apoio governamental aos grupos mais tradicionais, caso dos indígenas, porém, durante os anos 70 a ONU explica a estagnação dessas iniciativas pela falta de apoio dos governos, falta de iniciativa de base e controle popular, aumento da diferenciação entre os ricos e os muitos pobres, pouco crescimento dinâmico de investimentos e uma tendência das cooperativas de fecharem-se sobre si mesmas e limitarem a abertura de empregos produtivos. Experiências mostram que as cooperativas menores davam mais certo que as grandes, principalmente pelo controle sobre seus membros e sustentação da motivação. As cooperativas de prestação de serviços tinham maior êxito que as de produção. Os *kibutzim* – originalmente fundados como comunidades de colonização e defesa – avançaram em suas experiências de cooperação. Seu desenvolvimento foi conseguido graças a alta taxa de reinvestimento em tecnologias modernas e um baixo índice de redistribuição. Os *kibutzim*, gradualmente, foram convertidos em empresas capitalistas, o que inclui proprietários ausentes, conforme o documento.

Destacadas no documento estão as cooperativas de Mondragón, na região basca, Espanha, consideradas um caso especial de empresa associativa setorial já que, na verdade, Mondragón não é um ‘setor’ e nem uma microempresa associativa, é um núcleo gigantesco e complexo de unidades de produção e serviços autogerenciados e interrelacionados. Inclui

⁷⁶ No ‘socialismo real’, os sistemas cooperativistas foram estruturados sob controle estatal, como o modelo soviético, a experiência iugoslava e as comunas na China. Todas as experiências eram controladas por políticas nacionais sob comando de partidos únicos. Foram sistemas impostos

unidades de produção, unidades de operacionalização e manutenção, agência financeira, laboratórios etc. É o único caso sabido de empresa de autogestão que não apenas sobrevive, mas expande-se até hoje. Há, nela, uma grande coerência étnica, e a minoria busca nesse associativismo avanços educacionais, de pesquisa, de desenvolvimento financeiro e política de empregos (CUT/ADS, 2000 b).

O terceiro caso são as empresas associativas micro, aquelas individuais ou pequenos grupos de empresas. Muitos grupos evitam o rótulo de ‘cooperativa’ por implicar legislação local mais complexa, adotando por isso o termo ‘protooperativas’ como na Índia ou, mesmo para viabilidade legal, tornam-se sociedades limitadas. Há também muitas empresas de grupo no setor urbano informal que conseguem produzir para exportação artigos de marca internacional como Adidas, Reebok entre outras. Deste tipo existem inúmeras espalhadas pela África, Ásia e América Latina (CUT/ADS, 2000b).

No mesmo documento do debate internacional de dezembro de 1999 lê-se que

[...] empresas de autogestão estão ganhando novo fôlego através da privatização de empresas públicas que caem nas mãos dos trabalhadores. Isto está ocorrendo principalmente na Índia e no Paquistão. Em contraste com a simples transferência de empresas privadas para os trabalhadores – o que tem acarretado entre outros, problemas como a descapitalização – a transferência de empresas públicas pode envolver e, também envolve de fato, firmas produtivas com bons mercados e potencial de crescimento. [...] É difícil dizer até que ponto esta política de converter a empresa pública em empresa de autogestão vai dar certo nos países do Sul e até que ponto esta política vai ser aplicada. No Zimbábue e na África do Sul, por exemplo, estão sendo aplicados todos os tipos de formas mistas de co-propriedades e/ou co-gestão no lugar da autogestão pura e simples (CUT/ADS, 2000b: 28).

Nos países meridionais como Índia, Ghana, África do Sul, Uganda, há um intenso desenvolvimento da economia popular informal⁷⁷, que oferece uma proporção crescente de

pelo regime socialista estatal que, com rígido controle ideológico-burocrático sufocaram a participação comunitária e restringiu o seu próprio desenvolvimento econômico (MAGALHÃES, CUT/ADS, 2001).

⁷⁷ Para GADOTTI (GADOTTI e GUTIERREZ, 1999) economia informal se localiza no nível da sobrevivência, no nível das necessidades imediatas, enquanto houver crise e não se conseguir absorção no mercado formal. A economia informal pode ou não se transformar em economia popular, dependendo da opção de vida, do projeto de sociedade, de novos valores. Economia Popular é

emprego, mas também forma a base de um dinâmico processo recentemente descoberto e utilizado pelo setor formal. Foram as ONGs que apoiaram estes processos na economia popular, seguidos pelas agências governamentais e depois por sindicatos, embora estes tenham dificuldade em aceitar a expansão desta economia informal popular (CUT/ADS, 2000b) por dar condições a um artifício político dos círculos conservadores que vêm dentro da globalização um grande potencial estratégico na economia informal, podendo servir de base de legitimação do sistema capitalista. Colocam WILS e THOMAS no documento:

A OIT, o PNUD, o Banco Mundial e outras agências multilaterais doadores bilaterais como a USAID, GTZ (Alemanha) e DFID (Inglaterra), e até mesmo bancos comerciais em países do Sul, demonstram interesse crescente quanto ao papel desta economia popular informal nas áreas urbanas e rurais. Sistemas de crédito alternativo desenvolvidos pelas ONGs estão aos poucos relacionando-se ao sistema bancário formal, freqüentemente com a ajuda de fundos de garantia. Impedimentos burocráticos para o reconhecimento e expansão das empresas informais estão aos poucos sendo eliminados. Incentivos legais e financeiros estão sendo introduzidos em cada vez mais países.

Muitas destas iniciativas vão ao encontro do que é advogado pelo economista peruano Hermano Soto: a criação de um 'capitalismo popular', que não é monopolizado por algumas grandes companhias nacionais e multinacionais sistematicamente protegidas pelo Estado. Ou seja, um capitalismo fundamentado na massa, acessível às grandes, médias e pequenas empresas. [...] com o aplauso do Presidente Reagan durante um Simpósio em Washington quando o evangelho de Soto foi promulgado em 1987. Este cenário tem um significado político-ideológico. É visto como uma base muito eficaz de legitimação do sistema capitalista e como me foi dito

aquela baseada em cooperação, comunicação e comunidade. Sua produção gera valores solidários, por meio da autogestão. Não pensa em lucratividade como na economia de mercado tradicional. Nasce no universo capitalista, mas caminha para algo diferente. 'É onde o fraco pode tornar-se forte'. Entretanto, RAZETO (1999), sociólogo chileno, diz que nem toda economia popular é economia solidária. Economia popular vive nos interstícios de mercado, podendo muitas vezes estar relacionada com empresas formais, inclusive cumprindo funções auxiliares e podem até realizar atividades de forma ilegal. Observa 3 níveis: sobrevivência, de caráter emergencial; subsistência, quando permite satisfações básicas, mas sem condições de acumular e reinvestir; estratégia de vida, quando valoriza-se a liberdade, o companheirismo, a autogestão, considerando melhor que outro tipo de alternativa possível. A Economia de Solidariedade destaca-se por trazer consigo o chamado 'fator C': cooperação, comunidade, colaboração, coordenação e coletividade, presente no interior das organizações cuja racionalidade difere das outras economias.

por um representante da FIESP, aqui em São Paulo ‘ajuda a desarmar a bomba social que se mantém ativa em nossos pés’ (CUT/ADS, 2000b: 29-30, grifos nossos).

Diante disso concluem que são necessárias políticas, programas e instituições de apoio às empresas associativistas para promover seus valores e suas inter-relações econômicas, gerando apoio para treinamento, apoio financeiro e de marketing e estimular seu agrupamento em cidades e regiões. É unir para expandir (CUT/ADS, 2000b).

RASIMELLI, do 3º setor italiano, comenta que a economia popular, a economia solidária, o terceiro setor etc. são conceitos que provam existir algo na vida real que assume proporções notáveis fazendo a ciência econômica, a sociologia, a ciência política, as ciências jurídicas debaterem e enxergarem os desafios propostos. São problemas de diferentes realidades no mundo, mas que partem essencialmente da auto-organização dos cidadãos que desejam melhorar suas condições de vida. Na Europa é pelo enfrentamento da crise do *Welfare State*. Alega que tais formas de economia solidária nascem com frágil constituição e, se não se integram, não dialogam entre si, estarão destinadas a um alto índice de falências ‘ou permanência na marginalidade’. Percebe que na América Latina há uma falta de discussão entre os agentes, o que dificulta a ampliação do processo. Os sindicatos devem participar mais, por exemplo, na reivindicação de infra-estrutura para o desenvolvimento de tais empreendimentos e para combater a política neoliberal que reduz o Estado prejudicando violentamente as camadas mais pobres (CUT/ADS, 2000b).

CORAGGIO (CUT/ADS, 2000b) explica que, para os trabalhadores que não podem mais trabalhar formalmente, existem as ‘novas políticas sociais neoliberais’ as quais servem para aliviar a pobreza e não para erradicá-la. São políticas assistencialistas que se conectam muito bem com os governos latino-americanos, bastante clientelistas. Os desempregados acabam, para sobreviver, caindo na informalidade, nos ‘bicos’ ou passam a integrar a economia popular, a economia alternativa, a economia solidária, não importa a denominação, que é o espaço na qual o objetivo não é a acumulação, o lucro. É a reprodução ampliada da vida dos membros das organizações. É necessário, no entanto, lutar contra a fragmentação dessa economia popular existente, avançando na vinculação, evitando o canibalismo, a competição. Há de se promover a cooperação. Alcançar a solidariedade entre todos os setores e agentes. Uma solidariedade não apenas por questão moral, mas também por conveniência. Segundo ele, é necessário recuperar a possibilidade de estabelecer utopias: a utopia do socialismo, a utopia dos direitos humanos. Segundo CORAGGIO:

Isso me parece muito ambicioso, mas se quisermos realmente apresentar uma alternativa para o capital, temos que disputar sua hegemonia e isto é uma tarefa política e não pode ser só ideológica, tem que ser ideológica, política, cultural e econômica. Temos que disputar o espaço na economia porque nos fizeram acreditar que a economia é uma segunda natureza que não se pode mudar (CUT/ADS, 2000b: 74).

ROCA (CUT/ADS, 2000b) fala que um projeto maior de economia solidária⁷⁸ não se implementa isoladamente ou como um outro setor da economia global e sim como uma estratégia que convida o conjunto dos atores econômicos e sociais de uma localidade ou região a construir uma nova economia, não apenas baseada na competição, mas para compartilhar dos benefícios. Segundo ROCA

Combinar a solidariedade das atividades econômicas do campo popular, com a solidariedade inicial dos empresários melhor posicionados no mercado, com autênticas políticas democráticas dos Estados é uma tarefa fundamental e está relacionada com a sustentabilidade de uma economia nacional e internacional baseada tanto na viabilidade econômica como no compartilhamento dos benefícios desse processo. Este é o caminho de uma nova ética de gerir tanto uma empresa, como políticas públicas e construir um desenvolvimento sustentável (CUT/ADS, 2000b: 77).

Para LULA (CUT/ADS, 2000b), definitivamente não há mais como conceber um sindicalismo igual ao da ‘fase dourada de surgimento da CUT’. Ao refletir sobre as condições do sindicalismo no limiar do ano 2000, comenta que a base originária da CUT e do PT, os setores do operariado, diminuiu. Os trabalhadores organizados tanto no setor privado quanto

⁷⁸ O peruano ROCA diz que Economia Solidária surge na América Latina a partir das experiências de povoamento das cidades e do campo empobrecido, onde, para sobreviver, as pessoas começaram a se ajudar mutuamente, organizando-se de diversas formas para ganharem espaço na economia. Isto surge da Economia Popular, definida por ele como o conjunto das atividades de produção, distribuição, consumo que a população dos setores urbanos ou rural empobrecidos realizam para geração de renda e emprego ou para reduzir o custo de vida. Quando estas experiências são baseadas em ajuda mútua, em cooperação, ele chama de Economia Popular Solidária. E, a economia popular não quer dizer economia informal, aquela fora do marco legal, de evasão fiscal e ausência de direitos (CUT/ADS, 2000b).

no público estão reduzindo. Assim, o movimento sindical deve perder o medo de organizar os desempregados. É preciso pensar nos trabalhadores que caíram na informalidade, sem direito social, sem garantias. Os trabalhadores precisam sentir que a Central se preocupa com eles, que está ao seu lado. A palavra trabalho tem de ter a mesma força que a palavra emprego, pois o emprego formal, como habitualmente tínhamos, cada vez será mais escasso. Assim, é urgente pensar em alternativas, buscar respostas. O mundo é bem diferente dos anos 80. Economia solidária e cooperativismo não tem nada de antagônico ao movimento sindical. A seu ver, são complementares a ele. Assim como lutar pelo orçamento participativo e pela questão do meio ambiente há 15 anos também era algo incompreensível no meio sindical. O termo ‘sindicato cidadão’ expressa essa nova forma de ver o papel do sindicato, comenta.

MERCADANTE (ADS/CUT, 2000b) comenta que o Brasil ao longo de um século – entre 1880 e 1980 – cresceu em média 7% ao ano, uma ótima marca em termos de PIB *per capita* no mundo. Porém, nos anos 90 o PIB cresceu em média apenas 1,7%. Aumentamos, no entanto, 520% o endividamento externo e mantivemos uma concentração de bens violenta, em que 1% da sociedade tem 53% da riqueza total. Pensar nessa situação é pensar além dos sindicatos tradicionais. Não mais um sindicalismo feito até o dia da demissão do operário. O sindicalismo tem de eleger a solidariedade como valor fundamental de sua atuação. Para todos os trabalhadores. Conforme MERCADANTE:

[A ADS] inaugura um novo marco da possibilidade de atuação do sindicalismo brasileiro. [...] Devemos imaginar a economia solidária como uma economia de resistência, eu quero insistir nisso, de resistência popular. Nós não podemos imaginar que isso possa substituir as grandes formas de produção que estão aí. Isso só pode acontecer com uma alteração muito mais profunda na sociedade. A Economia Solidária pode ajudar nessa luta e viabilizar a sobrevivência da população com mais dignidade do que tem sido essa barbárie que aí está. [...] Não vamos ter a ilusão de que a economia solidária é a transformação da sociedade capitalista. O que vai transformar a sociedade capitalista para uma nova sociedade, já que isso será possível historicamente, é a organização dos trabalhadores, é a consciência política, é a luta social, é o projeto alternativo de desenvolvimento, é um novo governo popular. [...] essas novas formas de produção ao terem a solidariedade como valor fundamental, o trabalho coletivo, a auto gestão, são o germe, o símbolo, a esperança de uma nova sociedade que a gente quer construir (CUT/ADS, 2000b: 119, grifos nossos).

Para a CUT é um grande desafio ganhar credibilidade perante a sociedade. E sem passar a ilusão de que uma agência vai resolver todos os problemas dos trabalhadores brasileiros. Mas, é um salto de qualidade no âmbito sindical, de abertura. Para o sindicalista VICENTINHO:

Assim, podemos desenvolver muitas ações, sem que percamos o nosso horizonte de vista, a nossa perspectiva da conquista de uma nova sociedade, da conquista da sociedade socialista. Muitos têm dúvidas sobre a sociedade socialista, mas não estamos aqui pensando em copiar modelos, em fazer as coisas de forma mecânica, burocrática, equivocada. Estamos pensando em um novo estágio de relações entre seres humanos, cuja ética se baseia na generosidade, na solidariedade, no companheirismo. Não é possível que nós entremos no próximo milênio convivendo com realidades tão duras e cruéis pelas quais passam nosso povo hoje (CUT/ADS, 2000b:114).

MENDONÇA, do DIEESE, no mesmo documento explica que desde os anos 90 a luta dos trabalhadores foi passando do combate à inflação - a reposição das perdas salariais - para o emprego e, com a precarização, mudou-se do enfrentamento quantitativo para o qualitativo, no agravamento da piora das condições. Assim, lutar por emprego é lutar conseqüentemente por crescimento econômico. Precisa-se discutir a geração de ocupações e de renda, mas também lutar por um modelo de desenvolvimento pensando na inclusão, na resolução dos problemas de desigualdade. E não qualquer crescimento. Os EUA tiveram baixo desemprego quando o ciclo estava favorável, mas aumentaram a concentração de renda. O DIEESE, ao participar das reflexões naquele momento de formação da ADS/CUT, apontava que o Brasil dependia bastante de seu mercado interno, da construção de uma dinâmica favorável internamente e esta foi abandonada pelo modelo de inserção na globalização. O documento vai além: considera que, para gerar empregos, ocupação e renda têm de ser discutidos sob a ótica de uma outra racionalidade que não a dos cânones da economia clássica liberal. Portanto, a criação da ADS é uma discussão muito interessante, afirma MENDONÇA (CUT/ADS, 2000b).

SINGER se apresenta também neste encontro. Afirma que denomina, ‘sem conotação pejorativa’, ‘velho cooperativismo ou cooperativismo consolidado’ aquelas experiências que se diferenciam profunda e claramente do ‘novo cooperativismo’ pelo qual luta:

O velho cooperativismo no Brasil tem uma história ligada a uma etapa do cooperativismo mundial. Em 1895 foi criada a Aliança Cooperativa Internacional e já havia naquele momento, na Europa, um movimento cooperativo muito extenso e importante [...] (CUT/ADS, 2000 b: 98).

Recorda a importância dos antigos socialistas ingleses de Rochdale:

A mãe das cooperativas, [...] era a Rochdale, composta por companheiros socialistas - vinistas ou cartistas. O grande propósito de Rochdale era, [...] criar uma economia socialista. Era isso mesmo: socialista. Não se falava em Economia Solidária. [...] A autogestão era a marca socialista dessas empresas (CUT/ADS, 2000 b: 99).

Explica que, com o passar dos anos muitas cooperativas, inicialmente de consumo, passaram a desenvolver trabalhos industriais. O movimento expandiu-se por vários países e a partir de certo momento, porém, começaram muitas delas a desenvolver empresas capitalistas. Passaram a ter trabalho assalariado e gerentes profissionais. Os ‘socialistas cristãos ingleses’, contra essas mudanças, fizeram a primeira legislação cooperativa do mundo, copiada e adaptada depois em muitos países. Esses socialistas cristãos ingleses mais representantes franceses criaram a Aliança Cooperativa Internacional (CUT/ADS, 2000 b). Contudo, mesmo assim, as divergências não foram superadas. *A própria Aliança calou-se depois quanto à exigência de autogestão nas cooperativas* (CUT/ADS, 2000 b). Essa é a origem do ‘cooperativismo tradicional ou consolidado’, que ganhou corpo desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, segundo SINGER. E a partir dessa perspectiva, chegamos às ‘cooper-gatos’ no Brasil, diametralmente oposta à filosofia e a lógica do verdadeiro cooperativismo. Defende, por isso, modelos modernos e autênticos de atuação, como Mondragón, onde:

[...] os verdadeiros donos são os seus trabalhadores, que não são assalariados, são realmente cooperantes. [...] Temos que usar o exemplo de Mondragón e criar cooperativas de comercialização em todos os lugares (CUT/ADS, 2000 b: 103).

Para tanto, SINGER realça que é preciso aperfeiçoar a legislação para facilitar, por exemplo, a absorção de empresas falimentares pelos trabalhadores atuarem em autogestão, transformando-as “em empresas socialistas” (CUT/ADS, 2000 b: 103). Também provocar a criação de cooperativas de crédito, essenciais para a expansão da economia solidária, como exemplo os Bancos do Povo, existentes em Bangladesh e pela América Latina, onde “se um não consegue pagar o empréstimo os outros pagam – é criado um sistema de colaboração de troca de idéias de solidariedade até espiritual, que é muito importante” (CUT/ADS, 2000b: 104). E tecer cooperativas de segundo grau para ajudar a comercialização regionalmente. Entretanto, frisa que a questão do financiamento é uma luta primordial. Os bancários conhecem bem o problema, mas o movimento sindical em geral não tem clareza disso, explica:

O que buscamos não é um movimento anti-bancário, mas romper com o monopólio dos bancos sobre a intermediação financeira e permitir que a poupança dos trabalhadores tenha mais segurança. Essas poupanças ficariam muito mais seguras em cooperativas onde os trabalhadores tivessem o controle, do que na mão de bancos que necessariamente especulam com esse dinheiro no mercado financeiro (CUT/ADS, 2000b:106, grifos nossos).

E insiste quanto ao cooperativismo degenerado: nada de hostilidades. Concluindo, orienta SINGER:

Penso que deveríamos ter uma política bastante sutil e fazer alianças pontuais, sempre que elas se tornem razoáveis, mutuamente vantajosas. [...] Temos que, em última análise,

consolidar economicamente as nossas cooperativas, com a maior eficiência empresarial sim, mais competitivas. Temos que criar um setor mais coeso, sólido e pensar na representação política, na frente de luta no Congresso Nacional [...] isso pode abrir brechas para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

É possível desenvolver uma economia solidária que seja competitiva – inclusive ideológica e politicamente – com o modelo neoliberal. Vamos ganhar essa visibilidade [...] (CUT/ADS, 2000b: 106).

Neste seminário internacional (CUT/ADS, 2000b), foram expostos os diferentes modelos cooperativos existentes pelo planeta. Tal amostra permite observar a diversidade de realizações. Muitas delas, inclusive, confirmam empiricamente nossa perspectiva já comentada na introdução: servem para facilitar a exploração do próprio mercado capitalista ao promoverem em locais como Índia e países africanos o desenvolvimento da economia popular informal, causando desconforto aos seus sindicatos que não aceitam tal estratégia para a crise do trabalho. Muitas cooperativas pela África, Ásia e América Latina chegam, inclusive, a trabalhar para multinacionais. WILS e THOMAS lembram até que este ‘capitalismo popular’, conforme chama SOTO, também é visto como uma base ‘*eficaz de legitimação do sistema capitalista*’, ouviu inclusive de empresários paulistas que: ‘*ajuda a desarmar a bomba social sob seus pés*’. Uma ‘economia’ que, sob várias denominações – popular, informal, alternativa etc. - acaba mostrando quanto desarticulada e fragmentada está, explica CORAGGIO. Com tais parâmetros, fica difícil aceitar a idéia de ROCA o qual entende que a economia solidária precisa intercambiar-se ‘inicialmente de forma solidária com empresários melhor posicionados no mercado, buscando dar sustentabilidade nacional a essa nova ética’.

A acumulação capitalista, conforme Marx, não tem escrúpulos, objetiva sempre aumentar ganhos e não dividir, por isso amplia o exército de reserva de mão-de-obra. É a essência da luta de classes (MARX & ENGELS, 1980), questão política que parece ‘ser esquecida’, dada a leveza da abordagem que envolve idéias de solidariedade, de boa vontade e um consenso conquistado na retórica. SINGER sempre contido avisa, por exemplo, não querer desavenças com as cooperativas degeneradas, inclusive porque elas podem servir, por vezes, para ‘alianças vantajosas’ para a economia solidária. A nosso ver, isto é um perigo dado que os empreendimentos autogestionários no país carecem de maior força frente exatamente a esse lado ‘tradicional’ que se expande. Ele também afirma que não deseja um

movimento ‘anti-banqueiros’. Somente pretende que estes passem para o controle cooperado o que é dos trabalhadores em vez de guardá-lo nos cofres de seus bancos. Então, fora isso, ‘nada contra’ essas instituições que praticam a especulação, a usura e dão lucros exorbitantes enquanto, conforme visto na introdução, o produto nacional cai e o desemprego bate recorde.

GRAMSCI, envolvido com as dificuldades de articular os trabalhadores na Itália, em especial os setores mais atrasados do campesinato, coloca que a necessária unidade: “ocorrerá na prática do Estado socialista e se baseará numa nova psicologia criada pela vida comum nas trincheiras” (GRAMSCI, 1987:72, grifos nossos). Destas relações, vindas exatamente dos momentos mais difíceis, nascem as experiências em que se estabelecem verdadeiros “vínculos de solidariedade” (GRAMSCI, 1987: 71). Não há, portanto, condescendência. A verdadeira *solidariedade* é talhada na luta conjunta em perspectiva de mudança, de revolução, calcada nessa *nova psicologia*, que atenua a exploração do trabalho, nessa reeducação que rasga o véu do senso comum que empana a realidade. Ele nos mostra ainda que:

[...] tal transformação não pode ocorrer em regime de propriedade privada sem provocar um desastre: é necessário que ela ocorra num Estado socialista, no interesse dos camponeses e dos operários, associados em unidades comunistas de trabalho (GRAMSCI, 1987: 72).

Contradições são evidenciadas e sucedem-se. LULA, neste mesmo documento sobre o seminário internacional, revela o corporativismo existente no projeto, pensando na economia solidária como forma de os trabalhadores informais, cada vez mais numerosos, sentirem-se também sob a proteção sindical, ou seja, alega que os próprios sindicatos necessitam encarar a realidade com outras estratégias de ação para poderem continuar a viver. GRAMSCI, não obstante, é radicalmente crítico quanto ao corporativismo. Não se rompendo essa limitação, a luta pela hegemonia é inviável (GRAMSCI, 1987). Por outro lado, embora VICENTINHO dissesse que não se copiam experiências na CUT, há um modelo, digamos, ‘aprovado’ pelos intelectuais: o ‘mítico’ complexo de Mondragón. Importar padrões de culturas distintos a serem implantados aqui fere as idéias gramscianas quanto ao ir à história e compreender organicamente a cultura de um povo. Isto se soma às críticas dos próprios cooperados bascos que sentem-se em empresas não mais autogestionadas e sem perspectiva de retorno ao

passado (COROMINAS, 1997). O outro modelo citado, do *kibutz*, gradual e claramente também vai tornando-se capitalista. Velha tendência que se reapresenta: a opção dos trabalhadores mostrando-se condescendente à busca de maiores lucros no mercado tradicional. Desta forma, ambas experiências estariam se degenerando.

Na opinião de MENDONÇA sentimos também a fragilidade que envolve a questão. Ele afirma a necessidade do movimento sindical manter a luta visando geração de emprego, ou seja, crescimento econômico, não objetivando apenas a economia solidária. Talvez o recado mais contundente, ao se resumir os limites deste projeto de contra-hegemonia, tenha sido expressado por MERCADANTE quando coloca não se poder ter *ilusão* de que é na economia solidária que está contida a possibilidade da transformação do capitalismo, uma vez que *isso só pode acontecer com uma alteração muito mais profunda na sociedade*. Entretanto, como disse GAIGER, para aquele momento de fundação da ADS, o mais importante, do que se tratava, era frisar as constatações pesquisadas que ‘justificavam algum otimismo’ (CUT/ADS, 2000a) para que se implantasse oficialmente o projeto. Isto era o relevante.

Eram assim lançadas definitivamente, por meio destes dois grandes eventos, as sementes desse novo projeto da CUT no crepúsculo de 1999, que nasceu em tempos de ‘sindicato cidadão’ como mecanismo de enfrentamento da brutal redução de integrantes da base sindical em níveis mundiais. Efetivamente tiveram os ‘debates’, então, mais um aspecto de ‘boas vindas’ a essa iniciativa da CUT do que propriamente algo que propiciasse uma oposição, um enfrentamento, um questionamento radical. Reafirmamos que eram momentos dos intelectuais para consolidar a proposta, articular as bases, agregar os trabalhadores – em especial a massa de informais – em uma visão que eles deveriam ter como patrimônio, ‘uma herança da história operária’, conquistas pretéritas cujo potencial indicam o caminho do ‘novo mundo’, da utopia a ser obtida por meio do consenso na sociedade civil.

É também bastante perceptível, porém, que a CUT tinha a ADS nascendo sob duas vertentes. Uma que podia ser dada como potencial alternativa econômica para auto-sustentação dos trabalhadores por meio da formação dos complexos cooperativos no qual o antagonismo capital – trabalho seria eliminado, representando um ganho de qualidade nas relações e podendo levar, dependendo das contingências, a uma economia popular alternativa, modo este que diríamos se tratar de uma posição ‘mais cautelosa’, sem ufanismos, defendida por GAIGER. Outra era aquela representada pela visão defendida por SINGER na qual a economia solidária, constituindo-se em seus experimentos autogestionários, em especial as cooperativas, representava *socialismo já* apontando para um estágio embrionário de uma

revolução social em curso que precisava por isso mesmo ser incorporada, amparada e expandida. Tal compreensão em nosso entender, dados os limites comentados por nós, é precipitada ou, em uma palavra, ideológica. Como mostra a nossa análise, ‘socialismo já e revolução social’ seriam arbitrariedades, indução ao equívoco, isto é, falsa ideologia.

Frente aos desafios atuais, o sindicalismo precisou mudar aliando-se com forças da sociedade civil, tentando fazer frente ao processo de globalização e construindo novos laços em que a idéia de ‘solidariedade’ sobressai. É um terreno novo em que os sindicatos pisam, o que implica uma verdadeira "revolução cultural" (NASCIMENTO, s/d: 13) na qual, além da suas funções naturais corporativas, também assumiriam os interesses de setores da população e de trabalhadores excluídos, em diversos campos: moradia, seguridade social, renda mínima, educação, menores etc. Como diz a CUT/PNF, as mudanças sindicais devem buscar um novo padrão organizativo e qualitativo, a partir de referenciais teóricos deixados por Marx e Gramsci, em que os trabalhadores deveriam ser educados para a emancipação com valores opostos ao individualismo hegemônico. Essa pedagogia se consubstancia na natureza da cooperativa. A ADS, seu resgate da história sindical e da autogestão, valoriza e adere à PNF cutista de ‘educação de caráter integral’ que pretende o trabalhador um cidadão consciente, que lute pela plenitude de direitos, pois não lhe basta a democratização das relações de trabalho, da produção, mas a participação da sociedade como um todo. A CUT anseia envolver a sociedade civil pelos laços do cooperativismo solidário, ocupar espaços inicialmente nas fissuras do capitalismo e, ao ir se fortalecendo, trazer para si as experiências degeneradas que serão reelaboradas nesta nova perspectiva até atingir-se a plenitude da contra-hegemonia, em que o Estado será democratizado, assim como as relações de produção e de propriedade. Todavia, notamos que os limites são profundos e as contradições sobressaem-se. O empírico mostra as fraquezas e, por conseguinte, o quão ideológicas têm sido as posições daqueles que compartilham a visão de SINGER e seus discípulos.

Esta última linha, que entende a economia solidária como sendo porta-voz da revolução ou da contra-hegemonia, vamos detalhá-la um pouco mais. Antes, porém, retornemos a GRAMSCI para iluminar um pouco mais a questão dos intelectuais.

[O] processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e retrocessos, de desagregações e reagrupamentos, [...] O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectual-massa; o estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e

alarga simultaneamente o seu círculo de influência, com pontas individuais ou também de grupo mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. No processo, porém, repetem-se continuamente momentos em que entre massa e intelectuais (ou alguns deles, ou um grupo deles) se forma uma separação, uma perda de contato [...] os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é o cadinho da unificação da teoria e prática entendida como processo histórico real [...] (1974:44 e 45).

São vistos como orgânicos e tradicionais:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...] os intelectuais ‘orgânicos’, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. [...] [as] várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante (1995: 04 e 06).

O capitalismo industrial cria essencialmente os técnicos e os cientistas ligados à produção. São esses os seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1987). Quanto aos tradicionais, “representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 1995: 05), caracterizam-se por aqueles ligados à massa social camponesa, pequena burguesia das cidades e os eclesiásticos. Intelectuais são ‘funcionários’ das superestruturas:

[...] pode-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...] (GRAMSCI, 1995:10 e 11).

Quando um grupo social se afirma e procura criar os seus quadros, encontra ao mesmo tempo intelectuais já formados pela sociedade precedente, pela formação socioeconômica anterior, os intelectuais ‘tradicionais’. A nova classe dominante enquanto forma os seus intelectuais orgânicos, esforça-se por assimilar os intelectuais tradicionais. Quanto melhor forem assimilados os intelectuais tradicionais, tanto mais facilmente a classe dominante conseguirá expressar os seus próprios intelectuais orgânicos:

[...] formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1995: 09)

Pela presença na superestrutura em debates na mídia, nos ambientes sindicais e acadêmicos, pela sua respeitável carreira como professor da PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e USP, como membro fundador do CEBRAP, como ex-secretário do planejamento do município de São Paulo na gestão do PT de Luiza Erundina e como coordenador da ADS, SINGER é dos elementos mais significativos e ativos desta base intelectual do projeto de Economia Solidária da ADS. Ele afirma que:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Ela casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). [...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos (SINGER, 2000:13, grifo nosso).

A economia solidária é o resultado da crítica operária e socialista à economia capitalista, argumenta.

A concepção autogestionária era herdeira de Owen, Fourier e outros socialistas utópicos do século XIX, que imaginavam a passagem para o socialismo mediante a construção de comunidades livres e igualitárias, cujo exemplo converteria a maioria a favor da nova sociedade (SINGER et alii, 2000:40, grifos nossos).

Ela condena no capitalismo, antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o proprietário detém. Há a ausência de liberdade para os trabalhadores, totalmente à mercê dos desejos do patrão, dono do capital. Isto gera uma crescente desigualdade entre esses atores. Assim, a tendência observada é que haja uma permanente polarização entre ricos *versus* pobres e dependentes de seus salários.

Comenta que a economia solidária é projeto existente em diversos países há dois séculos por trabalhadores que vêm pondo em prática as idéias dadas pelos socialistas. É a ‘revolução social’. Segundo ele:

Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sintetizados do seguinte modo: 1. homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas. 2. Pequenos

produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3. assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos em escala e melhor qualidade de vida. 4. pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5. os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc.

Estas iniciativas são todas de não-capitalistas, ou seja, de pessoas excluídas da posse dos meios socializados de produção e distribuição, pertencentes a duas classes distintas, mas não antagônicas: ou são possuidores de meios individuais de produção e distribuição e, para ganhar a vida, dependem da venda de seus produtos ou possuem unicamente sua capacidade de trabalhar e dependem de sua venda para ganhar a vida (SINGER, 2000:14).

Essa ‘revolução social’ só não é mais ligeira pela descrença na sua própria capacidade, por serem ‘apenas trabalhadores’ os envolvidos e não terem competência para gerenciar seus recursos, não terem participado dos bancos universitários e conseguido seus diplomas de administradores. O que é preciso, então, enfatizar é que *a administração de empresas não é uma ciência*, observa SINGER. Ela é um exercício de liderança, de poder, ela é prática. É importante se ter conhecimento acadêmico, mas não é fundamental. O que se ensina em uma escola de administração são fundamentos de diversas ciências aplicadas. Segundo SINGER (2000), o administrador é quase sempre um generalista que deve perceber até onde vão seus limites para poder ser socorrido por outro técnico. E o gestor de uma empresa solidária deveria ser totalmente diferente do gestor capitalista, pois todas as informações devem estar disponíveis aos interessados, com total transparência e um grande espírito coletivo, democrático. Afinal, a empresa solidária é ao mesmo tempo uma associação comunitária. Ela já surge com uma estruturação completamente diferente. Na sua gestação, os futuros sócios interagem, fazem curso de cooperativismo. Trata-se de uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Mas, frisa, há alguns aspectos importantes que não devem ser esquecidos:

A empresa solidária não pode prescindir de especialistas desde o seu início, que podem pertencer ao seu quadro ou funcionar como assessores externos. [...] Empresas são criadas em geral por trabalhadores, de baixa escolaridade, que dominam muitas vezes o processo produtivo, mas não estão preparados para pesquisar mercados em busca de novas oportunidades de negócios nem para acompanhar a evolução das tecnologias relevantes de produtos e processos. Tais debilidades tem sido diagnosticadas por incubadoras e outros apoiadores e só poderão ser remediadas se estas empresas solidárias puderem recrutar profissionais de nível superior para os seus quadros (2000:22, grifo nosso).

Como respostas para aqueles que falam em fracasso dos empreendimentos cooperados alternativos, explica:

A construção de um setor integrado de empresas e instituições que se regem pelos princípios da ES é condição essencial para evitar que a sina das iniciativas e experiências se limite ao dilema sombrio de Webb-Bernstein-Luxemburg: degeneração ou a falência. A construção da competência nos princípios da solidariedade é perfeitamente possível desde que cada empreendimento possa se financiar, abastecer-se, escoar sua produção, aperfeiçoar-se tecnologicamente e educar seus membros em intercâmbio com outros empreendimentos solidários.[...] [é] necessário mais uma vez priorizar a luta pelo poder governamental para viabilizar a economia solidária como alternativa ao capitalismo. [...] [Embora Mondragón indique que] o desenvolvimento da economia solidária e sua integração num setor pode se dar de baixo para cima, por iniciativa das próprias empresas e instituições de apoio, sem interferência direta de autoridades governamentais (SINGER, 2000: 24).

Como autêntico intelectual orgânico da CUT, e elaborador do desenvolvimento de seu grupo na sociedade civil, SINGER empenha-se em mostrar a economia solidária como um caminho estratégico de luta contra o desemprego e a exclusão social, cuja forma de organização da produção utiliza-se de uma lógica contrária ao capitalismo e deve ser ampliada para seu fortalecimento por meio da adesão dos trabalhadores:

O excesso de oferta de força de trabalho solapa as organizações sindicais e confere aparente credibilidade à tese liberal de que todas as conquistas legais de direitos trabalhistas causam a diminuição da demanda por trabalho assalariado. Eliminado este excesso, os sindicatos poderão recuperar representatividade e poder de barganha. Este é o argumento tático a favor da economia solidária. Mas, a ele se adiciona outro, de longo alcance. Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligados por laços de solidariedade. Sem guerra fria, sem ameaça atômica, os homens voltarão a poder escolher e experimentar formas alternativas de organizar sua vida econômica e social (SINGER, 2000b: 138, grifos nossos).

SINGER (2000), contudo, comenta que pobreza e exclusão não tornam as pessoas solidárias. A grande maioria ainda busca se reenquadrar no mercado formal após sofrer demissão. Há muita aceitação do individualismo, característica básica do capitalismo e do neoliberalismo, como valor arraigado, mesmo entre a camada mais popular e sofrida. É preciso, então, a seu ver, uma reeducação, multiplicar as ações solidárias, aproximar as cooperativas para que possam se sustentar reciprocamente, ampliar seus foros, aumentar cursos e seminários sobre o tema:

Cresce a compreensão de que a construção da competência de empreendimentos se dá por um processo de aprendizagem, que envolve membros das cooperativas e das entidades de apoio. Multiplicam-se cursos e seminários, nos quais as universidades com ITCP [incubadoras de cooperativas] desempenham papel crucial. Para elevar a qualidade do trabalho e da produção das novas cooperativas, a formação de quadros especializados parece imprescindível. Em várias universidades, profissionais recém-formados organizam cooperativas, geralmente de trabalho. Um de seus objetivos é assessorar cooperativas populares. [...] O entusiasmo e o empenho manifestado pelos trabalhadores não fica sem recompensa. Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da

discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania (2000:27).

E aprofunda seu entusiasmo:

Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores, por exemplo. O caráter revolucionário da economia solidária abre-lhe a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão. Para os que desconhecem esse caráter, as cooperativas são meros substitutos dos empregos com carteira assinada, que as recessões vêm aniquilando. Se a retomada do crescimento fizer o número de empregos formais voltar a crescer, os que têm este ponto de vista esperam que as cooperativas deixem de ser necessárias e entrem num processo de definhamento. Há uma boa possibilidade, no entanto, de que estejam enganados. É muito comum cooperadores recusarem empregos porque, como costumam dizer, ‘já não agüentam mais trabalhar para patrão’ (SINGER, 2000:28, grifos nossos).

Em abril de 2000, logo após a fundação da ADS/CUT, SINGER apresentou nos seminários ‘Socialismo e Democracia’, realizados pelo Instituto Cidadania⁷⁹, pela Fundação Perseu Abramo⁸⁰ e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT, sua crítica da visão clássica do marxismo, defendeu a autogestão cooperativista e apresentou a

⁷⁹ O Instituto Cidadania surgiu como ONG montado para ser o ‘governo paralelo’ de Lula na oposição a Collor de Mello (1990-92). Sediado na capital paulistana, funciona com 11 empregados, tem como patrocinadores a Fundação Djalma Guimarães, a Fundação Perseu Abramo, a CUT, sindicatos e 250 associados (pessoas físicas). Mensalmente o PT contribui com R\$ 23 mil. A receita do ano 2001 foi de R\$ 800 mil. Colaboram na Intelligentisia: Mercadante, Mantega, José Graziano, Pinguelli Rosa entre outros. É espaço privilegiado para a busca de imagem leve, não radical do PT, o que causa ‘melindres e curto-circuitos dentro do partido’. Cada vez mais ativo ‘bunker’ de Lula em época de eleições. Segundo Milton Temer (PT-RJ) ‘o IC é a *holding* por onde Lula controla o PT e a CUT’. (SÁ, 2002).

economia solidária aos petistas em geral. Afirma em sua análise que Marx e Engels indicam como superação do capitalismo a apropriação direta dos meios de produção pela sociedade. O Estado dominado pelo proletariado é apenas um instrumento dessa apropriação, pois tão logo ela se realiza plenamente, o Estado perece. E a apropriação dos meios de produção por parte da sociedade se dá pela organização conscientemente planejada. E então os homens farão sua própria história, com plena consciência e realizando seus desejos. É o reino da liberdade. Entretanto, como se dá este planejamento consciente? Como ficam a produção, a distribuição e o consumo? Ao terminar a luta pela existência individual, os produtos serão apropriados livremente por todos exigindo uma produtividade infinita do trabalho, entre outras necessidades. Assim, não é só resolver a questão da propriedade privada dos meios que esta resolvida a questão da divisão social em classes, afirma. E o planejamento não pode ser uma generalização da autoritária administração capitalista. Estas questões não foram resolvidas pelos clássicos o que resultou na União Soviética onde o Estado, ao invés de sumir, cresceu monstruosamente. Ganhou peso além da conta. Apoderou-se das forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo. Controlou sindicatos e cooperativas. Extinguiu a autogestão. O socialismo passou a ser entendido como planejamento centralizador da produção, monopolista de todos os ramos e alocador administrativo dos recursos, em vez de usar o mercado. Gerou-se uma enorme hierarquia e o poder centralizado de cima para baixo (SINGER *et alii*, 2000).

SINGER explica que o sistema capitalista engloba diversos modos de produção além do capitalista e atuam nele, lado a lado, trabalhadores por conta própria, empresas públicas e privadas sem fins lucrativos, produção para auto-subsistência e cooperativas autogestionárias que se constituem ‘um embrião ou implante socialista’. Aqui está o espaço para o progresso da ADS, entrar nesse ínterim no qual ‘modos de produção se submetem e se adaptam à superestrutura legal e política’ hegemônica do capitalismo, afirma (SINGER *et alii*, 2000).

No princípio do ano de 2001, aconteceu o chamado I Fórum Social Mundial, cujo lema era ‘Um outro mundo é possível’, com realização em Porto Alegre. Participaram do encontro em terras gaúchas representantes de 122 países, com militantes de causas sociais, ONGs, partidos, grupos estudantis e cerca de mil jornalistas. Estiveram presentes representantes da economia solidária do mundo inteiro. Dias depois, argumenta SINGER para

⁸⁰ Fundação Perseu Abramo foi fundada em 1996 pelo PT para desenvolver atividades de pesquisa, estudo e reflexão política. Possui centro de documentação e uma editora.

a mídia *Internet* sobre esses incentivos aos movimentos populares. Expõe sobre a cultura da pobreza que deve ser combatida:

Cada vez mais estou convencido, principalmente agora que estou envolvido com o combate direto à pobreza através da criação de cooperativas populares, de que a erradicação da pobreza é um processo educacional e revolucionário – no sentido de revolucionar a cabeça dos pobres. Os pobres deixam de ser pobres por eles. [...] o estar pobre – e muitas vezes por várias gerações – cria uma cultura de tolerância e conformidade à pobreza. É importante dar a essas pessoas a perspectiva de que podem supera-la, especialmente se atuarem de forma coletiva. O que exige uma mudança muito mais complexa do que imaginávamos em outros tempos. Antes, quando falávamos em combate à pobreza, pensávamos basicamente em distribuição de renda. Mas hoje está claro que só pode haver distribuição de renda entre quem já está incluído. [...] é necessário uma mudança estrutural que os inclua [aqueles que não recebem salário nenhum] na produção social. [...]

Reforça o caráter da autogestão como superação do capitalismo:

[As cooperativas são transformação de verdade.] Eu acredito que elas são o começo de uma outra economia, oposta ao capitalismo. Elas indicam uma possibilidade de superação do capitalismo em longo prazo e não só no Brasil, mas no mundo inteiro. [...]
Elas apenas precisam de oportunidade e confiança. [Essas experiências podem superar o capitalismo] Se a maioria da sociedade optar por isso, isso poderá acontecer, mas vai depender de muita coisa. Um passo essencial, por exemplo, será a articulação de todas as experiências que já existem. [...] outro passo importante é a criação de cooperativas de crédito, nas quais as próprias pessoas da economia solidária usem sua poupança para financiar novos empreendimentos. [...] No Brasil, o crescimento é surpreendente. Eu diria que estamos hoje na vanguarda.

Revela a simpatia sentida pelos capitalistas quanto às ações da economia solidária:

Recentemente, fui chamado pelos maiores capitalistas do país para conversar sobre economia solidária e eu deixei claro que para mim ela é uma forma de construir o socialismo nos poros do capitalismo. Logo, me perguntaram se ela expropriava. Eu disse que não, que iria competir. Disseram então que tudo bem, que queriam ajudar. No plano federal não temos nada, a não ser um certo apoio do BNDES. O nosso grande apoio político é a esquerda, especificamente o PT. Vários governos petistas já têm experiências próprias com economia solidária. [...] Uma coisa boa que, ao meu ver, o governo federal está conseguindo fazer é o Programa Comunidade Solidária, que inclusive nos dá apoio em vários momentos, mas seu alcance é mínimo. Neste governo, a prioridade é quem tem dinheiro. As políticas são feitas para a camada da população que financia o governo, que investe. [...] Ao meu ver, esse movimento todo está nascendo de baixo. Ele vem da sociedade civil organizada, sem grandes governos ou partidos políticos envolvidos. [...] Ele ainda não alcançou uma presença grande nem na academia, nem na imprensa – que são os dois lugares estratégicos em que se ganham ou perdem as grandes batalhas ideológicas. [...] Há três, quatro anos, a economia solidária era um potencial e hoje já é uma realidade. Só tenho motivos para estar otimista e realmente estou animadíssimo (SINGER, 2001: 02-05, grifos nossos).

Este conjunto de informações mostra que SINGER afiança um saldo extremamente positivo da expansão da autogestão. Levando a idéia pelos quatro cantos insiste: não tem dúvida de o Brasil hoje ser palco do maior surto de economia solidária, que também se alarga fortemente em alguns países da América Latina, aparentemente também na Índia e possivelmente em países da África (SINGER, 2001a). Como um dos mais destacados intelectuais da CUT, nota-se que atua em todos os veículos possíveis para disseminar sua visão em busca do consenso entre os trabalhadores. É a luta ideológica pelo avanço da proposta.

A economia solidária com suas cooperativas autogestionárias sendo entendidas como potenciais embriões de revolução social socialista tem em MAGALHÃES, secretário executivo da ADS e assessor da CUT nacional, outro de seus defensores. Em maio de 2001, durante exposição na CUT promovida pelo PT sobre “Cooperativismo, sindicato e socialismo” ele destacou a idéia de SINGER (MAGALHÃES, 2001: 16). Fundamentou-a explicando que, desde o século XIX, os socialistas utópicos viam no cooperativismo um importante papel na construção do projeto socialista. Para vários movimentos políticos, em

especial os anarquistas, a autogestão nas empresas deveria ir além como um princípio para o conjunto da sociedade. O socialismo seria uma sociedade autogestionária e o ‘novo cooperativismo’ reafirma então esse princípio. Assim é visto também por intelectuais como NASCIMENTO (s/d) e CIFUENTES (CIFUENTES & GALVÃO, 2001).

De acordo com MAGALHÃES (2001), no Brasil o cooperativismo que já tem uma história de quase um século, em poucos momentos teve vínculos a um projeto socialista. A esquerda brasileira em raros momentos encontrou no cooperativismo um papel revolucionário. Precisamente apenas no início do movimento operário brasileiro, sindicatos e cooperativas se encontraram unificados sob um mesmo projeto político. O anarquismo, principal corrente política naquele momento, defendia a supressão do Estado substituindo-o por federações de comunidades e de cooperativas de grupos associados de produtores. Eles organizaram muitas cooperativas e outras entidades de caráter similar como mútuas ou ligas, em estreita relação com a luta e o projeto político revolucionário. Os comunistas, que se fortaleceram depois da Revolução Russa de 1917, acusavam os anarco-sindicalistas de economicistas e apolíticos, uma vez que estes não apostavam na ação política partidária. Pouco a pouco foram perdendo espaço. Ao longo de quase todo um século, o cooperativismo acabou ficando nas mãos de projetos políticos burgueses, tornou-se, assim, um dos principais pilares do crescimento da burguesia agrária no Brasil⁸¹.

Segundo MAGALHÃES (2001), sem um papel político articulado à realidade imediata dos trabalhadores, o cooperativismo permaneceu relegado a um plano inferior na agenda política da esquerda brasileira nas últimas sete décadas. Este padrão de crescimento entrou em colapso com a crise fiscal, sobretudo porque se tornou inviável durante o transcurso da década de 80, o financiamento dos subsídios ao crédito rural. O modelo das cooperativas agropecuárias entrou em forte crise econômica com a abertura comercial o que provocou a reestruturação das cadeias produtivas na agricultura. As grandes cooperativas passaram a

⁸¹ Conforme STÉDILE (OLIVEIRA *et alii*, 2000) após os anos 60, em geral, pode se dizer que no Brasil há uma burguesia agrária proprietária. Sua natureza principal é misturar-se com o capital industrial, financeiro e comercial, não tendo necessariamente origem no campo, embora coordene o processo produtivo da moderna agricultura brasileira. Existe um segundo grupo, de latifundiários, que é o atrasado, uma burguesia rentista, que vive na base de pecuária extensiva. Há ainda uma pequena burguesia que se modernizou, se mecanizou, tem propriedades entre 100 e 500h, poucos empregados e também trabalham, como os *farmers* dos EUA. Uma quarta classe, a dos camponeses, trabalha por conta própria; são sem terra e trabalham como parceiros, meeiros, arrendatários etc. É um grupo em franca decadência, assim como os assalariados temporários ou permanentes do campo. Todavia, há também atualmente 30% da população do meio rural que realiza atividades não agrícolas, de forma crescente. Distribuir a propriedade é algo que a burguesia não quis e não quer, por isso o MST tem um peso social importante e ‘é tão odiado’, diz STÉDILE.

adotar uma política cada vez mais seletiva, para conter custos. E agora têm a chance de uma renovada ação, acredita⁸².

A exclusão de muitos agricultores familiares levou sindicatos, igrejas e entidades sociais a buscarem construir um novo tipo de organização, autônoma, democrática, mais adequada às condições econômicas e tecnológicas da agricultura familiar. As restrições legais e burocráticas para a constituição de cooperativas abriram espaço para a organização de associações. O associativismo cresceu no meio rural segundo princípios e modelos de organização inteiramente diferentes do cooperativismo da OCB, hoje representada no Congresso Nacional por ruralistas latifundiários e defensores do cooperativismo tradicional, coloca MAGALHÃES (2001).

Conforme avalia, a profunda crise do trabalho acompanhada de uma crise de mesma dimensão do próprio movimento sindical chama para um reencontro das cooperativas com o sindicalismo. “A idéia da economia solidária surge como um modelo de economia socialista em contraponto às experiências que concentraram no Estado totalitário a propriedade e o poder político, ao invés de socializá-los” (MAGALHÃES, 2001:16).

MAGALHÃES (2000) explana que, para o desenvolvimento local sustentável e solidário, as instituições devem assumir um papel fundamental e novo - promover um desenvolvimento econômico local, com um caráter endógeno, em uma perspectiva sustentável e solidária. As instituições podem ampliar a dinâmica social no sentido de aumentar o *capital social*, mas, para isso, precisam se modernizar. A importância das instituições para o desenvolvimento está na tentativa de buscar respostas de como gerar ‘capital social’ em comunidades onde este fator não existe ou é insipiente. O *capital social* é um conjunto de relações sociais e instituições que articuladas em torno de estratégias comuns podem ampliar o potencial de desenvolvimento econômico de uma comunidade, explica. O capital social, assim como outras formas de capital, tem um potencial produtivo. A solidariedade pode, desta maneira, substituir o capital financeiro, produzir riquezas e fortalecer a verdadeira democracia, conclui (2000).

Por meio dos intelectuais da ADS como SINGER e MAGALHÃES observamos que a CUT vem então assumindo o papel do intelectual orgânico, o ‘moderno príncipe’. Não é demais lembrarmos a importância do partido revolucionário, conforme GRAMSCI, pois: “A razão das sucessivas falências das tentativas de criar uma vontade coletiva nacional-popular deve procurar-se na existência de determinados grupos sociais [...] que se pode chamar

⁸² Ver também agrocooperativas em CASTILHOS, Dino S.B. de. (s/d) in <http://www.ads.org.br>.

“econômico-corporativa” [...] (1968:07, grifos nossos). De qualquer forma, o ‘novo cooperativismo’ resgata o conjunto de ideais dos antigos socialistas, utópicos e anarquistas. SINGER, a partir dessas experiências e de outras que se sustentaram junto ao capitalismo, coloca a existência então de uma pretensa ‘Revolução Social’ que transcorreria há dois séculos e tem hoje, por intermédio da economia solidária, a chance de sua afirmação e ampliação de espaço. Esta é a forma aglutinadora a partir da qual se orientaria a ação para a construção da contra-hegemonia levada adiante pela Central. Mas, há problemas em nosso entendimento.

SINGER assegura que a economia solidária vai além do capitalismo e a pequena produção de mercadorias, que representa uma ‘síntese que supera a ambos’. Porém, essa própria ‘síntese superior ao capitalismo’, que agrega iniciativas populares, só não se expande ou porque seus próprios gestores não acreditam em seu potencial ou porque não detêm experiência para tocar o empreendimento, conforme ele próprio lembra. Isto exige, para começar, necessariamente amparo técnico de administradores, pois as debilidades só poderão ser remediadas ‘se estas empresas solidárias puderem recrutar profissionais de nível superior para os seus quadros’. Quem não encontrar vaga nos institutos tecnológicos universitários públicos vai ter então que, para começar sua emancipação via ‘implante socialista’ e ‘revolução local’, desembolsar um investimento com assessoria privada, deduzimos, ou permanecer na informalidade. Mas, assim mesmo, SINGER assevera que, se de alguma forma a economia solidária progredir, ela se tornará *competidora* do grande capital em diversos mercados. Ora, se os trabalhadores não confiam nessa convicção autogestionária e ainda precisam inevitavelmente do auxílio técnico de administradores para sua própria autonomia, como viabilizar o processo revolucionário lutando contra o poder dos oligopólios transnacionais?

Vimos que a autogestão no Brasil foi perdendo espaço desde o definhamento do anarquismo e a cooptação de cooperativas e sindicatos pelo trabalhismo na ditadura do Estado Novo nos anos 30. Hoje, conforme SINGER (2000b), a acumulação capitalista é responsável por metade dos postos de trabalho, embora o próprio governo aprove a acumulação autônoma, familiar, de produção de simples mercadorias, na esperança de absorver o grande contingente humano expulso das empresas capitalistas. Porém, o caráter autônomo restringe a tecnologia e implica em isolamentos e incertezas. Não há leis que auxiliem, que apóiem essas atitudes. O trabalhador brasileiro nunca teve a iniciativa de autonomia estimulada. Sente-se hesitante, temeroso. Então, como relatado na introdução, crescem as terceirizações e as atividades

semilegais do setor informal com toda a sua precariedade. Somente a partir de meados dos anos 70 é que a autogestão seria retomada por intermédio da ANTEAG, do MST e do NAPES. Mas, são ainda gotas em um imenso oceano cultural e político adverso, no qual o capitalismo é hegemônico; tanto que SINGER prevê como essencial para principiar o empreendimento o auxílio técnico de administradores, ou seja, uma elite cultural, o que colide com TRAGTENBERG (1990) para quem a autogestão significa, também, a integração do econômico com o político por meio do controle operário da produção e da democracia direta, substituindo assim o tecnocrata administrador e o político profissional da democracia representativa. A autogestão da ADS tem contundência comparativa bem mais modesta que a dos anarquistas. Isto apresenta limites para pura e simplesmente ‘os pobres deixarem de ser pobres por eles, vencendo a cultura de tolerância e conformidade à pobreza’. Podem até desejar mudar, mas há completa insegurança para uma ‘formação de vontade coletiva’ com esse objetivo. Em GRAMSCI percebemos que o ‘moderno Príncipe’, no caso agora a ADS/CUT, surgiria sob determinadas condições históricas:

Quando as condições de seu “triunfo”, da sua inelutável transformação em Estado estão pelo menos em vias de formação e deixam prever normalmente os seus ulteriores desenvolvimentos. [...] É preciso que se tenha criado a convicção férrea de que é necessária determinada solução dos problemas vitais (GRAMSCI, 1968:25 e 27).

Faltam condições concretas para sair do plano ideal e atingir a prática, de se tornar um projeto revolucionário orgânico e não ideologicamente arbitrário, conforme Gramsci. Mas, SINGER segue proclamando ter no Brasil um dos pólos mais desenvolvidos mundialmente dessa experiência. Esta ‘vanguarda do novo cooperativismo’ internacional acabou, então, por receber apoio do governo neoliberal brasileiro via ‘Comunidade Solidária’; isso chamou também a atenção dos empresários, que apreciaram o recado recebido: ‘no socialismo da economia solidária não se expropria, se compete’. Então o capital resolveu ajudar o trabalho. Parece, em verdade, que a própria burguesia capitalista não conseguiu distinguir efetivas diferenças entre este e seus projetos assistencialistas. Justifica-se, pois, afinal MAGALHÃES, tratando da autogestão tem ‘*capital social*’ como termo para definir o potencial produtivo de pessoas envolvidas pela ideologia orgânica do socialismo. Isto é, lógica e nomenclatura empresariais presentes, embora tudo sob o manto do ‘dom e da gratuidade’, da cooperação, da

humanização das relações, conforme GAIGER (1999). Dado esse ‘*capital social*’ produzido pela solidariedade, SINGER afiança que ‘sem guerra fria, sem ameaça atômica, os homens voltarão a poder escolher e experimentar novas formas da vida socioeconômica’. Como um missionário místico, prega a pacífica e paciente ‘revolução social’ na democracia representativa dentro do capitalismo monopólico sob acumulação flexível. GRAMSCI, cujo pensamento tem no aspecto cultural fundamental papel na contra-hegemonia para o consenso, jamais afasta o elemento político do discurso. Em SINGER, a questão política é ocultada, fica na obscuridade. A luta, o confronto, a ruptura desaparecem de cena.

No sítio da ADS, no qual são difundidas pela *Internet* as concepções da CUT, podemos encontrar os argumentos de BORGES NETO, que não tem seus pensamentos registrados nos documentos de debate fundador da Agência, discutindo os limites do projeto. Ele, como nós, entende como problemáticas várias das propostas da ADS. Inicia com o tema da ‘revolução social’ que se contrapõe à ‘revolução política’:

Creio que esta reelaboração do conceito de revolução social e da diferença entre esta e a revolução política se distingue do que é geralmente aceito por teóricos de inspiração marxista, sobretudo pela ênfase. [...] Mais polêmicas serão provavelmente as idéias decorrentes da concepção de que a revolução social socialista começou há cerca de 200 anos na Grã-Bretanha [...] (BORGES NETO, 2001: 01).

BORGES NETO (2001) assinala que Singer destaca como resultado da reação das classes trabalhadoras contra a exploração na Revolução Industrial o aparecimento de instituições que contradizem a lógica intrínseca ao capitalismo, ou seja, o início da ‘revolução social socialista’. “Os sindicatos, o sufrágio universal, a legislação do trabalho, a seguridade social e o movimento cooperativista, em suas diversas manifestações” expressariam isso. E as cooperativas seriam a mais forte manifestação deste implante socialista no capitalismo, porque “elas invertem as relações entre a empresa e seus clientes e a empresa e os seus trabalhadores”. Então, para BORGES NETO, as conquistas citadas como “potencialmente anticapitalistas” e parte de “uma revolução social em potencial” tornam possível assim defender até mais do que isto, inclui-se também aí o fim do analfabetismo, a extensão da educação básica, técnica e superior etc. Porém, Singer parece não levar em consideração que:

[...] se estas instituições [...] contradizem a lógica do capitalismo a partir das lutas dos trabalhadores, começou também o esforço por parte dos burgueses ou dos setores sociais identificados com o capitalismo de esvaziar estas instituições de seu conteúdo anti-capitalista, e inclusive de integrá-las à lógica capitalista. Para isto contribui a própria dominância das instituições capitalistas. Por exemplo: a ampliação da educação tem sem dúvida um papel emancipador; mas pode carregar também (como acontece hoje de forma gritante) uma ideologia individualista, não solidária, burguesa. As cooperativas são formas de organização da produção cuja lógica é oposta à da relação capital-trabalho capitalista — mas podem ser levadas a imitar o funcionamento de uma empresa capitalista, podem degenerar (BORGES NETO, 2001: 04).

BORGES NETO aprofunda sua crítica e utiliza-se de conceitos gramscianos para lembrar a permanente tensão ideológica na questão da conquista da hegemonia na sociedade civil, a dialética em busca do consenso:

Não me parece correta a avaliação de que “a democracia conquistada pelo movimento operário é o implante socialista mais importante e até o momento não foi abalada pela voga neoliberal, que está atingindo fortemente os outros implantes socialistas, como o sindicalismo e a seguridade social”.

Parece-me necessário afirmar, portanto, que embora estas instituições tenham *naturalmente* um caráter coletivo e solidário, e portanto anti-capitalista, podem perdê-lo. Portanto, além de considerarmos que representam “uma revolução social *potencial*”, temos de compreendê-las também como um campo de disputa permanente. O caráter anticapitalista de instituições que funcionam sob a hegemonia do modo capitalista de produção não se mantém sem luta (BORGES NETO, 2001: 04).

Ele destaca que as correntes social-democratas - que se consideravam revolucionárias a princípio, mas assumiram um caráter crescentemente reformista - também tenderam a dar mais importância à luta por conquistas dentro do capitalismo, por transformações progressivas

nesta formação social. Em consequência, para parcela dos reformistas a idéia da tomada do poder - e conseqüentemente da revolução política - chegou a desaparecer, eliminando-se até mesmo a idéia de uma sociedade socialista, como ficou registrado na frase famosa de Bernstein: “o fim é nada, o movimento é tudo” (BORGES NETO, 2001).

Para BORGES NETO (2001), também não é correto que a idéia de se estabelecer uma forma de planejamento central inevitavelmente desemboque em uma centralização totalitária. Singer une isto à experiência fracassada da *Perestroika*. Deveria ele, porém, considerar que a *Perestroika* foi tentada quando a descrença no socialismo já era amplamente dominante na URSS e não incluiu uma mobilização da sociedade para valorizar aspirações socialistas com maior igualdade social. Entende BORGES NETO que embora não seja simples instituir um sistema de planejamento centralizado e democrático, também não há elementos suficientes para concluir que isto não seja possível. A fim de enfrentar essa questão, é necessário o máximo de democracia, de participação, de controle sobre os dirigentes em todos os níveis - de cooperativas, de sindicatos, do Estado - o que supõe uma grande educação política dos trabalhadores e do conjunto dos cidadãos; e com a preocupação de reduzir as vantagens materiais dos cargos mais qualificados ao mínimo possível, afirma BORGES NETO (2001).

Ele dedica também atenção à questão da valorização do mercado na idéia de Singer:

O aspecto que me parece mais questionável [...] é a valorização do mercado como um elemento permanente do socialismo, considerado necessário para garantir liberdade. [...] [Para Marx] o mercado é uma forma social que produz alienação, que tem a lógica de dar origem a leis que se impõem aos produtores. Sem dúvida, por outro lado o mercado garante um espaço de liberdade; mas é um espaço limitado. O mercado representa uma forma de libertação da subordinação a laços de dependência pessoais (a escravidão ou servidão dos trabalhadores, por exemplo, ou a obrigação de adquirir determinado produto estritamente do patrão, como no sistema chamado no Brasil de *barracão*). Mas ao mesmo tempo, ele representa a subordinação dos cidadãos a um sistema de dependência impessoal, isto é, a leis econômicas que se impõem aos produtores [...] a alternativa possível ao mercado — um planejamento/coordenação, centralizado e descentralizado ao mesmo tempo, e antes de mais nada democrático - com toda a certeza teria de ser construída em um processo histórico longo, com experimentação e avaliações dos resultados (2001: 08 e 09).

Segundo SINGER esse mercado diferenciado da economia solidária preveria a existência de outras oportunidades para os empreendimentos falidos. Ao fecharem, haveria um prejuízo para aquelas pessoas, mas ‘o que todo mundo que é socialista prega é que essas pessoas recebam, do conjunto da sociedade, uma nova oportunidade de voltar a competir’. Esse mercado deveria permitir a recolocação dessas pessoas perdedoras no jogo competitivo para que elas começassem de novo. A essa ‘economia em que ninguém nunca perde’, BORGES NETO contrapõe:

Esta maneira de enfrentar o problema parece, antes de mais nada, pouco eficiente: deixa que haja grandes perdas (inevitáveis em falências), mas estabelece um mecanismo em que, para falar como os neoclássicos, haveria um alto grau de “moral hazard”. Poderia parecer racional para muita gente trabalhar pouco, ou mal, durante um certo período, e depois aguardar a falência e a nova oportunidade. Além disso, este mecanismo geraria um altíssimo nível de conflitos sociais: com toda a certeza, quem trabalhou duro e foi por isto bem sucedido (ou que imagina que foi bem sucedido porque trabalhou duro, o que dá no mesmo no caso) teria uma enorme resistência a ceder bens materiais para os ineficientes ou preguiçosos, ainda mais que toda a lógica do mercado continuaria estimulando competição (2001: 08).

O socialismo deveria aceitar conviver com modos de produção distintos –excluindo-se a escravidão, mas incluindo o capitalismo, segundo SINGER. Afinal, pelo seu raciocínio, como o capitalismo é capaz de sobreviver tolerando experiências socialistas em seu seio, ‘o socialismo tem de poder fazer o mesmo. No mínimo tem de ser tão liberal e tão robusto a ponto de agüentar a competição com outros modos de produção e não proibi-los!’. BORGES NETO aponta as inviabilidades desta perspectiva:

[...] [duas condições] para que a convivência com relações de tipo capital-trabalho seja aceitável. A primeira, que ninguém seja assalariado por falta de opção, isto é, ninguém deve ser obrigado a vender sua força de trabalho a um patrão. Todos os cidadãos devem receber da sociedade condições seja para trabalhar por conta própria de modo individual (por exemplo: podemos imaginar um serviço de táxis individualizado — em

geral, não deveria haver restrições para a pequena produção individualizada, a não ser com base em critérios de eficiência, de não desperdício de recursos sociais), seja para integrar uma cooperativa ou algum organismo público. A segunda condição, é que o assalariado (voluntário) não poderia ser tratado como alguém inferior. Teria de ter, portanto, direitos bem especificados de acesso às informações da direção da empresa, de participação nas decisões, etc.

Francamente, duvido que nestas condições haja muito interesse em organizar empresas de forma capitalista (após um período razoavelmente longo de construção do socialismo). Mas neste caso, creio que estas empresas seriam aceitáveis (2001:10).

Se tomarmos em conta este conjunto de questões, fica muito difícil concordar com a idéia de que o objetivo a ser perseguido pelo movimento socialista seja o de criar cooperativas capazes de competir em igualdade de condições com empresas capitalistas no mercado capitalista. Argumenta, finalizando, BORGES NETO:

Assim, a defesa da eficiência das cooperativas, em ligação com a valorização do mercado e da concorrência entre modos de produção distintos no próprio socialismo, conduz à idéia de valorizar a competição das cooperativas no próprio mercado capitalista como elemento da luta pelo socialismo. Esta idéia me parece muito questionável. [...] todos os implantes socialistas dentro do capitalismo são obrigatoriamente frágeis e estão sujeitos à descaracterização (2001: 11).

MAGALHÃES, em sua apresentação no seminário sobre Cooperativismo e Sindicatos no PT, afirma que também para VAINER “as cooperativas e os sindicatos são momentos de utopia experimental, são momentos de afirmação, no presente, de que o futuro é possível” (MAGALHÃES, 2001:16). Entretanto, desta forma, parece que Vainer é adepto da ‘revolução social’. Mas, ao contrário, de seu ponto de vista a economia solidária é um erro ao tentar juntar coisas que se repelem e se opõem – economia e solidariedade (VAINER, 1999). O que predomina nesta sociedade é a economia da competição, da guerra de todos contra todos. Ao

longo dos últimos 200 ou 250 anos todas as tentativas de instaurar laços de solidariedade resultaram em derrotas. A economia solidária é um projeto ideológico. VAINER afirma:

Não é possível construir um projeto de solidariedade social, uma alternativa à economia e a suas leis, nos marcos da economia. Por isso mesmo, mais do que nunca, há que resgatar a importância da Política e da Luta Política. A expressão economia solidária, estritamente ideológica, difunde a crença na possibilidade de a solidariedade se desenvolver de forma ampla sob a égide do capital [...] Uma coisa é uma organização cooperativa, outra coisa é um projeto ideológico que promete instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo. Ou, o que é cada vez mais comum entre nós, acenar para os trabalhadores com a possibilidade de se tornarem todos, sem exceção, capitalistas e empresários (VAINER, 1999).

O pragmatismo tão em moda se transforma no ‘álibi dos que se acomodam a projetos compatíveis com o capitalismo dominante’. Ele critica o programa Comunidade Solidária, que SINGER chegou a saudar. Ao finalizar explica que:

[...] o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências multilaterais ou nacionais, como o Comunidade Solidária, estão vendendo a idéia do desenvolvimento local como alternativa para as periferias – o Comunidade Solidária agora acaba de (re)inventar o “desenvolvimento local integrado e sustentável”. Tentam apresentar seus pacotes como panacéia para os males da exploração e da miséria crescente. Aqui não é mais ingenuidade, mas estratégia ideológica e política, que, na melhor das hipóteses, pretende compensar a miséria engendrada pelo desenvolvimento do capitalismo e, quase sempre, acaba por produzir apenas alguns mecanismos de controle político de populações miseráveis, à beira do desespero. O cooperativismo não é alternativa e pode ser, simplesmente, estratégia de controle (VAINER, 1999).

O debate internacional da ADS mostrou diferentes modelos de empreendimentos, e vimos como são dúbios. Inúmeras vezes - possivelmente em sua maioria tendo em vista o

relato já feito do crescimento das cooperativas degeneradas - acabam por ser meros ‘quebra-galho’ de sobrevivência ou mão-de-obra barata para empresas capitalistas. É o mesmo ambiente em que proliferam as idéias de caridade, voluntariado, responsabilidade social das empresas, terceiro setor etc. Lembramos que MONTAÑO, estudando o projeto neoliberal, explica a funcionalidade desse ‘terceiro setor’ como resposta às questões sociais, em que embarca *a ideologia de solidariedade*. Entende que o neoliberalismo visa eliminar o possível da ação do Estado e valorizar as ‘lógicas democráticas’ da ‘sociedade civil’ e do mercado (MONTAÑO, 2002). A estes dois elementos são repassadas as orientações das políticas sociais estatais, em ritmo de ‘enxugamento de gastos’. São privatizadas e alocadas no mercado quando lucrativas, e na sociedade civil ou ‘terceiro setor’ quando deficitárias. A ‘solidariedade’ e a ‘responsabilidade social’ são a valorização de atividades filantrópicas e de voluntariado, que objetivam substituir o direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista e com igualdade de acesso (MONTAÑO, 2002). Em que medida SINGER, então, colabora na diferenciação do projeto cutista por meio da ADS ao dizer que ‘uma coisa boa que o governo faz é a *Comunidade Solidária*’, de onde inclusive retira apoio (SINGER, 2001)? Isso é grave, tendo em vista, que se opera um descrédito ao ideário/projeto socialista – um fracassado, pela experiência soviética – e até mesmo as formas social-democratas, promovendo a desconfiança nas instituições democráticas estatais ou classistas, como partidos e sindicatos (MONTAÑO, 2002). Desta maneira, impor valores altruístas como solidariedade é *estratégico* para a burguesia, pois:

O capital luta por instrumentalizar a sociedade civil – torna-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável. [...] Verdadeiras perdas de conquistas históricas são convertidas, pela ação ideológica do ‘terceiro setor’, em ‘nova conquista’ de um tipo de atividade – supostamente – solidária (MONTAÑO, 2002: 58).

Em que pesem as contradições apontadas, os compromissos assumidos pela ADS são reafirmados. MAGALHÃES relata que já no ano 2000, no VII Congresso Nacional da CUT, a economia solidária passou a ser entendida como um projeto de classe, articulado às suas bandeiras históricas. A Economia Solidária é assim uma das frentes de luta pelo socialismo. Não a única, mas indispensável, conclui o Secretário Executivo da ADS (MAGALHÃES, 2001). O Plano Nacional de Formação - PNF da CUT progrediu então com um dos seus eixos

temático, o Desenvolvimento Sustentável Solidário – DSS agora via ADS, no qual são feitas diversas atividades de formação que dialogam com a problemática do desenvolvimento e os projetos alternativos. Os programas de formação - Integração, Integrar, Vento Norte, Raízes, Terra Solidária, Semear, entre outros -, estão sistematizando, problematizando e formulando propostas políticas para o desenvolvimento regional, desenvolvimento rural, políticas de geração de trabalho e renda, princípios e gestão de empreendimentos solidários.

Nas resoluções desse VII Congresso da CUT registra-se a criação de um programa de educação em economia solidária para atender aos dirigentes e trabalhadores com o objetivo de formar uma massa crítica capaz de produzir e multiplicar novos processos e alternativas de desenvolvimento, tendo por base a economia solidária e o cooperativismo autêntico. Eis a importante formação de intelectuais orgânicos para a disseminação da ‘Revolução Social’. Afirma-se no texto do 7º Concut que:

Resgatar a solidariedade significa propiciar condições para que aqueles que estão de joelhos, de cabeça baixa, possam estar de pé, num projeto de classe que pretende libertar os trabalhadores do jugo da exploração capitalista. [...] É fundamental, portanto, aprofundar as discussões e o acúmulo de conhecimentos e experiências no tema da economia solidária, que historicamente tem estreita ligação com o ideal socialista, sem nos distanciarmos dos princípios sindicais de luta [grifo nosso] (CUT, 2000).

Cursos para a formação de quadros dentro da CUT foram intensificados. A ADS considera fundamental a ampliação da educação em economia solidária, cujo projeto deve construir referenciais teóricos e estratégicos e qualificar os trabalhadores nessa práxis. Já em 2000 o Curso de Formação de Dirigentes teve 7 turmas, tratava sobre economia solidária, sindicalismo e desenvolvimento. Duzentos e dez dirigentes participaram. O Curso de Formação de Formadores teve 25 pessoas participantes de Escolas da CUT, da ADS, de sindicatos, ONGs e incubadoras de cooperativas a fim de qualificar formadores e assessores. Outro curso foi o de gestão de empreendimentos solidários realizado em Recife com a difusão dos conceitos básicos de gestão e realizando diagnósticos e planejamento dos empreendimentos. Por fim, no âmbito da formação, o Curso de Extensão em Economia Solidária, em parceria com a PUC/SP, com carga horária de 240 horas, foi dividido em quatro

módulos. Ministrados por professores de diversas áreas contou com 35 pessoas de todo o país, procurando expandir os conhecimentos teóricos sobre o tema, abordando a economia solidária e o socialismo, experiências internacionais, a economia solidária no Brasil e os problemas vividos pelas experiências autogestionárias no século XX. Paul Singer (USP), Luís Inácio Gaiger (Unisinos), Ladislau Dowbor (PUC/SP), Gonçalo Guimarães (UFRJ), e Sidney Lianza (UFRJ) foram os professores responsáveis. Os 27 alunos são oriundos dos escritórios regionais da ADS/CUT, Dieese e das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares ligadas a Unitrabalho (CUT/ADS, 2000c).

A ADS participou de seminários e reuniões discutindo as possibilidades da economia solidária no país e as limitações impostas, inclusive do ponto de vista jurídico. Para 2001, o documento do PNQP/CUT dava conta de que as ações voltadas para a educação e a formação profissional dos trabalhadores teriam aprofundamento das articulações no campo do Desenvolvimento Sustentável e Solidário, tanto no âmbito rural quanto no urbano e abrangeriam todas as regiões do país (PNQP/CUT, 2001-02). Ações na chamada área do desenvolvimento sustentável e solidário – DSS, vem provocando uma intensa reflexão sobre as relações da estratégia formativa da PNF com a Agência de Desenvolvimento Solidário, bem como destas políticas da CUT com outros atores sociais que se colocam no campo daqueles que se contrapõem às estratégias e políticas neoliberais (CUT, 2002).

SINGER publicou em 2002 pela Editora Fundação Perseu Abramo novo livro: *Introdução à Economia Solidária*, com apresentação de Lula, o qual descreve as origens históricas e os princípios dela. Em maio de 2002 a 10ª Plenária da CUT também trata entre as suas resoluções sobre desenvolvimento solidário. Preocupa-se com a realização de uma maior divulgação do trabalho da ADS; de uma grande campanha nacional de sindicalização dos trabalhadores em autogestão, bem como a promoção da organização e a ação política dos empreendimentos e dos trabalhadores em empreendimentos autogestionários. Assim, o discurso cutista insere com veemência a idéia de ‘economia solidária’ como parte intrínseca da trajetória dos trabalhadores na história da luta de classes e componente alicerçante da sociedade socialista. A ideologia é disseminada:

A economia solidária é um projeto histórico e autêntico da classe trabalhadora e está colocada no debate político inserida num processo histórico de revolução social e de construção de uma economia socialista. São experiências que proporcionam aos

trabalhadores um grande aprendizado: como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos segundo princípios democráticos e igualitários.

O sucesso da economia solidária depende de um processo ao mesmo tempo econômico e político, um processo lento de mudança cultural, de comportamentos, combinado com a capacitação política que rompa progressivamente com uma ideologia de subordinação e de competição entre os trabalhadores e o fortalecimento da capacidade técnica e econômica que amplie as suas condições de produção e de gestão. [...] É fundamental a construção de uma forte aliança de classe entre empregados e cooperativados, ou seja, uma organização do conjunto dos trabalhadores. Para isto é necessário combinar duas estratégias políticas: a formação de uma organização nacional de representação dos empreendimentos autogestionários e a organização sindical dos trabalhadores em empreendimentos autogestionários.

É fundamental a construção da unidade política entre os trabalhadores empregados assalariados e os cooperativados, os que atuam no mercado informal e os excluídos do mercado de trabalho (desempregados). (CUT, 2002).

Ao iniciar o segundo semestre de 2002, a ADS anunciou novo 'Curso de Difusão Cultural em Economia Solidária' por meio, agora, do departamento de psicologia - USP, com apoio da Escola Sindical - CUT. Eram 40 vagas gratuitas divididas entre sindicatos, universidades, cooperativas, setor público e ONGs. A coordenação foi de Paul Singer e Silvia Lesser de Mello, e contou com a participação de professores da casa e convidados como Ladislav Dowbor (PUC/SP) e Reginaldo Magalhães (ADS/CUT). A ADS passou também a desenvolver trabalho em parceria com o SEBRAE, a fim de implementar projetos e políticas de comercialização para a economia solidária. Segundo a Agência, a adoção de estratégias de negócios e de comercialização tem se mostrado um dos grandes pontos críticos para o fortalecimento de pequenos empreendimentos, especificamente nos empreendimentos autogestionários, cujas debilidades gerenciais mais dificuldades de acesso a mercados são agravados pela falta de políticas adequadas a este tipo de empreendimento. A identificação das melhores estratégias para o fortalecimento dos complexos cooperativos é a principal tarefa atual na estratégia da ADS, combinado com um programa de formação que possibilite o pleno controle e capacidade de gestão dos empreendimentos. Apresentam complexos cooperativos pelo país nas áreas têxtil, de reciclagem e agro-extrativista. Procurou-se formular

planos de gestão participativa, em especial um plano para renegociação das dívidas, implementação de um plano de formação dos agricultores e fortalecimento do associativismo entre os pequenos produtores rurais por meio do desenvolvimento de ações conjuntas na fase de comercialização dos produtos dos associados da cooperativa, informa a ADS (CUT/ADS, 2002).

Extrapolando a relação com as universidades e suas incubadoras a ADS/CUT foi, então, diretamente ao SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas, que trabalha a idéia do indivíduo empreendedor, aquele que almeja a independência financeira com o sucesso do negócio próprio, base da ação do hegemônico liberalismo. Isto em conjunto com o ‘*capital social*’ de MAGALHÃES e a ‘*lógica empresarial plena de solidarismo nos EES*’ de GAIGER traz um reforço maior da mentalidade de *business* para a dita concepção autogestionária socialista, bem distinta da explicada por TRAGTENBERG ou pelos antigos anarquistas. Na guerra de posição que se trava, ganham-se posições com esses movimentos ou adestram-se os trabalhadores em meio ao bloco histórico, contrariando a *catarse*, o ponto de partida da filosofia da práxis: “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1974: 89) Se há um valor cultural em sua formação, uma nova sociabilidade, isto não se perde com a visão de ‘negócio empresarial’? Que superação apresenta esse ‘novo cooperativismo’ então em relação ao capitalismo sem o poder de uma dinâmica própria? São ameaças fortes demais.

O socialismo científico nasceu em contraposição ao socialismo utópico na guerra contra o capital no século XIX. Uma meta concreta, resultante da dialética materialista da história. Hoje a construção de um novo projeto é o elemento que impulsiona a continuidade da luta por um mundo mais justo. Todos atrás de um sonho a ser realizado em meio ao brutal desemprego que termina 2002 batendo recorde em São Paulo, maior centro econômico do país⁸³.

⁸³ As eleições presidenciais conduzem, finalmente, Lula à Presidência da República com mais de 52 milhões de votos. Em seu discurso de posse no Congresso em Janeiro de 2003 ele afirma:

Para que o homem do campo recupere sua dignidade [...], vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. [...] Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou [...] Por tudo isso acredito no pacto social (ULTIMO SEGUNDO/IG, 2003, grifos nossos).

A resposta para esse problema mostra-se como um esforço intelectual que se desdobra em um diálogo com a história, tendo em vista o alerta feito por GRAMSCI: “[Na arte política] a questão não é reconstruir a história passada, mas construir a presente e a futura” (1968: 47). É na busca de compreensão dos nexos constitutivos da evolução do sindicalismo brasileiro e das grandes forças e tendências que movem o mundo que podemos encontrar os elementos para avaliar não só o vigor teórico das idéias de Marx e a sua capacidade de se renovar com o tempo como, sobretudo, a sua capacidade de interferir na modelagem dos modos de ser, pensar e sentir de muitos indivíduos e grupos sociais.

Finalmente, após observarmos a evolução dos sindicatos e das cooperativas no Brasil, com destaque para a atuação da CUT desde seus aguerridos primeiros anos no período da redemocratização do país no final dos anos 70 até os momentos do chamado ‘sindicalismo cidadão’ nos anos 90 e sua opção política via ADS, apresentaremos a seguir o encerramento deste trabalho com as últimas reflexões sobre os dados pesquisados e discutidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste trabalho os caminhos percorridos pela ADS como opção política da CUT em meio à nova reestruturação produtiva capitalista, à ‘acumulação flexível’ e ao neoliberalismo globalizado. Observamos que em seu discurso interno majoritário a chamada economia solidária, assumida como projeto político desde o final de 1999, tem sido defendida como algo além de uma alternativa contra o desemprego estrutural. SINGER (1999), indica que, durante a década de 90, o cooperativismo foi ‘reinventado’ e esta ‘nova cooperativa’ de caráter solidário precisa ser estimulada e amparada, pois é um verdadeiro ‘empreendimento socialista’ rumo à revolução plena.

Porém, com base nas experiências históricas de sindicatos e cooperativas, na trajetória da ação cutista, bem como no referencial de análise em Marx e Gramsci, colocamos como suposição plausível que não há esta possibilidade de contra-hegemonia pregada pela ADS e seus intelectuais, ou seja, a ‘revolução social’ por meio da idealizada rede de cooperativas na concretude do cenário contemporâneo.

Dentro do austero panorama, o cooperativismo mais praticado e em expansão no Brasil é essencialmente aquele tradicionalista, fortalecido após a Revolução de 1930 e realimentado pelas precárias condições sociais atuais, que dissemina inclusive as ‘coopergatos’. Essa mesma ‘revolução’ abriu caminho para o varguismo, reforçado pelo Estado Novo, e tornou-o presente até hoje no meio sindical, ainda muito corporativista, fragmentado e burocratizado, o que serve para agravar a crise. A própria caminhada cutista, desde a estratégia original de confronto e resistência ao capital até o desmonte ideológico da classe, debilitando-se com o passar do tempo, executa agora, por meio do chamado ‘sindicalismo cidadão’ uma prática conciliadora, conforme as resoluções do III CONCUR em 1988 e o discurso da ‘guerra de posição na sociedade civil’. Isto demonstra a incapacidade de se contrapor aos novos mecanismos de acumulação e, pior, há a rendição consensual com a hegemonia, como revela, por exemplo, o abandono da idéia de ‘luta de classes’ pelo chamado ‘conflito distributivo’.

Segundo GRAMSCI, "uma cooperativa operária tem por fim, não o lucro dos particulares, mas o fortalecimento dos meios da luta revolucionária" (*apud* SECCO, 2002b). E os sindicatos também são vistos assim: instrumentos educacionais, de organização das massas que em conjunto com o partido – *mas, sob a direção deste* - atuarão para vencer a resistência

hegemônica e alcançar uma nova realidade. Embora importantes para Marx, Lênin e Gramsci cooperativas e sindicatos são instrumentos incompletos para a transformação ao socialismo. O partido seria o mais relevante instrumento de organização. Todavia, eles cumpririam o seu proeminente papel, desde que *articulados para esse fim* – como diziam os anarco-sindicalistas: é a luta pela revolução, pelo cessar das desigualdades entre os homens, a conquista da liberdade em uma sociedade sem classes. Uma ‘meta histórica concreta’ segundo GRAMSCI.

Mesmo tendo como base o conceito gramsciano de hegemonia, o discurso da ADS carece dessa necessária objetividade e agudeza reclamadas por Gramsci, bem como pelos autogestionários anarquistas. Não há unidade quanto às próprias possibilidades do projeto político de economia solidária. Ficam seus intelectuais no meio do caminho: instrumento contra o desemprego ou instrumento para o socialismo? Esta dubiedade não propicia à ADS a condição de catalisador, atrativo de outras forças para a expansão do seu projeto hegemônico. GAIGER enxerga a probabilidade muito semelhante ao vivenciado na Espanha valenciana com os empreendimentos da Fvecta, com cooperativas ‘autênticas’ conforme os ideais do século XIX, mas que não conjuram efetivamente contra o sistema capitalista. É o mesmo caso dos ditos paradigmas da ADS: Mondragón, entre os bascos - a Espanha é um país perfeitamente integrado ao Mercado Comum Europeu - e os *kibutzim* - resistência sionista na ‘terra prometida’ - na Palestina. Não são revoluções socialistas. Além disso, no seu entender, empreendimentos solidários são ainda *frágeis* implantes *alternativos* nos interstícios do capitalismo que se definem pela ‘lógica do dom e da gratuidade’ em conjunto com ‘eficiência e competitividade’ advindos do ‘solidarismo econômico’. MERCADANTE vê a economia solidária como uma economia de resistência popular que não pode substituir as grandes formas de produção existentes e menos ainda ser considerada transposição da sociedade capitalista. Essa limitação também é mostrada por MENDONÇA ao alertar que o movimento sindical precisa, junto do projeto de economia solidária prosseguir lutando pela geração de emprego e crescimento econômico o que, aliás, também não chega nem a ser solução contra as imensas desigualdades sociais no Brasil tendo em vista a experiência do ‘Milagre Econômico’ entre 1968 e 73 quando o produto evoluiu e a concentração de renda não foi eliminada.

SINGER, contudo, ao contrário das dúvidas expostas, crê haver a possibilidade de *superação do sistema* em longo prazo por meio das cooperativas não só no Brasil, mas no mundo inteiro (SINGER, 2001). E o processo se dá ‘nos poros do capitalismo’ e ‘sem

expropriar', apenas e valentemente 'competindo', por isso o apelo ao suporte técnico do liberal SEBRAE. SINGER iguala solidariedade com socialismo, tendo como meio a autogestão (CUT/ADS, 2000b). Desta forma, conseguiu ajuda dos empresários que o ouviam em uma palestra (SINGER, 2001). É exatamente o retorno a tudo o que foi criticado por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* quanto às expectativas dos utópicos: depender da boa vontade da burguesia para financiar o propósito proletário. E agregue-se a isto o interesse surgido sobre o economista clássico J. Stuart Mill, combatido por Marx como antiproletário (LOSOVSKY, 1989), que buscava 'harmonizar a luta de classes' (OSÓRIO, 1996), e que foi resgatado na ADS. O capitalismo mudou com o tempo? Tornou-se generoso? Claro que não. A acumulação é fundamental para o sistema que permanece predatório, cruel. Gramsci também aborda essa perspectiva pacífica de transição do capitalismo ao socialismo criticando o fabianismo e o belga De Man, assim como as tendências social-democratas definidas por ele como 'incoerente(s) e ineficaz (es)' (GRAMSCI, 1968: 33).

As referências factuais são precárias para fundamentar a suposição defendida por Singer. Na atualidade essas cooperativas, diluídas em meio às 'degeneradas e tradicionais', convivem com o presente consenso da sociedade civil: participam das instituições e políticas que lhes dão sustentação nos planos de sua produção e reprodução. A economia solidária e o cooperativismo autogestionário da ADS a duras penas se mantêm e não representam perigo à hegemonia. Pouco mobilizam e não combatem o capitalismo na prática. São, nesse sentido, apenas experiências limitadas do ponto de vista revolucionário. Como foram as utópicas no século XIX e são hoje os *kibutzim* e Mondragón, restritos ao interior do capitalismo, sem o superar. Talvez, ao sobreviverem, viabilizem-se como alternativas contra o desemprego. Contudo, para isso, precisam também reverter a cultura de subordinação, a não-autonomia imposta ao trabalhador brasileiro ao longo do tempo, pouco vinculado às formas de autogestão.

A contra-hegemonia não é buscar tão somente distribuição de renda, mas uma verdadeira e profunda transformação para uma nova sociedade. A questão é a *propriedade e sua concentração*. Caso contrário não passa de mais uma revolução passiva, conforme crítica de Gramsci. Como então se proclamar 'revolucionária' se não desapropria? Como deseja expandir o socialismo não se opondo aos banqueiros ou pretendendo ganhar adeptos por meio da competição de mercado em meio aos oligopólios dos conglomerados transnacionais? Como ser autenticamente autogestionária se depende de uma elite tecnocrática para dar a partida às iniciativas?

Enfim, a contra-hegemonia da ADS, o ‘socialismo já’, desenham-se mais como uma tentativa de reconstrução do campo de atuação sindical, abalado diante da reconfiguração do capitalismo que neutraliza a base operária e multiplica o trabalho informal enfraquecendo o poder de organização e reivindicação do que a idealizada emancipação da classe trabalhadora. Como cautelosamente argumenta Paulinho da Viola: “Faça como um velho marinheiro / que durante o nevoeiro / leva o barco devagar...” A busca por legítimas alternativas revolucionárias permanece aberta, intrínseca à realidade, às suas possibilidades objetivas, como opção contra-hegemônica consciente a ser gerada.

A história não acabou, contestando também as pretensões dos intelectuais neoliberais. Os movimentos sociais com verdadeiro potencial de transformação, de ultrapassagem dos limites do autoritário Estado burguês, poderão assim experimentar a verdadeira solidariedade se for erguida por eles em sua práxis. Todavia, são páginas que, se irão advir, somente o tempo será capaz de responder. A única certeza que asseveramos está no fato de que, como escreveu em 1926 o poeta Maiakovski, “é preciso arrancar alegria ao futuro”.

BIBLIOGRAFIA

- AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária. *Programa Capacitação Solidária, uma contribuição para o fortalecimento da sociedade civil*. 4ª ed. São Paulo, 2001.
- ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária. Violência no campo. In sítio: <http://www.abrareformaagraria.org.br/nota78.htm> .2002.
- ABRACOOP - Associação Brasileira das Cooperativas. A ideologia humana do 3º Milênio. In sítio: <http://www.abracoop.com.br>. 2000.
- ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. In sítio: <http://www.ica.coop/ica/pt/index.html> , 2002.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER & GENTILI. *Pos-neoliberalismo As políticas sociais e o Estado democrático*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*, 7ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. *Adeus ao trabalho?* 2ª ed., Campinas, Cortez, Ed. Unicamp, 1999.
- ARBEX Jr., José. *...ou barbárie*. Caros Amigos, São Paulo, Ed. Casa Amarela, Mensal, Agosto de 2002.
- ARBEX Jr. *et alii*. *Lula: Somos o mais importante partido de esquerda do mundo*. Caros Amigos, São Paulo, Ed. Casa Amarela, Mensal, Novembro de 2000.
- _____. *Entrevista com Otávio Ianni*. Caros Amigos, São Paulo, Ed. Casa Amarela, Mensal, Janeiro de 2002.
- BAKUNIN, M. A. *Textos anarquistas*, Porto Alegre, L&PM Editores, 2000.
- BATISTA, Paulo N. *O Consenso de Washington – a visão neoliberal dos problemas latino americanos*. *Caderno Dívida Externa* n° 6, São Paulo, PEDEX, 1994.
- BELL, J.F. *História do pensamento econômico*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1976.
- BORGES NETO, J.M. Cooperativas e o socialismo. In sítio: <http://www.ads.org.br> 2001.

- BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER & GENTILI. *Pós-neoliberalismo As políticas sociais e o Estado democrático*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- CARDOSO, A. M. *Sindicatos, trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal - A era Vargas acabou?* Rio de Janeiro, Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1999.
- CARMO, Paulo S. do. *O trabalho na economia global*, São Paulo, Coleção Polêmica, Ed. Moderna, 1999.
- CARTA CAPITAL. Só falta a grana, São Paulo, Editora Confiança, Semanal, Abril de 2002.
In sitio: <http://www.cartacapital.com.br>
- CASTILHOS, Dino S.B. de. Economia Solidária e o Sindicalismo de Trabalhadores Rurais Brasileiros, UNISINOS. s/d. In sitio: <http://www.ads.org.br>.
- CATTANI, Antonio D. *Trabalho & Autonomia*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
_____. (Org.) *Trabalho e Tecnologia, dicionário crítico*, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- CHÂTELET *et alii*. *História das idéias políticas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- CHAUÍ, M. *Fantasia da Terceira Via*. In: Folha de S. Paulo, Caderno Mais! 19/12/1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*, São Paulo, Ed. Xamã, 1996.
- CIFUENTES & GALVÃO. *Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho*, mimeo., 2001.
- COOPDEF - Cooperativa de Portadores de Deficiência Ltda. In sitio: <http://www.angelfire.com/co2/coopdef/principal.html> , 2001.
- COROMINAS, Jordi. Socialdemocracia mundial o socialismo de mercado? In sitio: <http://www.geocities.com/teologialatina/coromdemo.html> ,1997.
- COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquia*, 11ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- COSTA, Silvio. *Tendências e Centrais Sindicais*. Goiânia, Ed. Goiânia, 1995.
- COUTINHO, Carlos N. A atualidade de Gramsci. In sitio: 'Gramsci e o Brasil'
<http://www.artnet.com.br/gramsci/> , 1997.
_____. *O pensador hegemônico*, MAIS!. Caderno Folha de S. Paulo, 21.11.1999.

- CRUZ, Antonio. *A janela estilhaçada, a crise do discurso do novo sindicalismo*. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.
- CUT. *Resoluções do I Concut*, mimeo., 1984.
- CUT *Resoluções do II Concut*, mimeo., 1986.
- CUT. PLENCUT - Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores. 9ª Plencut -Texto Base. In sitio: <http://www.cut.org.br>, 1999
- CUT. *Transformações no mundo do trabalho, negociação e contratação da qualificação profissional*. São Paulo, 2000.
- CUT. *Mapa do trabalho informal*, São Paulo: Ed. Perseu Abramo. 2000b.
- CUT. Resoluções do 7º Concut, In sitio: <http://www.cut.org.br>, 2000c
- CUT. Resoluções da 10ª Plenária Nacional da CUT, In sitio: <http://www.cut.org.br>, 2002.
- CUT/ADS. *Sindicalismo e Economia Solidária - Reflexões sobre o Projeto*, 2000a.
- CUT/ADS. *Sindicalismo e Economia Solidária – Debate Internacional.*, 2000b
- CUT/ADS. *Relatório de Atividades – 2000c*.
- CUT/ADS. *Desenvolvimento Local e Economia Solidária, Propostas de Políticas Públicas Municipais*, mimeo. , 2001
- CUT/ADS. *Planejamento Estratégico da ADS*, mimeo. , 2001b.
- CUT/ADS. Política de comercialização para ES, In sitio: <http://www.ads.org.br/>, 2002
- CUT/CONTAG/ASA. *Experiências de Desenvolvimento Sustentável e Solidário*. Boletim da Caravana ‘O Nordeste quer dignidade’. 02 a 06.09.2001.
- CUT/PNQP. *Projeto Nacional de Qualificação Profissional - Planfor, 2001/2002*.
- CUT/SNF - Integração. *Quem luta também educa! Qualificação profissional, ensino fundamental e desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo, CUT, 1999
- CUT/SNF - Integração. *Educação dos trabalhadores, uma discussão metodológica*, 1999b.
- CUT/SNF - Integração *Formação de Formadores, Alicerce do Projeto de Educação dos Trabalhadores*. São Paulo, CUT, 2000
- DE LUCCA, Elcio A. *O voluntariado e as empresas*. In: Folha de S. Paulo, 14.05.2001.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos, Boletim nº 200, Resoluções do 6º Concut, Novembro/1997 <http://www.dieese.org.br>. 1997

_____ *A situação do trabalho no Brasil*. 2001.

DOMINGUES, M.R. *Sindicalismo, Educação e Formação Profissional nos anos 90*. Dissertação de mestrado em Educação, PUC/SP, 2000.

DOWBOR, L. Prefácio. In: FREIRE, Paulo, *À sombra desta mangueira*, São Paulo, Olho d'água, 1995.

DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-35)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

DUPAS, Gilberto. *O Estado diante da violência*. In: Folha de S. Paulo, 0/08/1999.

EIFO - Portal da Comunidade Judaica Brasileira. O kibbutz. In sítio: <http://www.eifo.com.br>, 2000.

ENGELS, F. Prefácio à edição alemã de 1890. In: MARX & ENGELS, *Manifesto Comunista*, São Paulo, Ched Editorial, 1980.

FVECTA - Federación Valenciana de Empresas Cooperativas de Trabajo Asociado. *COOPEXCEL, una vision europea del exito del cooperativismo de trabajo asociado: 27 casos*. Valência, Espanha, Mimeo. , 1997.

_____ Parte del movimiento cooperativo – Una organización independiente. In sítio: <http://www.astro.es/fvecta/femenu.htm>, 2002

FERNANDES, Fátima. *Trabalhador produz mais e ganha menos*, in Folha de S. Paulo, 22.10.2000.

_____ *'Nova CLT' esbarra em sindicatos fantasmas*, in Folha de S. Paulo, 02.12.2001.

_____ *Cooperativas disfarçam a crise do emprego*, in Folha de S. Paulo, 07.04.2002.

_____. *Lula quer secar verba do FAT para centrais*, in Folha de S. Paulo, 10.11.2002. (2002a).

FIORI, José Luis. A dança das cadeiras: entrevista com José Luis Fiori. In sítio: <http://www.cartacapital.com.br>, 20.08.97.

FOCOLARE – Movimento Focular. Economia de Comunhão In sitio:
http://www.focolare.org/br/edc_pt.htm , 2001.

FORRESTER, V. *O horror econômico*, São Paulo, Fundação Editora Unesp, 1997.

FRAGA, Plínio. *Eleições 2002: candidatos a presidência*, in Folha de S. Paulo, 07.07.2002

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 15ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

GADOTTI & GUTIERREZ (Org.) *Educação comunitária e economia popular*, 2ª ed., São Paulo, Cortez, 1999.

GAIGER, Luis I. G. *A solidariedade como uma alternativa econômica para os pobres*. Mimeo. 1997.

_____. *O trabalho ao centro da economia popular solidária*, XXIII Encontro Anual ANPOCS, GT-20, Caxambu, Mimeo, out.1999.

GALBRAITH, J.K *A era da incerteza*, 4ª ed., São Paulo, Editora Pioneira, 1982.

GAZETA MERCANTIL. *Cooperativa de trabalho ganha força em mercado terceirizado*, 1º/04/2002.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

_____. *O marxismo no final do século XX*. In sitio:
www.internatif.org/EspMarx/Marx_98/Contributions/Autres%20contributions/Gorender., 1997

_____. *Marxismo sem utopia*, São Paulo, Ed. Ática, 2000.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Obras Escolhidas, volume I*. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.

_____. *A questão meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*, 9ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*, Porto Alegre, L&PM Editores, 1983.

_____. *O conceito de hegemonia em Gramsci*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1991.

- HARMAN, Chris. Gramsci versus Reformismo. In sitio: <http://socialista.tripod.com/textos/trad/gramsci>, 2001.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, 8ª ed., São Paulo, Loyola, 1999.
- HEILBRONER, R. *A história do Pensamento Econômico*, 6ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- HOBBSBAWN, Eric. *Revolucionários - ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1982.
- IANNI, Octávio. *A formação do Estado Populista na América Latina*, 2ª ed., São Paulo, Ed. Ática, 1989.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In sitio: <http://www.ibge.gov.br> , 2002.
- IGLÉSIAS, F. *A industrialização brasileira*, 2ªed., São Paulo, Brasiliense, 1986.
- INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. *Políticas econômicas e reparações: uma contribuição ao debate*. São Paulo, 2002.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- KONDER, Leandro. *As idéias socialistas no Brasil*, São Paulo, Ed. Moderna, 2001.
- LACERDA *et alii*. . *Economia Brasileira*, São Paulo, Ed. Saraiva, 2000.
- LARANGEIRA, Sônia. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, A. D. (org) *Trabalho e Tecnologia, dicionário crítico*, Rio de Janeiro, Vozes,1997.
- LÊNIN, W. I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. 2ª ed., São Paulo, Global Editora,1982.
- LOPES, Paulo R.C. *A revolução das redes em discussão*. In: CEPAT Informa, PR, n° 47, fevereiro de 1999.
- LOSOVSKY, D. *Marx e os sindicatos*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi,1989.
- MAGALHÃES, R.S. A Nova Economia do Desenvolvimento Local. apresentado na 2ª Conferência da Work and Labour Network, Rio de Janeiro, 23 e 24 de novembro de 2000. In: sítio: <http://www.ads.org.br>

- _____. *Sindicato, cooperativa e socialismo*. CUT/ADS. Texto para debate no PT em 07.05.2001. In: sítio: <http://www.ads.org.br>.
- MANCE, Euclides A. *A revolução das redes como estratégia da libertação popular*. In: CEPAT Informa, PR, n° 51, junho de 1999.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Formação Sindical, História de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo, Escrituras Editora, 1996.
- MARX & ENGELS, *Manifesto Comunista*, São Paulo, Ched Editorial, 1980.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos - Filosóficos*, São Paulo, Martin Claret, 2002.
- MATTOSO, Jorge. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: OLIVEIRA & MATTOSO (org.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado*. São Paulo, Scritta, 1996.
- _____. *O Brasil desempregado*, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MCC – MONDRAGÓN CORPORACION COOPERATIVA. Experiência cooperativa de Mondragón. In sítio: <http://www.mondragon.mcc.es/experiencia>, 2002
- MELLO, João Manuel C. de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- MERCADANTE, A. *Crescimento e equidade*, in Folha de S. Paulo, 0/11/2002.
- MONAL, Isabel. *Carlos Marx, la sociedad civil y el socialismo*. Lutas Sociais n° 08/junho/2002. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.
- MONTAÑO, Carlos E. *O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro setor'*. In: Lutas Sociais n° 08/junho/2002. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.
- NAPES – Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia de Solidariedade. Economia de solidariedade na geração de trabalho e renda. In sítio: <http://www.terravista.pt/enseada/1971/index1.html>, mimeo., 2000.
- NASCIMENTO, Cláudio. *Autogestão e Economia Solidária*, mimeo., (s/d).
- NEVES, Euclides Fagundes. Bancos, bancários e o movimento sindical. Federação dos Bancários Bahia-Sergipe, CNB/CUT. In sítio: <http://www.federacaobancarios-base.org.br>, 2000.
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. In sítio: <http://www.ocb.org.br>, 2001.

- OCEMG – Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. In sítio: <http://www.ocemg.org.br>, 2000.
- OCESP – Organização das Cooperativas do Estado de S. Paulo. In sítio: <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop>, 2002.
- OCG – Organização das Cooperativas do Estado de Goiás. In sítio: <http://www.ocg.org.br>, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo a brasileira. In: SADER & GENTILI (Orgs.) *Posneoliberalismo As políticas sociais e o Estado democrático*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- _____. Globalização e antivalor: uma antiintrodução ao antivalor. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *A reinvenção do futuro*. São Paulo, Cortez Editora/USF, 1996.
- OLIVEIRA, et alii. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- OLIVEIRA, Silvio Luis de. *Sociologia das Organizações*. São Paulo, Pioneira, 1999.
- OSÓRIO, Carlos. *Cooperação entre pequenos produtores: casos do nordeste brasileiro*. Tese para o título de PhD na Universidade de Londres, 1996.
- PASSET, R. *Por uma estratégia do humano*. In: Caros Amigos. São Paulo: Ed. Casa Amarela, Mensal, Mar, 2001.
- PEIXOTO, M^a do Rosário da C. *A classe operária: uma temporada no Paraíso? Rio de Janeiro 1923-1924*. Dissertação para o título de mestrado em História na PUC-SP, 1987.
- PMSP - Prefeitura do Município de São Paulo, *Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, Regimento Interno, 31.10.2001*.
- POCHMANN, M. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente. In: OLIVEIRA & MATTOSO (orgs). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado*. São Paulo, Scritta, 1996.
- _____. *A década dos mitos*. São Paulo, Ed. Contexto, 2001.
- POLONIO, Wilson A. *Manual das sociedades cooperativa*. 2ª. ed. São Paulo, Atlas, 1999.
- PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*. 30ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.

- PT – Partido dos Trabalhadores. *Caderno de Formação - O PT faz história*. São Paulo, Secretaria de Formação Política e Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- RAMALHO, José R. Movimento sindical e Política Neoliberal. In: SADER & GENTILI (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- RAMONET, I. *Neoliberalismo, a necessidade da utopia*. In: Caros Amigos. São Paulo: Ed. Casa Amarela, Mensal, Nov/2000.
- RAZETTO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI & GUTIERREZ. *Educação comunitária e economia popular*, 2ª ed., São Paulo, Cortez, 1999.
- RETRATO DO BRASIL. *A evolução das leis de controle sindical*. São Paulo, Política Editora Ltda, 1984.
- REZENDE, Antonio P. *História do movimento operário no Brasil*, 3ª, São Paulo, Ática, 1994.
- RODRIGUES, Iram J. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997.
- _____. *A trajetória do novo sindicalismo*. Petrópolis, EDUC, Vozes, Unitrabalho, 1999.
- SÁ, Xico. *PT se profissionaliza, cresce e se afasta dos movimentos sociais*, in Folha de S. Paulo, 17.03.2002.
- SADER, Emir. Introdução, in: *Gramsci: Poder, Política e Partido*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.
- _____. A hegemonia neoliberal na América Latina, in: SADER & GENTILI (Org.). *Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático*, 4ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- SANDRONI, P. *Dicionário de Economia*, São Paulo, Ed. Abril, 1985.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, 3ª ed., São Paulo, Ed. Autores Associados, 1983.
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil*, São Paulo, Cortez Editora, 2002.
- _____. *Economia Solidária*. Gramsci e o Brasil, In sítio:
<http://www.artnet.com.br/gramsci/2002b>

- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, 5ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1981.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*, São Paulo, Editora Ática, 1981.
- SINGER, Paul. *Entrevista*. In: T&D – Teoria e Debate. São Paulo, ano 10, nº35, Jul/Set. 1997.
- _____. Cooperativas são empresas socialistas. In: Sindicalismo & Cooperativismo: A Economia Solidária em Debate, Transformações no Mundo do Trabalho (Unitrabalho). In site: <http://www.unitrabalho.org.br>., 1999
- _____. *Economia Solidária no Brasil*, São Paulo, Editora Contexto, 2000.
- _____. *Para entender o mundo financeiro*, São Paulo, Editora Contexto, 2000a.
- _____. *Globalização e Desemprego, Diagnósticos e Alternativas*. São Paulo, Editora Contexto, 2000b.
- _____ Economia pode rimar com solidariedade. Entrevista para o site: <http://www.alomundo.com.br/sf/sf2001/287marco/economia.htm>, 2001
- _____. Economia solidária é um sistema eficaz, In site: www.amazonpress.com.br/entrevista/dedoc/entr15052001.htm , 2001a.
- _____ *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER *et alii*. *Economia Socialista*, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo, Cortez, 2000.
- SOARES, Luis Carlos C. Economia Solidária ou solidariedade econômica. In site: <http://www.fisenge.org.br/artigos>, 2001.
- SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*, 19ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- _____. *O que é comunismo*, 17ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- T&D – Teoria e Debate. *Por que Gramsci?* São Paulo, ano 13, Jan/Mar/ 2000.
- THOMAS JR. A. *O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes*. Mimeo. 1999.
- TOLEDO, José R. *O país dos direitos de papel*, in Folha de S. Paulo, Caderno Trabalho, 24/03/2002.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*, 4ª ed., São Paulo, Ed. Moderna, 1990.

ÚLTIMOSEGUNDO/IG. Discurso de Lula no Congresso. In sitio:
<http://ultimosegundo.ig.com.br>, 02.01.2003.

UNITRABALHO. Economia Solidária ganha curso de extensão. In: sitio:
<http://www.unitrabalho.org.br>, 2001

VAINER, Carlos. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? Sindicalismo & Cooperativismo: A Economia Solidária em Debate, Transformações no Mundo do Trabalho, (Unitrabalho). In sitio:
<http://www.unitrabalho.org.br/boletim/anterior/n10/artigos/vainer.html>, 1999.

VITA, Álvaro de. *Sociologia da Sociedade Brasileira*. 9ª ed., São Paulo, Ática, 1999.